

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	15
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	16
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	17
Demonstração de Valor Adicionado	18
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	35
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	113

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	114
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	118
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	119
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	121
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	122

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.818.695
Preferenciais	3.679.836
Total	7.498.531
Em Tesouraria	
Ordinárias	16.702
Preferenciais	16.702
Total	33.404

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2019	Preferencial		0,40416
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	26/02/2019	Ordinária		0,36471
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2018	Dividendo	26/02/2019	Preferencial		0,26944
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2018	Dividendo	26/02/2019	Ordinária		0,24494
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2019	Juros sobre Capital Próprio	28/05/2019	Preferencial		0,14034
Reunião do Conselho de Administração	29/03/2019	Juros sobre Capital Próprio	28/05/2019	Ordinária		0,12759
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2019	Juros sobre Capital Próprio	31/07/2019	Preferencial		0,14040
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2019	Juros sobre Capital Próprio	31/07/2019	Ordinária		0,12764
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2019	Juros sobre Capital Próprio	30/10/2019	Preferencial		0,14043
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2019	Juros sobre Capital Próprio	30/10/2019	Ordinária		0,12766
Reunião do Conselho de Administração	27/12/2019	Juros sobre Capital Próprio	21/02/2020	Preferencial		0,14186
Reunião do Conselho de Administração	27/12/2019	Juros sobre Capital Próprio	21/02/2020	Ordinária		0,12897
Reunião do Conselho de Administração	27/12/2019	Dividendo	21/02/2020	Preferencial		0,95372
Reunião do Conselho de Administração	27/12/2019	Dividendo	21/02/2020	Ordinária		0,86702

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	838.535.727	779.011.514	684.614.027
1.01	Ativo Circulante	504.910.723	495.071.546	378.400.031
1.01.01	Disponibilidades	9.543.649	11.358.459	11.148.561
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	82.235.455	86.464.685	71.055.301
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	28.703.365	45.325.687	34.414.303
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	43.230.118	33.270.931	27.226.866
1.01.02.03	Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.301.972	7.868.067	9.414.132
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	61.649.371	77.244.185	59.009.344
1.01.03.01	Carteira Própria	27.746.398	36.212.955	21.749.034
1.01.03.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	26.824.877	36.382.807	28.459.543
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.653.751	4.109.455	6.059.567
1.01.03.05	Vinculados ao Banco Central	0	5.071	8.803
1.01.03.06	Vinculados à Prestação de Garantias	456.012	533.230	2.731.670
1.01.03.07	Moedas de Privatização	512	667	727
1.01.03.08	Títulos de Objetos de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	3.967.821	0	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	78.178.662	79.563.879	69.209.753
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	9.027.921	9.902.862	6.577.308
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	69.121.095	69.625.795	62.384.107
1.01.04.03	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	156	175	2.326
1.01.04.04	Repasse Interfinanceiros	7.854	13.187	227.630
1.01.04.05	Correspondentes	21.636	21.860	18.382
1.01.06	Operações de Crédito	83.319.998	74.689.851	70.472.211
1.01.06.01	Setor Público	153.586	162	11.926
1.01.06.02	Setor Privado	86.455.503	78.890.129	73.988.046
1.01.06.04	(Provisão para Operações de Créditos Liquidação Duvidosa)	-3.289.091	-4.200.440	-3.527.761
1.01.08	Outros Créditos	188.443.558	164.105.338	96.370.493
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	23.283	57.723	39.186
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	123.396.135	105.683.300	53.370.513

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.01.08.03	Rendas a Receber	2.226.778	2.112.919	2.238.371
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	2.325.866	1.628.363	985.646
1.01.08.05	Créditos Tributários	8.850.651	7.502.420	3.340.220
1.01.08.06	Diversos	52.071.971	47.846.548	36.821.967
1.01.08.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-451.126	-725.935	-425.410
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.540.030	1.645.149	1.134.368
1.01.09.02	Outros Valores e Bens	1.195.777	1.235.921	906.375
1.01.09.03	(Provisões para Desvalorizações)	-115.705	-161.942	-276.575
1.01.09.04	Despesas Antecipadas	459.958	571.170	373.855
1.01.09.05	Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	0	0	130.713
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	296.527.040	253.043.465	278.811.570
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.694.075	28.031.980	21.840.772
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	33.694.075	28.031.980	21.840.772
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	112.305.951	98.229.938	125.931.316
1.02.02.01	Carteira Própria	23.603.436	22.599.399	32.371.256
1.02.02.02	Vinculados a Compromisso de Recompra	71.638.459	53.815.465	76.572.322
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	8.532.484	5.782.175	5.244.306
1.02.02.04	Vinculados ao Banco Central	0	1.444.136	2.223.899
1.02.02.05	Moedas de Privatização	370	779	1.278
1.02.02.06	Vinculados à Prestação de Garantias	8.028.432	12.511.388	4.426.641
1.02.02.07	Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação	502.770	2.076.596	5.091.614
1.02.03	Relações Interfinanceiras	312.411	281.332	273.430
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	312.411	281.332	273.430
1.02.05	Operações de Crédito	110.094.019	94.654.519	86.203.176
1.02.05.01	Setor Público	964.378	583.968	46.974
1.02.05.02	Setor Privado	123.678.363	105.266.028	97.425.089
1.02.05.03	Operações de Crédito Vinculados a Cessão	0	0	166.982
1.02.05.04	(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	-14.548.722	-11.195.477	-11.435.869

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.06.01	Setor Privado	0	0	1
1.02.06.02	(Provisão para Créditos Arrendamento Mercantil Liquidação Duvidosa)	0	0	-1
1.02.07	Outros Créditos	39.810.561	31.426.963	44.068.296
1.02.07.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	298.195	486.323	315.956
1.02.07.02	Carteira de Câmbio	1.108.978	1.690.088	6.748.712
1.02.07.03	Rendas a Receber	156.939	146.813	223.648
1.02.07.05	Créditos Tributários	19.223.760	16.945.139	19.552.697
1.02.07.06	Diversos	19.395.717	12.770.902	17.705.459
1.02.07.07	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-373.028	-612.302	-478.176
1.02.08	Outros Valores e Bens	310.023	418.733	494.580
1.02.08.01	Investimentos Temporários	1.622	1.622	1.765
1.02.08.02	(Provisões para Perdas)	-1.622	-1.622	-1.765
1.02.08.03	Despesas Antecipadas	310.023	418.733	494.580
1.03	Ativo Permanente	37.097.964	30.896.503	27.402.426
1.03.01	Investimentos	26.831.540	21.491.544	17.983.953
1.03.01.02	Participações em Controladas	26.810.793	21.470.777	17.963.316
1.03.01.02.01	No País	23.263.738	17.939.824	14.929.728
1.03.01.02.02	No Exterior	3.547.055	3.530.953	3.033.588
1.03.01.04	Outros Investimentos	45.064	45.064	46.556
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-24.317	-24.297	-25.919
1.03.02	Imobilizado de Uso	6.214.168	5.825.407	5.804.626
1.03.02.01	Imóveis de Uso	2.467.216	2.470.204	2.496.780
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	13.818.040	12.491.165	11.642.294
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-10.071.088	-9.135.962	-8.334.448
1.03.04	Intangível	4.052.256	3.579.552	3.613.847
1.03.04.01	Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.496.592	26.419.016	26.419.016
1.03.04.02	Outros Ativos Intangíveis	8.485.328	9.633.082	8.964.796
1.03.04.03	(Amortizações Acumuladas)	-30.929.664	-32.472.546	-31.769.965

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	838.535.727	779.011.514	684.614.027
2.01	Passivo Circulante	594.642.669	525.480.509	459.722.481
2.01.01	Depósitos	214.983.542	199.067.946	166.797.454
2.01.01.01	Depósitos à Vista	29.392.188	20.531.035	17.133.923
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	49.039.857	46.068.346	40.572.369
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	4.573.086	6.208.067	24.698.773
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	131.978.411	126.260.498	84.392.389
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	111.939.869	105.464.821	110.346.900
2.01.02.01	Carteira Própria	97.227.938	89.125.774	103.622.592
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	8.743.348	15.200.913	6.259.682
2.01.02.03	Carteira de Livre Movimentação	5.968.583	1.138.134	464.626
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	60.517.226	38.392.230	50.482.288
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	42.445.229	33.309.287	48.167.503
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	16.295.922	3.594.692	1.272.494
2.01.03.03	Certificados de Operações Estruturadas	1.776.075	1.488.251	1.042.291
2.01.04	Relações Interfinanceiras	41.756	50.347	60.378
2.01.04.01	Correspondentes	41.756	50.347	60.378
2.01.05	Relações Interdependências	4.019.119	3.465.767	4.274.512
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.002.824	3.390.759	4.273.771
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	16.295	75.008	741
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	43.870.657	31.997.566	33.061.035
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	43.870.657	31.997.566	33.061.035
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	3.697.638	4.242.194	6.224.384
2.01.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	1.355.447	1.880.962	3.479.329
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	94.725	52.523	3.632
2.01.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	1.755.646	1.964.224	2.505.707
2.01.07.05	Outras Instituições	491.820	344.485	235.716
2.01.09	Outras Obrigações	155.572.862	142.799.638	88.475.530

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.774.395	3.161.676	5.797.638
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	96.928	113.263	139.321
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	116.991.021	98.835.635	48.664.949
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	8.188.762	4.885.255	4.951.781
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	2.854.815	1.370.300	1.555.596
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	1.063.403	833.498	83.848
2.01.09.07	Dívidas Subordinadas	0	9.885.607	519.230
2.01.09.08	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	170.939	0	114.104
2.01.09.09	Diversas	22.432.599	23.714.404	26.649.063
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	173.943.594	188.036.778	165.044.386
2.02.01	Depósitos	59.228.624	60.018.496	63.170.609
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	100.686	371.457	3.014.560
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	59.127.938	59.647.039	60.156.049
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	17.692.578	31.485.359	32.360.542
2.02.02.01	Carteira Própria	159.745	183.048	294.454
2.02.02.02	Carteira de Livre Movimentação	17.532.833	31.302.311	32.066.088
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	31.062.142	38.879.874	21.754.723
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similiares	26.271.049	36.799.955	20.086.361
2.02.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.123.591	921.955	720.387
2.02.03.03	Certificados de Operações Estruturadas	1.667.502	1.157.964	947.975
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	1.788.469	2.308.035	1.381.924
2.02.06.01	Empréstimos no País - Outras Instituições	0	0	476.876
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	1.788.469	2.308.035	905.048
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	8.056.939	9.025.052	10.411.313
2.02.07.02	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	4.897.785	5.527.075	5.981.081
2.02.07.03	Caixa Econômica Federal (CEF)	68.325	77.152	86.621
2.02.07.04	Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	3.063.173	3.419.497	4.339.195
2.02.07.05	Outras Instituições	27.656	1.328	4.416

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.09	Outras Obrigações	56.114.842	46.319.962	35.965.275
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	10.208.817	7.522.291	4.610.657
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	1.004.861	1.509.828	6.652.981
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	3.659.656	2.792.194	1.848.736
2.02.09.06	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	10.005.022	9.782.372	8.325.451
2.02.09.07	Diversas	31.236.486	24.713.277	14.527.450
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	261.741	264.978	353.214
2.03.01	Resultados de Exercícios Futuros	261.741	264.978	353.214
2.05	Patrimônio Líquido	69.687.723	65.229.249	59.493.946
2.05.01	Capital Social Realizado	57.000.000	57.000.000	57.000.000
2.05.01.01	De Domiciliados no País	4.808.186	4.808.186	4.808.186
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	52.191.814	52.191.814	52.191.814
2.05.02	Reservas de Capital	197.369	140.707	172.398
2.05.04	Reservas de Lucro	12.228.601	9.159.122	3.905.720
2.05.04.01	Legal	3.818.064	3.113.605	2.505.285
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	8.410.537	6.045.517	1.400.435
2.05.04.07.01	Reserva para Equalização de Dividendos	9.091.672	6.506.949	1.548.875
2.05.04.07.02	(-) Ações em Tesouraria	-681.135	-461.432	-148.440
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	261.753	-1.070.580	-1.584.172
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	261.753	-1.070.580	-1.584.172

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	74.721.192	70.682.676	73.926.572
3.01.01	Operações de Crédito	42.352.541	42.274.465	36.958.966
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	28.749.086	28.174.288	27.483.677
3.01.04	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-2.509.211	-4.897.778	1.665.959
3.01.05	Resultado de Operações com Câmbio	2.308.073	1.354.843	2.279.894
3.01.07	Resultado das Aplicações Compulsórias	3.820.703	3.776.858	5.538.076
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-50.096.357	-49.934.547	-52.386.868
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-30.172.230	-31.690.413	-39.994.951
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-6.309.687	-7.496.709	-2.256.706
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	-68
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-13.431.661	-10.605.611	-10.135.143
3.02.05	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-182.779	-141.814	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	24.624.835	20.748.129	21.539.704
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-10.102.631	-8.302.558	-10.070.891
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	14.668.997	13.522.010	12.261.328
3.04.02	Despesas de Pessoal	-6.786.496	-6.960.989	-6.989.522
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-10.318.009	-9.627.874	-10.153.832
3.04.04	Despesas Tributárias	-3.228.943	-2.778.602	-2.774.709
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	4.288.089	3.483.030	3.485.641
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-11.450.684	-8.550.693	-7.976.789
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.724.415	2.610.560	2.076.992
3.05	Resultado Operacional	14.522.204	12.445.571	11.468.813
3.06	Resultado Não Operacional	102.588	205.095	-139.032
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	14.624.792	12.650.666	11.329.781
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-1.790.837	-505.438	-932.768
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-1.061.570	-313.687	-618.223
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-729.267	-191.751	-314.545
3.09	IR Diferido	2.811.547	1.502.014	-1.017.370

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.557.012	-1.480.848	-1.383.771
3.10.01	Participações	-1.557.012	-1.480.848	-1.383.771
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	14.088.490	12.166.394	7.995.872
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	1,88	1,62	1,07

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	14.088.490	12.166.394	7.995.872
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.332.332	513.592	567.523
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4.298.912	815.715	1.859.976
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa	-498.981	638.816	73.238
4.02.03	Imposto de Renda	-2.068.128	-523.867	-381.644
4.02.04	Plano de Benefícios	-399.471	-417.072	-984.047
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.420.822	12.679.986	8.563.395

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.902.586	8.149.991	49.342.346
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.923.866	23.907.523	22.451.111
6.01.01.01	Lucro Líquido	14.088.490	12.166.394	7.995.872
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.431.661	10.605.611	10.135.143
6.01.01.03	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	1.584.617	1.739.141	1.785.519
6.01.01.04	Atualizações Mon das Prov para Processos Judiciais e Adm e Obrig Legais	481.577	1.025.323	1.019.853
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-3.220.298	-1.466.140	661.108
6.01.01.06	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-2.724.415	-2.610.560	-2.076.992
6.01.01.07	Depreciações e Amortizações	2.217.366	2.008.195	3.097.232
6.01.01.08	Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	-46.292	-114.680	198.067
6.01.01.09	Resultado na Alienação de Valores e Bens	-60.002	-87.408	-36.690
6.01.01.10	Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	110.466	341.006	327.884
6.01.01.11	Resultado de Investimentos	0	45	-1.787
6.01.01.12	Atualização de Depósitos Judiciais	-501.067	-554.851	-494.789
6.01.01.13	Atualização de Impostos a Compensar	-148.173	-164.515	-144.552
6.01.01.14	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	99	0	0
6.01.01.15	Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos	614.174	1.173.757	33.691
6.01.01.16	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-35.333	-110.962	-13.584
6.01.01.17	Outros	130.996	-42.833	-34.864
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.021.280	-15.757.532	26.891.235
6.01.02.01	Redução (Aumento) em Aplicações Inferfinanceiras de Liquidez	-4.051.571	-18.619.923	1.410.919
6.01.02.02	Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	9.445.129	11.492.965	37.050.278
6.01.02.03	Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	-38.153.003	-23.880.061	-10.387.294
6.01.02.04	Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	504.700	-7.241.688	-1.562.559
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Créditos	-24.940.850	-42.392.925	41.015.285
6.01.02.06	Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	219.922	-121.468	-17.746
6.01.02.07	Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.394.199	-3.939.116	-4.993.111
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Depósitos	15.125.724	29.118.379	21.108.410

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	-7.317.732	-5.757.262	-28.856.280
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.473.611	-5.340.800	2.757.598
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Outras Obrigações	20.786.356	51.733.148	-29.910.476
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	-3.236	-88.237	-11.873
6.01.02.13	Imposto Pago	-1.504.529	-720.544	-711.916
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.103.483	-1.586.253	-1.232.622
6.02.01	Aquisição de Investimento	0	-202	-611
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.447.680	-1.265.380	-782.879
6.02.03	Aplicações no Intangível	-1.826.828	-754.305	-1.837.437
6.02.04	Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimento	0	1.649	8.777
6.02.05	Alienação de Bens não de Uso Próprio	752.653	493.272	250.897
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	16.060	157.118	93.509
6.02.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	1.299.937	1.170.871	1.523.249
6.02.08	Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	-2.613.249	-1.278.052	-154.154
6.02.09	Aquisição de Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	0	0	-43.713
6.02.10	Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	0	-111.224	-290.260
6.02.11	Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada	-1.291.630	0	0
6.02.12	Alienação de Participações em Coligadas e Controladas	7.254	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.232.520	-3.373.171	-43.293.021
6.03.02	Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	9.347.750	0
6.03.03	Aquisição de Ações de Emissão Própria	-218.814	-312.304	-378.774
6.03.04	Pagamento de Dívidas Subordinadas	-9.924.747	-544.566	0
6.03.05	Emissões de Obrigações de Longo Prazo	45.052.823	73.765.081	60.138.230
6.03.06	Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	-32.930.091	-78.903.009	-96.979.205
6.03.07	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-6.882.799	-6.042.340	-5.450.125
6.03.08	Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-328.892	-683.783	-623.147
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-99	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.433.516	3.190.567	4.816.703

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.854.948	22.664.381	17.847.678
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.421.432	25.854.948	22.664.381

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	57.000.000	140.707	0	9.159.122	0	-1.070.580	65.229.249
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	57.000.000	140.707	0	9.159.122	0	-1.070.580	65.229.249
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	14.088.490	0	14.088.490
5.05	Destinações	0	0	0	3.289.182	-14.089.182	0	-10.800.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-6.790.000	0	-6.790.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-4.010.000	0	-4.010.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	3.289.182	-3.289.182	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	704.459	-704.459	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	2.584.723	-2.584.723	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.332.333	1.332.333
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	2.011.631	2.011.631
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	-679.298	-679.298
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	-889	0	0	-889
5.08.01	Custo de Emissão de Ações em Tesouraria	0	0	0	-889	0	0	-889
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-218.814	0	0	-218.814
5.12	Outros	0	56.662	0	0	692	0	57.354
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	5.796	0	0	0	0	5.796
5.12.02	Reserva para Pagamentos Baseado em Ações	0	50.866	0	0	0	0	50.866
5.12.03	Outros	0	0	0	0	692	0	692
5.13	Saldo Final	57.000.000	197.369	0	12.228.601	0	261.753	69.687.723

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	57.000.000	172.398	0	3.905.720	0	-1.584.172	59.493.946
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	57.000.000	172.398	0	3.905.720	0	-1.584.172	59.493.946
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	12.166.394	0	12.166.394
5.05	Destinações	0	0	0	5.566.394	-12.166.394	0	-6.600.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-2.520.000	0	-2.520.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-4.080.000	0	-4.080.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	5.566.394	-5.566.394	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	608.320	-608.320	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	4.958.074	-4.958.074	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	513.592	513.592
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	880.252	880.252
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	-366.660	-366.660
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	-688	0	0	-688
5.08.01	Custo de Emissão de Ações em Tesouraria	0	0	0	-688	0	0	-688
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-312.304	0	0	-312.304
5.12	Outros	0	-31.691	0	0	0	0	-31.691
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-15.868	0	0	0	0	-15.868
5.12.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	-15.823	0	0	0	0	-15.823
5.13	Saldo Final	57.000.000	140.707	0	9.159.122	0	-1.070.580	65.229.249

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	57.000.000	395.925	0	2.510.347	0	-2.151.695	57.754.577
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	57.000.000	395.925	0	2.510.347	0	-2.151.695	57.754.577
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	7.995.872	0	7.995.872
5.05	Destinações	0	0	0	1.516.594	-7.816.594	0	-6.300.000
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-2.500.000	0	-2.500.000
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.800.000	0	-3.800.000
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	1.516.594	-1.516.594	0	0
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	390.829	-390.829	0	0
5.05.03.02	Reserva para Equalização de Dividendos	0	0	0	1.125.765	-1.125.765	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	567.523	567.523
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	1.188.426	1.188.426
5.07.04	Plano de Benefícios a Funcionários	0	0	0	0	0	-620.903	-620.903
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	-49	0	0	-49
5.08.01	Custo de Emissão de Ações em Tesouraria	0	0	0	-49	0	0	-49
5.10	Ações em Tesouraria	0	-257.602	0	-121.172	0	0	-378.774
5.12	Outros	0	34.075	0	0	-179.278	0	-145.203
5.12.01	Resultado de Ações em Tesouraria	0	-2.498	0	0	0	0	-2.498
5.12.02	Reservas para Pagamento Baseado em Ações	0	36.573	0	0	0	0	36.573
5.12.05	Outros	0	0	0	0	-179.278	0	-179.278
5.13	Saldo Final	57.000.000	172.398	0	3.905.720	0	-1.584.172	59.493.946

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	69.008.987	70.579.527	71.750.461
7.01.01	Intermediação Financeira	74.721.192	70.682.676	73.926.572
7.01.02	Prestação de Serviços	14.668.997	13.522.010	12.261.328
7.01.03	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-13.431.661	-10.605.611	-10.135.143
7.01.04	Outras	-6.949.541	-3.019.548	-4.302.296
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-36.664.696	-39.328.936	-42.251.725
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.841.695	-7.251.461	-6.674.255
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-255.961	-250.930	-237.707
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.951.254	-1.863.132	-1.792.808
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-110.466	-341.006	-327.884
7.03.04	Outros	-2.524.014	-4.796.393	-4.315.856
7.04	Valor Adicionado Bruto	27.502.596	23.999.130	22.824.481
7.05	Retenções	-2.217.366	-2.008.195	-3.097.232
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.217.366	-2.008.195	-3.097.232
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	25.285.230	21.990.935	19.727.249
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.724.415	2.610.560	2.076.992
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.724.415	2.610.560	2.076.992
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.009.645	24.601.495	21.804.241
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	28.009.645	24.601.495	21.804.241
7.09.01	Pessoal	7.619.942	7.537.255	7.431.769
7.09.01.01	Remuneração Direta	3.978.454	4.034.284	4.131.010
7.09.01.02	Benefícios	1.351.522	1.304.875	1.282.067
7.09.01.03	F.G.T.S.	430.344	394.537	381.312
7.09.01.04	Outros	1.859.622	1.803.559	1.637.380
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.523.566	4.188.622	5.666.371
7.09.02.01	Federais	4.900.468	3.471.911	5.110.779
7.09.02.02	Estaduais	855	913	945
7.09.02.03	Municipais	622.243	715.798	554.647

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	777.648	709.224	710.229
7.09.03.01	Aluguéis	777.648	709.224	710.229
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.088.489	12.166.394	7.995.872
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.010.000	4.080.000	3.800.000
7.09.04.02	Dividendos	6.790.000	600.000	2.500.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.288.489	7.486.394	1.695.872

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho****Senhores Acionistas:**

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1) Conjuntura Econômica

O Banco Santander avalia que, no quarto trimestre, o cenário internacional foi marcado por acontecimentos que inicialmente abrandaram receios quanto à possibilidade do surgimento de conflitos importantes tanto no fronte geopolítico – não escalada de tensão no Oriente Médio na esteira do ataque feito às instalações sauditas de refino de petróleo – quanto no campo econômico – abrandamento da disputa comercial entre China e EUA, e obtenção do aval para a continuidade das negociações de um acordo para a saída do Reino Unido da União Europeia. Diante disto, observou-se melhora nas condições financeiras internacionais, com preços dos ativos financeiros apresentando elevação no período frente aos níveis observados no trimestre anterior. Contudo, na esteira do bombardeio norte-americano em solo iraquiano no início de 2020, que resultou na morte de um general iraniano e na consequente retaliação por parte daquele país a bases militares do EUA no Iraque, o Banco ressalta que as questões geopolíticas poderão, eventualmente, pressionar a dinâmica dos preços dos ativos ao longo de 2020.

No país, em conjunto com a continuidade do avanço das discussões sobre reformas estruturais importantes – a reforma do sistema previdenciário brasileiro foi promulgada, e avançou o debate sobre novas medidas que aprofundem o controle de gastos públicos e de mudanças tributárias – o Banco observou melhora nos indicadores de atividade econômica, aparentemente, na esteira da medida de estímulo à economia calcada na liberação de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, a revisão dos dados históricos do PIB mostrou resultados mais robustos do que anteriormente previsto e revelou aceleração do ritmo no terceiro trimestre. Previamente, a taxa de crescimento estimada para a economia brasileira era de contração de 0,1% no primeiro trimestre e expansão de 0,4% no segundo trimestre – ambos frente ao trimestre imediatamente anterior e já descontadas as influências sazonais de cada período. Estes resultados foram revistos para estabilidade no primeiro trimestre e expansão de 0,5% no segundo trimestre. Ademais, o resultado do terceiro trimestre apontou expansão de 0,6% nos mesmos termos anteriores, o que deixou os agentes econômicos mais confiantes com a possibilidade de a economia brasileira ter registrado crescimento superior a 1,0% no ano de 2019 como um todo. O Santander compartilha desta visão e estima que o PIB brasileiro tenha crescido 1,2% em 2019 frente a 2018, e projeta que a economia deverá acelerar gradualmente seu ritmo de crescimento e registrar expansão de 2,3% em 2020.

Ao final, na visão do Santander, a combinação das situações internacional e doméstica acabou sendo favorável aos preços dos ativos no quarto trimestre, inclusive da taxa de câmbio que encerrou o período em patamar inferior ao observado no final do terceiro trimestre – R\$4,03/US\$ versus R\$4,16/US\$. Ademais, o Banco testemunhou o mercado de ações apresentar desempenho positivo com o índice Bovespa tendo avançado para o nível de 115.645,3 pontos frente aos 104.745,3 pontos na mesma comparação anterior – reforçando a percepção de que os desdobramentos do ambiente doméstico darão suporte a uma melhora no desempenho econômico à frente.

Mais ainda, o Santander entende que a redução observada no patamar do risco de crédito brasileiro indicou maior confiança quanto à materialização de novas reformas estruturais que possam garantir a sustentabilidade do endividamento público brasileiro. Inclusive, diante deste quadro, a agência de classificação de risco de crédito *Standard & Poor's* alterou sua perspectiva quanto à atual posição ocupada pelo Brasil em seu ranking, com possibilidade de melhora desta colocação. Assim, enquanto o Banco observou o *credit default swap* para o prazo de 5 anos encerrar o terceiro trimestre em 136,5 pontos, esta mesma medida de risco de crédito encerrou dezembro no patamar de 99,5 pontos base – o mais baixo encerramento de trimestre desde junho de 2007. Isto é, ainda que o Banco reconheça a influência dos eventos internacionais na dinâmica cambial, o Santander entende que os acontecimentos domésticos poderão conter pressões sobre a taxa de câmbio e leva-la a encerrar o ano de 2020 no patamar de R\$4,00/US\$.

Por fim, o Banco também considera que a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros promovida pelo Banco Central do Brasil no quarto trimestre é outra evidência que dá suporte a esta visão de que o país passa atualmente por mudanças estruturais que possibilitarão voltar a crescer mais aceleradamente e sem pressões inflacionárias. Aliás, como as expectativas de inflação dos agentes econômicos para os próximos anos mantiveram-se ancoradas às metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional, a autoridade monetária nacional não apenas reduziu a meta da taxa Selic de 5,50% a.a. para 4,50% a.a., como apontou haver ainda espaço para eventuais novas reduções – caso este ambiente inflacionário bastante propício se concretize. Neste sentido, dado que a projeção do Santander para a inflação em 2020 – 3,4% – indica resultado bem abaixo do objetivo estabelecido para este mesmo ano – 4,00% – o Banco projeta que a taxa Selic possa atingir o nível mínimo histórico de 4,00% a.a. no primeiro trimestre de 2020 e permanecer neste patamar ao longo do ano.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2) Desempenho

2.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (R\$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Receitas da Intermediação Financeira	82.740,4	79.322,1	4,3	15.188,0	28.971,8	-47,6
Despesas da Intermediação Financeira	(51.759,7)	(52.383,2)	-1,2	(7.639,1)	(22.590,4)	-66,2
Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)	30.980,7	26.938,9	15,0	7.548,9	6.381,4	18,3
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (b)	(14.218,8)	(12.233,8)	16,2	(5.055,6)	(3.492,2)	44,8
Resultado Operacional	16.761,9	14.705,1	14,0	2.493,3	2.889,2	-13,7
Resultado não Operacional	8,5	193,1	-95,6	101,0	18,9	434,3
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	16.770,4	14.898,1	12,6	2.594,3	2.908,1	-10,8
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(462,1)	(735,2)	-37,1	1.615,3	1.259,0	28,3
Participações no Lucro	(1.734,9)	(1.612,0)	7,6	(339,7)	(469,9)	-27,7
Participações dos Acionistas Minoritários	(392,4)	(384,8)	2,0	(121,8)	(89,4)	36,3
Lucro Líquido Societário	14.181,0	12.166,1	16,6	3.748,1	3.607,8	3,9

Para melhor compreensão dos resultados em BRGAAP, abaixo estão apresentados o Resultado Bruto da Intermediação Financeira e Imposto de Renda e Contribuição Social, desconsiderando o efeito do hedge:

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA AJUSTADO (R\$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	30.980,7	26.938,9	15,0	7.548,9	6.381,4	18,3
Varição Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	1.512,3	(12.540,9)	-112,1	(2.013,6)	4.080,4	-149,3
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(2.776,6)	5.611,8	-149,5	3.218,2	(6.961,9)	-146,2
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Ajustado	29.716,4	20.009,8	48,5	3.872,9	9.160,8	(57,7)

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (R\$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(462,1)	(735,2)	-37,1	1.615,3	1.259,0	28,3
IR/CSLL (hedge)	(1.370,8)	(5.611,8)	-75,6	1.040,9	(2.779,4)	-137,5
Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustado (1)	(1.832,9)	(6.347,0)	(71,1)	2.656,2	(1.520,4)	(274,7)

(1) A variação, após os efeitos do hedge, refere-se, principalmente, ao maior volume de Juros sobre o Capital Próprio deliberado e pela mudança na alíquota da CSLL de 15% para 20%.

a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), considerando a variação cambial positiva de 4,02% e 2,06% para Dólar e Euro, respectivamente (2018 – 18,80% e 14,29%), conforme demonstrado abaixo:

HEDGE CAMBIAL DAS AGÊNCIAS GRAND CAYMAN E LUXEMBURGO E DA SUBSIDIÁRIA SANTANDER BRASIL EFC (R\$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Varição Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	1.512,3	6.673,5	-77,3	(2.013,6)	4.080,4	-149,3
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(2.776,6)	(12.540,9)	-77,9	3.218,2	(6.961,9)	-146,2
IR/CSLL	1.370,8	5.611,8	-75,6	(1.040,9)	2.779,4	-137,5
PIS/Cofins - Despesas tributárias	(106,5)	255,5	-141,7	(163,7)	102,2	-260,2



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

b) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias - Destaque para: (a) Serviços de Conta Corrente, com aumento de 14,8% em relação ao exercício anterior, influenciado pelo crescimento da base de clientes ativos e maior vinculação; (b) Comissões de Seguros, com aumento de 11,5% em relação ao exercício anterior, influenciada pela boa evolução da carteira de crédito; e (c) Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem, com aumento de 35,4% em relação ao exercício anterior, devido à maior atividade com mercado de capitais.

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias (R\$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Administração de Recursos	1.085,9	1.003,3	8,2	278,3	291,3	-4,5
Serviços de Conta Corrente	3.857,1	3.360,2	14,8	1.001,3	995,1	0,6
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.379,3	1.407,9	-2,0	363,2	350,4	3,6
Operações de Crédito	834,5	803,4	3,9	231,4	212,3	9,0
Rendas de Garantias Prestadas	544,7	604,5	-9,9	131,8	138,2	-4,6
Comissões de Seguros	3.118,3	2.797,5	11,5	832,9	771,2	8,0
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	6.118,4	5.771,5	6,0	1.570,0	1.462,0	7,4
Cobrança e Arrecadações	1.514,6	1.519,0	-0,3	380,8	381,2	-0,1
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	982,1	725,3	35,4	68,4	317,2	-78,4
Outras	628,8	700,6	-10,3	168,5	181,9	-7,4
Total	18.684,5	17.285,3	8,1	4.663,4	4.750,2	-1,8

Despesas Gerais - O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal e participações nos lucros, outras despesas administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio, apresentou aumento de 4,4%, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro, aumentaram 1,4% e as outras despesas administrativas, aumentaram 7,0%. As variações em despesas administrativas decorrem, principalmente, os maiores gastos com serviços técnicos especializados e de terceiros, sendo grande parte direcionada para a contratação de serviços de tecnologia. Além disso, registrou um aumento nas despesas com propaganda, promoções e publicidade decorrentes de maior intensidade em ações comerciais sobretudo no quarto trimestre de 2019. As variações em despesas pessoais podem ser atribuídas ao crescimento da linha de benefícios e aos maiores gastos com remuneração, alinhados a meritocracia e desempenho dos negócios.

Despesas Gerais (R\$ Milhões)	12M19	12M18	variação anual %	4T19	3T19	variação trimestral %
Despesas de Pessoal e Participações no Lucro	(9.496,2)	(9.365,4)	1,4	(2.448,9)	(2.416,2)	1,4
Outras Despesas Administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(11.775,1)	(11.006,2)	7,0	(3.261,7)	(2.828,3)	15,3
Total de Despesas Gerais, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(21.271,3)	(20.371,6)	4,4	(5.710,6)	(5.244,6)	8,9

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$ Milhões)	dez-19	dez-18	variação dez/19 vs. dez/18 %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	844.294,7	794.664,0	6,2
Permanente	13.248,4	11.155,3	18,8
TOTAL DO ATIVO	857.543,1	805.819,3	6,4
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	785.789,3	738.178,6	6,4
Resultados de Exercícios Futuros	285,2	337,0	-15,4
Participação dos Acionistas Minoritários	1.695,4	2.069,9	-18,1
Patrimônio Líquido	69.773,2	65.233,7	7,0
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	857.543,1	805.819,3	6,4

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R\$ Milhões)	dez-19	dez-18	variação dez/19 vs. dez/18 %
Carteira de Crédito	352.027,9	305.259,7	15,3
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos (1)	193.454,7	194.464,7	-0,5
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	43.367,5	56.812,2	-23,7
Relações Interfinanceiras	89.265,0	92.442,6	-3,4



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)	dez-19	dez-18	variação dez/19 vs. dez/18 %
Pessoa Física (1)	155.337,8	132.564,9	17,2
Financiamento ao Consumo	58.231,0	50.066,4	16,3
Pessoa Física (1)	50.671,1	43.785,4	15,7
Pessoa Jurídica	7.559,9	6.281,0	20,4
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	41.261,7	35.770,0	15,4
Grandes Empresas	97.197,3	86.858,4	11,9
Total Carteira de Crédito	352.027,9	305.259,7	15,3
Outras Operações com Riscos de Crédito	80.505,1	81.476,1	-1,2
Total Carteira ampliada (bruta)	432.533,0	386.735,8	11,8
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (2)	(21.408,1)	(18.789,1)	13,9
Total Carteira de Crédito (líquida)	411.124,9	367.946,7	11,7

(1) Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$206.009,0 em 31 de dezembro de 2019 (31/12/2018 – R\$176.350,3).

(2) Adicional à provisão para empréstimos, também inclui debêntures, FIDC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de adquirencia e avais e fianças.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais destaques foram os segmentos: (a) Pessoa Física, com aumento de 17,2%, comparado a 31 de dezembro de 2018, influenciado, principalmente, pelo crescimento dos produtos de crédito consignado, cartão de crédito e crédito imobiliário; e (b) Financiamento ao Consumo, com aumento de 16,3% comparado a 31 de dezembro de 2018. O crescimento da carteira é resultado da busca contínua pela qualidade no atendimento em conjunto com soluções inovadoras que foram implementados ao longo do exercício.

Além disso, o desempenho segue suportado pela plataforma +Negócios, que atua no segmento de veículos e oferece melhor experiências durante toda a jornada do cliente.

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 2,9% do total da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2019, 0,2 p.p. abaixo, comparado a 31 de Dezembro de 2018 (3,1%). Os índices estão em patamares controlados decorrente da gestão preventiva e modelos assertivos de riscos do Banco Santander.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,1% da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2019, 6,2% em 31 de dezembro de 2018.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício de 2019 e de 2018, foi de R\$13.447,7 milhões e R\$10.476,4 milhões, respectivamente, apresentando aumento de 28,4%.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R\$ Milhões)	dez-19	dez-18	variação dez/19 vs. dez/18 %
Depósitos à vista	29.107,5	18.831,6	54,6
Depósitos de poupança	49.039,9	46.068,3	6,5
Depósitos à prazo	190.344,5	184.098,3	3,4
Debêntures/LCI/LCA/LIG (1)	50.635,2	46.366,1	9,2
Letras Financeiras/COE	34.526,5	36.889,3	-6,4
Total das Captações	353.653,6	332.253,6	6,4

(1) Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Imobiliárias Garantidas.

As captações de clientes totalizaram R\$353.654 milhões em 31 de dezembro de 2019, com crescimento de 6,4% em doze meses (ou R\$21.400 milhões), influenciadas principalmente pela expressiva expansão de 54,6% em depósitos à vista, em função de algumas operações pontuais no exercício, e pelo crescimento de 3,4% em depósito a prazo.

2.5) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate das Notas emitidas no exterior (Notes) que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de U\$2.5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notes, em dólares



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

norte-americanos, no valor de US\$2.5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para *non-US Persons*, com base no *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		Dez-19		Dez-18
Características Específicas	Nível I	Nível II	Nível I (1)	Nível II (1)
Emissão	nov/18	nov/18	jan/14	jan/14
Principal	US\$1.250	US\$1.250	R\$3.000	R\$3.000
Taxa de Juros (2)	7,250%	6,125%	7,375%	6,000%
Vencimento	Sem Prazo (Perpétuo)	nov/28	Sem Prazo (Perpétuo)	jan/24
Valor Contábil	R\$5.092	R\$5.083	R\$4.895	R\$4.887
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014	semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014

(1) Notes recompradas, conforme autorização do Bacen em 17 de dezembro de 2018. A partir da data de autorização, os mesmos foram excluídos do Nível I e Nível II do PR.

(2) As emissões de janeiro de 2014 foram efetuadas pelo Banco Santander no Brasil, incidindo assim Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor. Dessa forma, a taxa efetiva de juros dessas emissões, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente. As emissões efetuadas de novembro de 2018, foram efetuadas através da Agência de Cayman e consequentemente não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes emitidas em 2018, possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

2.6) Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander, referente a participação do controlador, no montante de R\$69.773,2, apresentou aumento de 7,0% em comparação a 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$65.233,7.

A variação do Patrimônio Líquido entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 foi decorrente, principalmente, do ajuste de avaliação patrimonial positivo (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$2.023,4 milhões, pelo lucro líquido do período no montante de R\$14.181,0 milhões, reduzido pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$4.010 milhões e Dividendos no montante de R\$6.790 milhões e R\$679 milhões negativos de Plano de Benefícios a Funcionários.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 05 de novembro de 2019, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.256.072 Units, representativas de 37.256.072 ações ordinárias e 37.256.072 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2019, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2019, o Banco Santander possuía 16.702 ações ordinárias e 16.702 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 5 de novembro de 2019, encerrando-se em 04 de novembro de 2020.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Abaixo, a movimentação das Ações em Tesouraria:

	dez-19	dez-18
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do período	13.317	1.773
Aquisições de Ações	6.465	15.816
Alienações - Remuneração Referenciada em Ações	(3.080)	(4.272)
Ações em Tesouraria no Final do período	16.702	13.317
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 679.364	R\$ 460.550
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	R\$ 882
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 681.135	R\$ 461.432
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo mínimo	R\$7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado	R\$32,10	R\$28,59
Custo Máximo	R\$49,55	R\$43,84
Cotação da Ação	R\$42,60	R\$42,70

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, houve destaque de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$ Milhões)	dez-19	dez-18
Juros sobre o Capital Próprio	4.010,0	4.080,0
Dividendos Intercalares	6.790,0	2.520,0
Total	10.800,0	6.600,0

2.7) Índice de Basileia

O Bacen determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2018 foi de 11,0%, composto de 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,875% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,375% e o Capital Principal Mínimo para 6,875%.

Para o ano base 2019, a exigência de PR é de 10,5% (desde janeiro de 2019), incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 8,5% e o Capital Principal Mínimo 7,0%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	dez-19	dez-18
Patrimônio de Referência Nível I	66.481,7	61.476,7
Capital Principal	61.389,5	56.581,5
Capital Complementar	5.092,2	4.895,2
Patrimônio de Referência Nível II	5.083,8	4.887,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	71.565,5	66.363,9
Risco de Crédito	407.786,2	358.955,6
Risco de Mercado	20.235,2	39.231,8
Risco Operacional	47.965,5	42.375,6
Total de RWA	475.986,9	440.562,9
Índice de Basileia Nível I	13,97	13,95
Índice de Basileia Capital Principal	12,90	12,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,04	15,06



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.8) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, das principais controladas diretas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$ Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízos) Líquido	Carteira de Crédito (1)	Participação %
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	46.460,3	937,5	608,8	43.858,2	100,00%
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	26.570,9	2.611,8	585,4	0,0	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	7.076,5	5.762,8	47,0	2.111,8	99,99%
Banco Bandepe S.A.	15.504,0	5.277,6	242,1	0,0	100,00%
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	3.850,3	3.547,1	(10,9)	671,4	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimento e Serviços S.A.	5.028,8	3.002,2	446,9	0,0	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.103,0	646,4	98,3	0,0	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	1.359,0	1.340,6	25,6	0,0	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.	14.697,6	1.543,8	510,3	14.504,9	60,00%
Banco RCI Brasil S.A.	12.543,6	1.314,8	258,0	10.318,4	39,89%

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima não contemplam a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos**3.1) Plano de Benefício Pós Emprego**

Em 30 junho de 2018, foi aprovado o aumento de contribuição de custeio estabelecida no Plano de Benefício Pós Emprego, que é calculada como um percentual sobre o total da remuneração mensal dos associados. O referido aumento na contribuição resultou em uma diminuição do custo do serviço passado, em função de alteração do plano. As alterações previstas no Benefício Pós Emprego implicam em redução do valor presente das obrigações do plano de benefício definido, a qual está suportada por avaliação dos atuários externos.

3.2) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças do Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

3.3) Reestruturações Societárias

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Opção de venda de participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições suspensivas usuais nesse tipo de transação.

b) Aquisição de Participação Residual na Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A.

Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual"), subsidiária integral do Banco Santander, e os acionistas minoritários da Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A. ("Return Capital") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Return Capital, no qual a Atual adquiriu a totalidade das ações dos minoritários, correspondentes a 30% do capital social da Return Capital. A aquisição foi concluída em 01 de novembro de 2019, de modo que a Atual passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Return Capital.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

c) Incorporação de parcela cindida da Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.

Em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a operação de cisão parcial da Integrity Tecnologia e Serviços AHU Ltda. ("Integrity"), subsidiária integral da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida de seu patrimônio, referente a seus ativos e passivos, à Getnet. A incorporação da parcela cindida pela Getnet encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em 20 de dezembro de 2019, a Getnet e a Santander Merchant Platform Solutions, S.L. ("SMPS Global"), sociedade sediada na Espanha e controlada pelo Banco Santander, S.A. (Santander Espanha), celebraram Contrato de Compra e Venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Integrity, de modo que a SMPS Global passou a deter 100% do capital social da Integrity. Em 23 de Dezembro de 2019, a Integrity teve sua denominação social alterada para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda.

d) Transferência de controle do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. e da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 23 de outubro de 2019, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. teve seu capital social reduzido, sem o cancelamento de ações, mediante a transferência das ações ordinárias representativas de sua participação societária detida no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Olé") e na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Super") para o Banco Santander. Em 23 de dezembro de 2019, foram cumpridas as condições necessárias para conclusão da operação, quais sejam: (i) homologação do Banco Central do Brasil; e (ii) término do prazo de oposição de credores, nos termos do art. 174 da Lei nº 6.404/76, de forma que Olé e Super passaram a ser diretamente controladas pelo Banco Santander.

e) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer.

f) Aquisição de Participação Residual na Getnet S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se comprometeu a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431.000. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A.

g) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

Em 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade S.A., com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade S.A. atua no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

h) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop"), mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors S.A.. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social no valor de R\$23.900 mediante a emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors S.A..

i) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

Em 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios e Serviços S.A. ("Ben"), com participação totalmente detida pelo Banco Santander para atuar no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos. A Ben iniciou suas atividades no segundo trimestre de 2019.

j) Constituição da Santander Auto S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. ("HDI Seguros"), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto S.A., detida 50% pela Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Sancap"), sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo BACEN em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

aprovação prévia da SUSEP. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A. Em 9 de janeiro de 2019, a SUSEP concedeu para a Santander Auto S.A. a autorização para operar seguros de danos em território nacional. A Santander Auto S.A. iniciou suas atividades em agosto de 2019.

k) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"), cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. A GIC atua como banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. A GIC iniciou suas atividades no segundo semestre de 2019.

l) Constituição de Parceria com Hyundai Capital Services, Inc.

Em 28 de abril de 2016, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. ("Hyundai Capital") os documentos necessários para a constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros com o objetivo de oferecer financiamento de automóveis e serviços financeiros e corretagem de seguros para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil.

I.i) Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A. ("Banco Hyundai"). Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai.

Em 21 de fevereiro de 2019, a autorização outorgada pelo BACEN para funcionamento do Banco Hyundai foi publicada no Diário Oficial da União. O Banco Hyundai iniciou suas operações em abril de 2019.

I.ii) Hyundai Corretora de Seguros Ltda.

Em 30 de abril de 2019, o BACEN autorizou o Banco Santander a deter participação indireta em sociedade a ser constituída sob a denominação Hyundai Corretora de Seguros Ltda. ("Hyundai Corretora"). A Hyundai Corretora foi constituída em 22 de julho de 2019. Em 10 de setembro de 2019 a Hyundai Corretora obteve o registro da sociedade como corretora de seguros junto à SUSEP. A Hyundai Corretora iniciou suas operações em novembro de 2019.

m) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., uma subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de conversão foi aprovado pelo BACEN em 21 de novembro de 2018. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo BACEN em 22 de janeiro de 2019. A companhia iniciou suas operações em 14 de março de 2019.

4) Estratégia

O Banco Santander Brasil é o único Banco internacional, com escala, no País. O Banco Santander está convicto de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. A atuação do Banco está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Com isso, o propósito do Banco Santander é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem. O Banco Santander é um Banco simples, pessoal e justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais, inovadores, com alto valor agregado, por meio de uma plataforma multicanal.
- Gerar resultados de forma sustentável e rentável, com maior diversificação de receitas, considerando equilíbrio entre crédito, captação e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e controle rigoroso de despesas.
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento.
- Ganhar participação de mercado de forma rentável por meio de nosso robusto portfólio, otimizar o ecossistema e lançar novos negócios, melhorando continuamente a experiência de seus clientes.

Em 2019 o Banco Santander segue sua história de crescimento contínuo, com resultados destacados e níveis elevados de rentabilidade, suportados pelo fortalecimento de sua cultura e apoio às pessoas. O Banco tem como foco a melhora da qualidade



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

do atendimento, com isso apresenta crescimento consistente da base de clientes. Além disso segue evoluindo sua plataforma para entrega de maior produtividade. Também com objetivo de fortalecer seu ecossistema, o Banco Santander lançou novos negócios, que já mostraram resultados positivos ao longo do ano. Todos esses fatores, aliados à sólida base de capital, reforçam a sustentabilidade de seus negócios. Destaca-se:

Pessoas

- O Banco Santander manteve um elevado índice de engajamento, atingindo 92%
- O Banco Santander apoia o desenvolvimento e protagonismo de seus funcionários. Por meio da Academia Santander o Banco dissemina o conhecimento e 75% dos treinamentos foi realizado por multiplicadores internos
- Pelo 4º ano consecutivo o Banco foi eleito entre as melhores empresas para se trabalhar

Varejo

- Consignado: participação de mercado do Banco Santander em carteira de crédito alcançou 11,0%, alta de 1,1 p.p. YoY (Fonte: Banco Central, data-base novembro/19). A produção dos canais digitais ganhou relevância ao longo de 2019, sendo que no 4T19, o número de contratos cresceu 20% YoY. Além disso, em dezembro, o Banco celebra um acordo (a efetivação de Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições suspensivas usuais nesse tipo de transação) vinculante para aquisição da totalidade das ações de emissão do Banco Olé.
- Imobiliário: nesse ano, o Banco reforçou seu posicionamento no produto por meio de condições atrativas e inovadoras para os clientes. Além disso, realizou campanha com uma grande varejista para premiar geladeiras e ofereceu carência nas seis primeiras parcelas do financiamento imobiliário e taxas competitivas. Essas iniciativas colaboraram para o aumento da produção cuja participação de mercado no segmento pessoa física atingiu 11,1% (Fonte: Banco Central, data-base novembro/19), crescimento de 2,9 p.p. YoY.
- Cartões: o faturamento total no 4T19 cresceu 13,7% YoY e a participação de mercado do Banco em carteira de crédito alcançou 12,8% (Fonte: Banco Central, data-base novembro/19). No trimestre, o Banco realizou diversas campanhas de incentivo como a Promoção Lance de Campeão que, além de prêmios instantâneos, levará o ganhador para a final da UEFA *Champions League*. Clientes correntistas que adquiriram um cartão bem como clientes do AAdvantage® também tiveram acesso a condições atrativas. Em 2019 o Banco Santander realizou importantes avanços no Way para fortalecê-lo como a sua plataforma estratégica de pagamento. Como resultado, o Banco Santander atingiu aproximadamente 6,5 milhões de usuários ativos e aproximadamente 57 milhões de visitas/mês.

Agro

O agronegócio permanece como uma das frentes de expansão para o interior do país, em regiões estratégicas onde o Banco não tem presença. O Banco Santander encerra o ano de 2019 com 34 lojas Agro. Assim, o Banco expande a base de clientes e a carteira de crédito. No Banco Santander a participação de mercado em emissões de LCA alcançou 96% (Fonte: CETIP/B3, dezembro/19).

Getnet

Nesse ano, diante de um cenário mais competitivo, o Banco Santander direcionou suas estratégias para o crescimento com rentabilidade. Sendo assim, a empresa preserva seus resultados, com melhor eficiência e apresenta o menor custo (Baseado nas empresas que divulgam seus resultados) por transação da indústria. No âmbito de negócios, a Getnet foi a empresa com maior crescimento de base ativa no 2T19 e 3T19 e encerrou o ano com mais de 755 mil clientes ativos, alta de 30% em doze meses, enquanto a base de POS instalados alcançou 1,4 milhões pelo país. Esse desempenho foi suportado por ofertas diferenciadas como a taxa única para operações de débito e crédito à vista. Além disso, a Getnet foi pioneira no setor no lançamento da portabilidade e também do POS digital. O e-commerce segue aumentando a relevância nos seus negócios, com significativo aumento no faturamento. A participação de mercado da Getnet atingiu 11,3% no final do 3T19 (Fonte: ABECS – Monitor Bandeiras data-base 3T19, novo critério).

PMEs

Em 2019 o Banco Santander desenvolveu iniciativas para fortalecer o atendimento como, por exemplo, a criação do segmento para microempreendedores individuais, considerando a necessidade dessas empresas. Em termos de oferta para as pequenas empresas, o Banco Santander foi pioneiro e lançou o Santander Duo, modelo de atendimento que concentra a conta pessoal e a conta jurídica em um único gerente e em uma única tarifa. Para empresas de médio porte o Banco Santander expandiu as Agências Polo e Núcleos que prestam assessoria especializada. Além disso, foi criado o Núcleo Empresas Tech SP que inclui uma equipe comercial e de riscos especializadas em empresas do setor de tecnologia.

Fortalecimento dos negócios líderes

Santander Financiamentos: o Banco Santander segue líder no setor, com participação de mercado de 25,8% (Fonte: Banco Central, data-base novembro/19 - Veículos PF) em pessoa física. Essa evolução é sustentada por ofertas inovadoras, parcerias e qualidade do atendimento comercial. O Banco iniciou no último trimestre as operações da Santander Auto (seguro de carro 100% digital) que estabelecerá para o cliente uma forma mais simples de contratar e utilizar o seguro, com ofertas atrativas.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Webmotors: ao longo do ano a Webmotors reforçou a oferta integrada em conjunto com a Santander Financiamentos e o Banco. Uma das ferramentas que viabiliza essa estratégia é o *Cockpit*, que foi implementada para 100% da base do Banco Santander de lojistas. Essa plataforma auxilia o cliente no dia a dia, potencializando as vendas enquanto reúne todas as soluções do Santander em um só lugar.

A Santander *Corporate & Investment Banking* (SCIB) líder em:

- Assessoria financeira de financiamento e leilão de concessão e em estruturação de financiamento pela Anbima (Assessoria Financeira – líder desde 2008, ANBIMA 2018).
- Assessoria financeira e MLA, no Brasil e América Latina, em quantidade de *deals* e M&A no Brasil pela Dealogic (data-base 3T19).
- No mercado de câmbio de acordo com o Banco Central do Brasil (acumulado entre janeiro e novembro de 2019).

Black Week, vem que volta

Na edição de 2019, além do Banco Santander ofertar mais de 10 soluções financeiras do Banco, o cliente recebeu um *voucher* com condições especiais para serem utilizados em empresas parceiras. No período da campanha, a média de visitas por dia no portal do Banco registrou crescimento de 27% em relação ao mesmo período sem campanha. O Banco Santander apresentou incremento significativo de produção nos canais em diversos produtos, com destaque para consórcio e financiamento de veículos.

Histórias de crescimento

- Ben: empresa com atuação no setor de benefícios, implementou ao longo do ano os vales alimentação, refeição e transporte. Como resultado, o Banco já vê bons indicadores de evolução como 220 mil estabelecimentos comerciais credenciados e aproximadamente 100 mil cartões emitidos
- Pi: a plataforma do Banco Santander digital de investimentos, continua ampliando o portfólio de produtos e já possui uma oferta de 198 produtos de renda fixa e 310 fundos de investimento. Além disso, o Banco iniciou a distribuição de tesouro direto.
- emDia: plataforma digital de renegociação de dívida para pessoa física, inicialmente focada em clientes oriundos das empresas varejistas e empresas com clientes de rendas massivas.
- Sim: plataforma digital que facilita o acesso ao crédito pessoal com ofertas personalizadas, incluindo opção de garantias, como motos, e a possibilidade de pagamento parcelado de faturas e boletos com taxas atrativas.

Sustentabilidade

- Prospera microcrédito contribui para a inclusão financeira no país e é uma importante ferramenta para o Banco Santander alcançar esse público. Em 2019, o Banco aumentou significativamente sua força comercial, que somada a uma comunicação clara e lojas especializadas, possibilitaram atingir R\$1,2 bilhões de carteira de crédito no final de dezembro de 2019, crescimento de 82% em doze meses. Em base de clientes, o Banco alcançou mais de 510 mil no mesmo período. Como resultado, entre os Bancos privados, o Banco Santander segue líder nesse produto.
- No segmento Universidades, uma das principais frentes de aquisição de novos clientes, o Banco possui além da solução financeira uma oferta não financeira baseada em formação, emprego e empreendedorismo. Adicionalmente, o Banco Santander concede mais de 20,7 mil bolsas de estudo no país desde 2015.
- O Banco assumiu o compromisso de consumir 100% de energia renovável em suas operações até 2025. Nesse sentido, encerra 2019 com 24% de sua energia sendo proveniente desse tipo de fonte.
- No âmbito de negócios sócio ambientais o Banco Santander viabilizou (desde o 3T19 está utilizando o conceito total de negócios sócio ambientais viabilizados, que contempla os desembolsos do Prospera Santander, agronegócio sustentável, infraestrutura, energia renovável, financiamento estudantil (graduação medicina), outros negócios socioambientais e as emissões de *Green Bonds*) mais de R\$15,9 bilhões no ano.
- O Banco Santander foi reconhecido como o Banco número 1 entre as empresas que mudam o mundo, de acordo com a Revista Fortune
- O Banco Santander foi eleito a empresa mais sustentável do setor financeiro, segundo a edição 2019 do Guia Exame de Sustentabilidade

Vinculação dos clientes

O Banco Santander segue aprimorando seu atendimento, com foco em ser o melhor Banco em satisfação do cliente. O indicador NPS (*Net Promoter Score*), que é uma das ferramentas de gestão para medir a satisfação, se mantém em patamar elevado atingindo 56 pontos nesse trimestre.

A base de clientes continua com sólida expansão a qual o Banco destaca um crescimento de 55 meses consecutivos e aumento em todas as categorias.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências *Standard & Poor's* e *Moody's*:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's¹ (perspectiva)	BB- (positiva)	B	BB- (positiva)	B	brAAA (positiva)	brA-1+
Moody's² (perspectiva)	Ba1 (estável)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

(1) Última atualização em 12 de dezembro de 2019.

(2) Última atualização em 14 de agosto de 2019.

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração do Banco Santander se reuniu e deliberou:

Em 28 de janeiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, aprovar a exoneração do Sr. José de Paiva Ferreira do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior e a recondução do Sr. Ede Ilson Viani de seu cargo de Diretor sem designação específica para o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo.

Em 27 de dezembro de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1.010 milhões e dividendos no montante de R\$6.790 milhões, para pagamento a partir de 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 01 de novembro de 2019, aprovar o novo programa de recompra de Units representando, cada uma, 1 ação ordinária e 1 ação preferencial de emissão da Companhia, ou ADRs, pelo Banco Santander ou por sua agência em Cayman; para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Em 31 de outubro de 2019, aprovar a exoneração do Sr. Sérgio Gonçalves ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 29 de outubro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2019.

Em 30 de setembro de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 23 de setembro de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Rodrigo Cury ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 28 de agosto de 2019, aprovar a reeleição da Sra. Monique Silvano Arantes Bernardes para a função de Ouvidora.

Em 23 de agosto de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Alexandre Grossmann Zancani ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 06 de agosto de 2019, aprovar a exoneração do Sr. Nilton Sérgio Silveira Carvalho ao cargo de Diretor sem designação específica, bem como aprovar a eleição da Sra. Marília Artimonte Rocca para a função de Coordenadora do Comitê de Sustentabilidade.

Em 22 de julho de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 30 de junho de 2019.

Em 17 de julho de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Leopoldo Martinez Cruz ao cargo de Diretor sem designação específica.

Em 02 de julho de 2019, aprovar a eleição da Sra. Ana Paula Vitali Janes Vescovi como Diretora sem designação específica.

Em 28 de junho de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 03 de maio de 2019, eleger os membros do Comitê de Auditoria, para mandato de 1 ano, o qual se estenderá até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2020, os membros do Comitê de Riscos e Compliance, do Comitê de Sustentabilidade, do Comitê de Nomeação e Governança e do Comitê de Remuneração para mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Em 03 de maio de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Marcelo Malanga, Diretor sem designação específica do Banco Santander; e eleger os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander para um novo mandato, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

Em 30 de abril de 2019, aprovar o Relatório Anual de Auditoria Interna referente ao exercício de 2018 em atendimento a Resolução CMN nº4588.

Em 30 de abril de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao período findo em 31 de março de 2019.

Em 27 de março de 2019, aprovar a proposta de destaque e pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1 bilhão, para pagamento a partir do dia 29 de abril de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

Em 27 de março de 2019, conhecer a renúncia do Sr. Fernando Carvalho Botelho de Miranda ao cargo de Diretor sem designação específica, bem como aprovar a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria Executiva, como Diretores sem designação específica: Sr. Daniel Fantoni Assa; Sra. Elita Vechin Pastorelo Ariaz; Sr. Franco Luigi Fasoli; Sr. Jean Paulo Kambourakis e Sr. Roberto Alexandre Borges Fischetti.

Em 20 de março de 2019, aprovar o Formulário 20-F do Banco Santander referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Em 25 de fevereiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Em 29 de janeiro de 2019, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

7) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de *Apetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement)*, constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação de informações. O Banco Santander desenvolve ações necessárias de forma contínua e progressiva, visando a aderência à resolução. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes dessa norma.

Para maiores informações, vide a nota explicativa nº 36 desta publicação.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco Santander conta com uma governança robusta, a qual suporta os processos relacionados a este tema e estabelece as atribuições de cada uma das equipes envolvidas. Além disto, há uma clara definição das diretrizes que devem ser adotadas para a efetiva gestão do capital. Maiores detalhes podem ser consultados na Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital, disponível no site de Relação com Investidores.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2019.

8) Pessoas

As pessoas são elemento essencial na Organização. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 47.819 funcionários aqui no Brasil.

Para o desenvolvimento dessas pessoas, a Academia Corporativa – a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando que todos, de forma online e presencial, possam aprimorar aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações, Experiências e Gerações e o pilar LGBTQ+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos, que esse ano chegou à sua 2ª edição. Nele, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por meio de duas pesquisas que foram realizadas anualmente e que trouxe excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 91% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os *stakeholders*.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso eficiente e estratégico do Capital Natural, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão de futuro do Banco, por meio desses pilares é apoiar a sociedade brasileira na sua transformação para o Brasil do Século XXI, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

Dentre os prêmios e reconhecimento, em 2019, o Banco Santander foi eleito a empresa mais sustentável do setor financeiro, segundo a edição de 2019 do Guia Exame de Sustentabilidade, promovido pela Revista Exame; pelo 10º ano consecutivo permaneceu na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE); foi reconhecido como o Banco nº 1 entre as empresas que mudam o Mundo, de acordo com a revista Fortune; venceu também o 7º Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade na categoria Socioambiental com o case do Prospera Santander Microfinanças; e em relação ao desempenho em agências de rating ASG (ambiental, social e governança), conquistou pontuações acima da média da indústria e, na maioria dos casos, melhorou o desempenho em comparação com o último ano.

Até o quarto trimestre o Banco viabilizou cerca de R\$15,9 bilhões em Negócios Socioambientais, considerando as linhas de energias renováveis, agronegócio sustentável, Prospera Santander Microcrédito, Financiamento Estudantil (graduação medicina), Project Finance (energias renováveis), outros negócios socioambientais e a participação na estruturação e *advisory* de *Green/Transition Bonds*.

Em relação ao impacto social, por meio do Santander Universidades concedeu cerca de 6 mil bolsas de estudos em 2019.

O Programa Amigo de Valor, permite que o Banco Santander, bem como os funcionários e clientes, direcione parte do imposto de renda devido diretamente para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2019, esse programa arrecadou fundos totalizando mais de R\$19 milhões.

Em 2019, durante seis semanas foram abertas algumas agências aos finais de semana visando oferecer orientação financeira gratuita à população.

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

O Banco assumiu a meta de consumir energia renovável em 100% de suas operações até o ano de 2025. O compromisso atingirá as unidades de atendimento, em todo o país, até o fim de 2021 e todos os prédios administrativos e centro de processamento de dados até 2025.

Também foi lançado o projeto *Plastic Free* que tem como objetivo inicial reduzir o consumo de plástico de uso rápido (copos e garrafas) nos prédios administrativos e até 2020 impactar todas as agências.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria independente efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração**A Diretoria Executiva**

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 28/01/2020).

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, crédito consignado, plataformas digitais, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na Nota 14 e os Fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) ⁽⁴⁾;
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽¹⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) ⁽²⁾;
- Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) ⁽³⁾;
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) ⁽⁴⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) ⁽⁵⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema V - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL V) ⁽⁶⁾;
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos ⁽⁷⁾; e
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado ⁽⁸⁾.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 14) detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores têm somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.

(3) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 30 de outubro de 2018, foi aprovada a alteração da denominação do BRL V – Fundo de Investimento Imobiliário – FII para Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário.

(4) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

(5) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas há mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (atual denominação social da Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros) (Nota 14), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

(6) Este fundo passou a ser consolidado em outubro de 2017 e é controlado indiretamente pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Nota 14).

(7) Este fundo passou a ser consolidado em novembro de 2018 e é controlado pelo do Banco Bandepe S.A. (Nota 14).

(8) Este fundo passou a ser consolidado em junho de 2019 e é controlado pela Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Nota 14).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

Em 2019, os saldos das rubricas (i) Operações de Crédito, (ii) Resultado de Operações de Câmbio, (iii) Operações de Captações no Mercado e (iv) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários que compõe o "Resultado Bruto da Intermediação Financeira" foram reclassificadas em contrapartida à rubrica de Outras Receitas Operacionais e Outras Despesas Operacionais, para melhor apresentação. Consequentemente, os saldos de 2018 foram reapresentados para manter a comparabilidade.

Em 2019, os saldos das rubricas de Outras Despesas Administrativas e Outras Despesas Operacionais foram reclassificadas para melhor apresentação. Os saldos referentes às contas reclassificadas são imateriais em períodos anteriores.

As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes, de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia e parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na reunião realizada em 28 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de *hedge* de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander em 2019. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agência no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*hedge*) podem ser classificados como:

I - *hedge* de risco de mercado; e

II - *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos objetos de *hedge* são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Não temos operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”, conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A

Notas Explicativas

operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

l.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 34. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 31) e despesas de pessoal (Nota 27).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas ou canceladas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 20.

q) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 22.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20 % com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

t) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

u) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

v) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

w) Participação dos Acionistas Minoritários

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

x) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

y) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco			Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	9.543.649	11.358.459	11.148.561	9.924.644	11.629.112	11.148.561
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.877.783	14.496.489	11.515.820	11.519.019	13.656.870	11.515.820
Aplicações no Mercado Aberto	110.746	4.925.769	603.408	110.746	4.925.769	603.408
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.465.065	1.702.653	1.498.280	1.105.446	862.449	1.498.280
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.301.972	7.868.067	9.414.132	10.302.827	7.868.652	9.414.132
Total	21.421.432	25.854.948	22.664.381	21.443.663	25.285.982	22.664.381

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				31/12/2019	Banco 31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	12.524.930	16.178.435	-	28.703.365	45.325.687
Posição Bancada	192.060	629.365	-	821.425	2.335.670
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.500	-	-	10.500	9.017
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	703.522
Notas do Tesouro Nacional - NTN	181.560	629.365	-	810.925	1.623.131
Posição Financiada	2.696.273	6.315.430	-	9.011.703	14.673.484
Letras do Tesouro Nacional - LTN	90.481	366.946	-	457.427	3.787.598
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.605.792	5.948.484	-	8.554.276	10.885.886
Posição Vendida	9.636.597	9.233.640	-	18.870.237	28.316.533
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.581.112	1.325.522	-	2.906.634	10.073.521
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.055.485	7.908.118	-	15.963.603	18.243.012
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.963.011	34.267.107	33.694.075	76.924.193	61.302.911
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.301.972	-	-	10.301.972	7.868.067
Total	31.789.913	50.445.542	33.694.075	115.929.530	114.496.665

				31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	12.524.930	16.178.435	-	28.703.365	44.825.827
Posição Bancada	192.060	629.365	-	821.425	2.835.809
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.500	-	-	10.500	9.017
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	1.703.521
Notas do Tesouro Nacional - NTN	181.560	629.365	-	810.925	1.123.271
Posição Financiada	2.696.273	6.315.430	-	9.011.703	13.673.485
Letras do Tesouro Nacional - LTN	90.481	366.946	-	457.427	2.787.599
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.605.792	5.948.484	-	8.554.276	10.885.886
Posição Vendida	9.636.597	9.233.640	-	18.870.237	28.316.533
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.581.112	1.325.522	-	2.906.634	10.073.521
Notas do Tesouro Nacional - NTN	8.055.485	7.908.118	-	15.963.603	18.243.012
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.772.382	1.792.821	796.099	4.361.302	4.117.752
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.302.827	-	-	10.302.827	7.868.652
Total	24.600.139	17.971.256	796.099	43.367.494	56.812.231

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2019			Banco	
				31/12/2018	
	Valor do	Ajuste ao Valor de Mercado		Valor	Valor
	Custo	Refletido no:		Contábil	Contábil
	Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido		
Títulos para Negociação	32.253.607	304.289	-	32.557.896	47.827.195
Títulos Públicos	30.520.460	235.174	-	30.755.634	47.282.124
Títulos Privados	1.733.147	69.115	-	1.802.262	545.071
Títulos Disponíveis para Venda	110.100.666	3.137.823	5.233.105	118.471.594	106.498.971
Títulos Públicos	81.849.270	3.059.699	4.617.664	89.526.633	82.478.707
Títulos Privados	28.251.396	78.124	615.441	28.944.961	24.020.264
Títulos Mantidos até o Vencimento	11.739.597	-	-	11.739.597	11.256.327
Títulos Públicos	11.275.488	-	-	11.275.488	11.256.327
Títulos Privados	464.109	-	-	464.109	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	154.093.870	3.442.112	5.233.105	162.769.087	165.582.493

	31/12/2019			Consolidado	
				31/12/2018	
	Valor do	Ajuste ao Valor de Mercado		Valor	Valor
	Custo	Refletido no:		Contábil	Contábil
	Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido		
Títulos para Negociação	35.309.995	667.476	-	35.977.471	54.001.557
Títulos Públicos	32.560.212	598.361	-	33.158.573	51.909.118
Títulos Privados	2.749.783	69.115	-	2.818.898	2.092.439
Títulos Disponíveis para Venda	119.767.975	3.137.823	5.390.661	128.296.459	111.179.802
Títulos Públicos	91.108.785	3.059.699	4.775.211	98.943.695	88.337.847
Títulos Privados	28.659.190	78.124	615.450	29.352.764	22.841.955
Títulos Mantidos até o Vencimento	11.739.597	-	-	11.739.597	11.256.327
Títulos Públicos	11.275.488	-	-	11.275.488	11.256.327
Títulos Privados	464.109	-	-	464.109	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	166.817.567	3.805.299	5.390.661	176.013.527	176.437.686

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

II) Títulos para Negociação

	Banco						Consolidado	
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	30.520.460	235.174	30.755.634	47.282.124	32.560.212	598.361	33.158.573	51.909.118
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.157.560	1.329	3.158.889	2.158.662	3.529.027	1.329	3.530.356	5.070.617
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.829.072	9.443	6.838.515	15.633.571	6.829.072	9.443	6.838.515	15.633.571
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.467.270	220.038	20.687.308	28.976.194	22.135.555	583.225	22.718.780	30.691.233
Títulos da Dívida Agrária - TDA	66.558	4.364	70.922	126.519	66.558	4.364	70.922	126.519
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	387.178	-	-	-	387.178
Títulos Privados	1.733.147	69.115	1.802.262	545.071	2.749.783	69.115	2.818.898	2.092.439
Ações	-	-	-	4.211	665.075	-	665.075	589.647
Cotas de Fundos de Investimento	769.229	64.834	834.063	130.528	1.003.234	64.834	1.068.068	-
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	36.067	-	36.067	625
Debêntures	443.972	(4.153)	439.819	274.988	443.972	(4.153)	439.819	1.161.466
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	22.951	(82)	22.869	-	22.951	(82)	22.869	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	14.556	(1.819)	12.737	135.344	14.556	(1.819)	12.737	135.344
Eurobonds	482.439	10.335	492.774	-	482.439	10.335	492.774	-
Letras de Câmbio	-	-	-	-	81.489	-	81.489	-
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	-	-	205.357
Total	32.253.607	304.289	32.557.896	47.827.195	35.309.995	667.476	35.977.471	54.001.557

Títulos para Negociação	Banco					
	31/12/2019					
Abertura por Vencimento	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	2.677.748	3.994.728	7.421.246	16.661.912	30.755.634
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	300.470	1.216.345	546.039	1.096.035	3.158.889
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.061.643	1.795.347	1.401.268	1.580.257	6.838.515
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	302.097	964.861	5.452.237	13.968.113	20.687.308
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	13.538	18.175	21.702	17.507	70.922
Títulos Privados	834.063	1.204	498.196	61.693	407.106	1.802.262
Cotas de Fundos de Investimento	834.063	-	-	-	-	834.063
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	22.869	22.869
Debêntures	-	1.204	6.127	59.960	372.528	439.819
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	1.474	11.263	12.737
Eurobonds	-	-	492.069	259	446	492.774
Total	834.063	2.678.952	4.492.924	7.482.939	17.069.018	32.557.896

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

						Consolidado 31/12/2019
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	2.696.290	4.001.021	7.998.383	18.462.879	33.158.573
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	319.012	1.222.638	886.601	1.102.105	3.530.356
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.061.643	1.795.347	1.401.268	1.580.257	6.838.515
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	302.097	964.861	5.688.812	15.763.010	22.718.780
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	13.538	18.175	21.702	17.507	70.922
Títulos Privados	1.769.210	1.204	498.196	143.182	407.106	2.818.898
Ações	665.075	-	-	-	-	665.075
Cotas de Fundos Imobiliários	36.067	-	-	-	-	36.067
Cotas de Fundos de Investimento	1.068.068	-	-	-	-	1.068.068
Debêntures	-	1.204	6.127	59.960	372.528	439.819
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	1.474	11.263	12.737
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	22.869	22.869
Eurobonds	-	-	492.069	259	446	492.774
Letras de Câmbio	-	-	-	81.489	-	81.489
Total	1.769.210	2.697.494	4.499.217	8.141.565	18.869.985	35.977.471

III) Títulos Disponíveis para Venda

					Banco 31/12/2019	31/12/2018
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil	
		Resultado	Patrimônio Líquido			
Títulos Públicos	81.849.270	3.059.699	4.617.664	89.526.633	82.478.707	
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	968	-	197	1.165	1.007	
Crédito Securitizado	-	-	-	-	1.446	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.144.795	-	6.818	11.151.613	9.390.914	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	30.025.502	744.442	214.987	30.984.931	36.883.802	
Notas do Tesouro Nacional - NTN (3)	40.678.005	2.315.257	4.395.662	47.388.924	32.338.196	
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	3.863.342	
Títulos Privados	28.251.396	78.124	615.441	28.944.961	24.020.264	
Ações	320	-	(260)	60	50	
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	23.074	
Cotas de Fundos de Investimento	3.963.540	-	-	3.963.540	1.332.021	
Debêntures (1)	11.426.545	78.124	410.383	11.915.052	9.871.056	
Eurobonds	3.206.532	-	104.663	3.311.195	2.331.017	
Notas Promissórias - NP	4.617.311	-	79.544	4.696.855	6.625.314	
Letras Financeiras - LF	192.377	-	427	192.804	236.368	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	36.067	-	613	36.680	151.618	
Cédula de Produto Rural - CPR	4.808.704	-	20.071	4.828.775	3.449.746	
Total	110.100.666	3.137.823	5.233.105	118.471.594	106.498.971	

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

				31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Títulos Disponíveis para Venda	Valor do	Ajuste ao Valor de Mercado		Valor	Valor
	Custo	Refletido no:		Contábil	Contábil
	Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido		
Títulos Públicos	91.108.785	3.059.699	4.775.211	98.943.695	88.337.847
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	968	-	197	1.165	1.007
Crédito Securitizado	-	-	-	-	1.446
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (2)	16.541.872	-	5.493	16.547.365	12.180.134
Letras do Tesouro Nacional - LTN	31.492.723	744.442	263.483	32.500.648	37.855.695
Notas do Tesouro Nacional - NTN (3)	43.073.222	2.315.257	4.506.038	49.894.517	34.436.223
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	3.863.342
Títulos Privados	28.659.190	78.124	615.450	29.352.764	22.841.955
Ações	82.647	-	(260)	82.387	5.398
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	23.074
Cotas de Fundos de Investimento	3.082.832	-	-	3.082.832	156.306
Cotas de Fundos Imobiliários	57.522	-	9	57.531	65.983
Debêntures (1)	12.575.184	78.124	410.383	13.063.691	9.792.922
Eurobonds	3.206.532	-	104.663	3.311.195	2.331.017
Notas Promissórias - NP	4.617.311	-	79.544	4.696.855	6.625.314
Letras Financeiras - LF	192.377	-	427	192.804	236.368
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	36.067	-	613	36.680	151.618
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	14	-	-	14	4.209
Cédula de Produto Rural - CPR	4.808.704	-	20.071	4.828.775	3.449.746
Total	119.767.975	3.137.823	5.390.661	128.296.459	111.179.802

						Banco 31/12/2019
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	-	5.997.691	8.591.131	19.600.655	55.337.156	89.526.633
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	1.165	-	1.165
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	11.203	3.113.128	8.027.282	11.151.613
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.649.206	8.568.794	13.759.400	4.007.531	30.984.931
Notas do Tesouro Nacional - NTN (3)	-	1.348.485	11.134	2.726.962	43.302.343	47.388.924
Títulos Privados	3.963.600	1.822.013	5.930.193	6.092.667	11.136.488	28.944.961
Ações	60	-	-	-	-	60
Cotas de Fundos de Investimento	3.963.540	-	-	-	-	3.963.540
Debêntures (1)	-	178.074	1.450.838	2.932.897	7.353.243	11.915.052
Eurobonds	-	749.644	-	-	2.561.551	3.311.195
Notas Promissórias - NP	-	331.479	2.178.131	1.906.768	280.477	4.696.855
Letras Financeiras - LF	-	-	192.804	-	-	192.804
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	123	389	32.164	4.004	36.680
Cédula de Produto Rural - CPR	-	562.693	2.108.031	1.220.838	937.213	4.828.775
Total	3.963.600	7.819.704	14.521.324	25.693.322	66.473.644	118.471.594

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

						Consolidado 31/12/2019
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	6.661.204	9.590.876	25.124.920	57.566.695	98.943.695
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	1.165	-	1.165
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (2)	-	418.048	345.109	6.734.544	9.049.664	16.547.365
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.649.206	9.223.087	14.085.970	4.542.385	32.500.648
Notas do Tesouro Nacional - NTN (3)	-	1.593.950	22.680	4.303.241	43.974.646	49.894.517
Títulos Privados	3.222.750	1.822.027	5.858.869	6.092.667	12.356.451	29.352.764
Ações	82.387	-	-	-	-	82.387
Cotas de Fundos de Investimento	3.082.832	-	-	-	-	3.082.832
Cotas de Fundos Imobiliários	57.531	-	-	-	-	57.531
Debêntures (1)	-	178.074	1.379.514	2.932.897	8.573.206	13.063.691
Eurobonds	-	749.644	-	-	2.561.551	3.311.195
Notas Promissórias - NP	-	331.479	2.178.131	1.906.768	280.477	4.696.855
Letras Financeiras - LF	-	-	192.804	-	-	192.804
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	123	389	32.164	4.004	36.680
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	14	-	-	-	14
Cédula de Produto Rural - CPR	-	562.693	2.108.031	1.220.838	937.213	4.828.775
Total	3.222.750	8.483.231	15.449.745	31.217.587	69.923.146	128.296.459

(1) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R\$262.027 (31/12/2018 - R\$548.743) em títulos disponíveis para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Administração decidiu alterar a classificação entre categorias das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, das carteiras de títulos e valores mobiliários das empresas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), Banco Bandepe S.A. e Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM). Os títulos foram transferidos da categoria Negociação para Disponíveis para Venda, nos valores de R\$739.430, R\$14.099 e R\$375.488, respectivamente. Tais transferências não impactaram os valores do Consolidado e também não geraram efeito no resultado. A mudança na categoria ocorreu em função de reavaliação do histórico recente de negociação destes ativos.

(3) Em 31 de dezembro de 2019, a quantidade de 1.040.000 Notas de Tesouro Nacional - NTN no valor de R\$1.229.297 (31/12/2018 - 1.040.000 no valor de R\$1.244.672) com vencimento em janeiro de 2025, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

							Banco/Consolidado 31/12/2019
							Abertura por Vencimento
		Valor do Custo					
		Amortizado/Contábil	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	31/12/2019	31/12/2018	3 meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	11.275.488	11.256.327	-	133.098	1.314.298	9.828.092	11.275.488
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.414.897	3.336.462	-	11.714	-	3.403.183	3.414.897
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.860.591	7.919.865	-	121.384	1.314.298	6.424.909	7.860.591
Títulos Privados	464.109	-	-	-	464.109	-	464.109
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	464.109	-	-	-	464.109	-	464.109
Total	11.739.597	11.256.327	-	133.098	1.778.407	9.828.092	11.739.597

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$12.514.855 (31/12/2018 - R\$12.131.544).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	21.105.889	20.718.339	22.959.709	20.556.467
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.479.523	8.798.968	3.341.381	4.452.931
Resultado de Títulos de Renda Variável	91.876	(67.561)	(462.560)	(70.963)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	148.791	141.498
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(557.328)	(622.866)	(465.189)	(622.866)
Outras (3)	(370.874)	(652.592)	(609.970)	(622.280)
Total	28.749.086	28.174.288	24.912.162	23.834.787

- (1) Em 31 de dezembro de 2019, inclui receita de variação cambial no valor de R\$3.675.582 no Banco e no Consolidado (2018 - receita de R\$4.007.403 no Banco e no Consolidado).
(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.
(3) Em 31 de dezembro de 2019, inclui a valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações e despesa de variação cambial no valor de R\$473.619 no Banco e no Consolidado (2018 - despesa de R\$727.225 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos *gaps* de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				
Swap - Diferencial a Receber	8.620.854	6.806.838	14.625.238	14.730.123
Prêmios de Opções a Exercer	886.927	558.123	1.065.752	716.936
Contratos a Termo e Outros	1.678.453	2.526.669	1.750.150	2.579.936
Total	11.186.234	9.891.630	17.441.140	18.026.995
Passivo				
Swap - Diferencial a Pagar	10.167.632	8.038.706	16.701.678	16.180.410
Prêmios de Opções Lançadas	1.593.625	489.055	1.699.729	563.787
Contratos a Termo e Outros	2.221.955	2.156.206	2.221.955	2.156.206
Total	13.983.212	10.683.967	20.623.362	18.900.403

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	31/12/2019 Negociação			Banco 31/12/2018 Negociação		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado
Swap		(1.941.477)	(1.546.779) -	-	998.382	(1.231.868)
Ativo	268.179.566	136.520.305	136.775.918	130.803.058	46.814.992	46.870.614
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	41.347.160	8.115.530	8.090.923	42.677.740	25.037.700	24.982.266
Taxa de Juros Pré - Reais	41.538.831	-	-	30.281.235	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	3.173.180	-	-	2.581.215	-	-
Moeda Estrangeira	182.066.995	128.404.775	128.684.995	55.209.468	21.777.292	21.888.348
Outros	53.400	-	-	53.400	-	-
Passivo	270.121.044	(138.461.782)	(138.322.697)	129.804.676	(45.816.610)	(48.102.482)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	33.231.630	-	-	17.640.040	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	56.109.142	(14.570.311)	(14.451.016)	53.484.663	(23.203.428)	(25.514.843)
Indexados em Índices de Preços e Juros	125.829.755	(122.656.574)	(122.615.416)	24.308.601	(21.727.386)	(21.775.017)
Moeda Estrangeira	53.662.220	-	-	33.432.176	-	-
Outros	1.288.297	(1.234.897)	(1.256.265)	939.196	(885.796)	(812.622)
Opções	1.446.691.036	(713.536)	(706.697)	330.078.421	1.303	69.068
Compromissos de Compra	678.193.200	641.223	899.270	146.586.573	528.822	558.123
Opções de Compra						
Moeda Estrangeira	223.478	1.318	35	14.518.058	268.629	239.079
Opções de Venda						
Moeda Estrangeira	1.508.664	474	4.865	8.893.620	135.576	90.736
Opções de Compra						
Outras	98.154.363	295.668	148.426	1.313.613	25.710	7.378
Mercado						
Interfinanceiro	98.154.363	295.668	148.517	639.488	10.543	4.537
Outras (2)	-	-	(91)	674.125	15.167	2.841
Opções de Venda						
Outras	578.306.695	343.763	745.944	121.861.282	98.907	220.930
Mercado						
Interfinanceiro	578.306.695	343.763	746.006	121.800.897	90.997	217.726
Outras (2)	-	-	(63)	60.385	7.910	3.204
Compromissos de Venda	768.497.836	(1.354.759)	(1.605.967)	183.491.848	(527.519)	(489.055)
Opções de Compra						
Moeda Estrangeira	254.945	(3.103)	(1.472)	7.615.856	(124.442)	(101.034)
Opções de Venda						
Moeda Estrangeira	315.601	(1.528)	(4.337)	12.160.912	(276.500)	(169.431)
Opções de Compra						
Outras	174.166.802	(562.827)	(441.032)	29.907.415	(21.381)	(22.063)
Mercado						
Interfinanceiro	174.166.802	(562.827)	(440.959)	29.609.298	(10.574)	(13.195)
Outras (2)	-	-	(73)	298.117	(10.807)	(8.868)
Opções de Venda						
Outras	593.760.488	(787.301)	(1.159.126)	133.807.665	(105.196)	(196.527)
Mercado						
Interfinanceiro	593.760.488	(787.301)	(1.159.038)	133.719.046	(93.269)	(179.841)
Outras (2)	-	-	(88)	88.619	(11.927)	(16.686)
Contratos de Futuros	432.564.399	-	-	288.958.465	-	-
Posição Comprada	72.332.140	-	-	85.897.286	-	-
Cupom Cambial (DDI)	7.105.007	-	-	20.590.068	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	55.430.519	-	-	32.498.065	-	-
Moeda Estrangeira	9.781.856	-	-	32.456.813	-	-
Índice (3)	-	-	-	352.340	-	-
Treasury Bonds/Notes	14.758	-	-	-	-	-
Posição Vendida	360.232.259	-	-	203.061.179	-	-
Cupom Cambial (DDI)	145.668.039	-	-	146.948.795	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

Taxa de Juros (DI1 e DIA)	196.170.106	-	-	54.119.810	-	-
Moeda Estrangeira	17.208.599	-	-	1.992.574	-	-
Índice (3)	290.254	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	895.262	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	99.514.898	(900.818)	(543.502)	90.906.932	1.907.981	370.463
Compromissos de Compra	50.216.459	(269.708)	50.412	38.662.360	(3.569.322)	618.568
Moedas	50.215.376	(269.708)	50.407	38.095.625	(3.569.571)	618.980
Outros	1.083	-	5	566.735	249	(412)
Compromissos de Venda	49.298.439	(631.110)	(593.914)	52.244.572	5.477.303	(248.105)
Moedas	49.294.662	(631.085)	(594.002)	51.958.529	5.470.937	(252.160)
Outros	3.777	(25)	88	286.043	6.366	4.055

	31/12/2019			Consolidado		
	Negociação			31/12/2018		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor de Mercado
Swap		(1.885.422)	(2.076.440)		848.521	(1.450.287)
Ativo	282.164.189	147.887.209	146.758.024	177.288.868	64.135.648	44.468.097
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	40.550.627	16.197.221	16.655.885	36.190.014	24.388.416	24.248.414
Taxa de Juros Pré - Reais	47.140.927	-	-	47.968.999	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.388.118	-	-	2.581.215	-	-
Moeda Estrangeira	192.084.517	131.689.988	130.102.139	90.495.240	39.747.232	20.219.683
Outros	-	-	-	53.400	-	-
Passivo	284.049.611	(149.772.631)	(148.834.464)	176.440.347	(63.287.127)	(45.918.384)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	24.353.405	-	-	11.801.598	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	72.183.625	(25.042.698)	(24.079.732)	88.372.044	(40.403.045)	(23.075.374)
Indexados em Índices de Preços e Juros	125.829.755	(123.441.636)	(123.445.067)	24.308.601	(21.727.386)	(21.775.017)
Moeda Estrangeira	60.394.529	-	-	50.748.008	-	-
Outros	1.288.297	(1.288.297)	(1.309.665)	1.210.096	(1.156.696)	(1.067.993)
Opções	1.446.522.960	(713.618)	(633.007)	335.073.080	2.863	153.149
Compromissos de Compra	678.089.905	641.142	971.164	149.076.796	514.907	716.936
Opções de Compra Moeda Estrangeira	171.871	1.318	(281)	14.518.058	268.629	239.079
Opções de Venda Moeda Estrangeira	1.456.975	392	4.355	8.893.620	135.576	90.736
Opções de Compra Outras	98.154.363	295.668	148.426	3.118.344	25.710	131.297
Mercado Interfinanceiro	98.154.363	295.668	148.517	639.488	10.543	4.537
Outras (2)	-	-	(91)	2.478.856	15.167	126.760
Opções de Venda Outras	578.306.695	343.764	818.664	122.546.774	84.992	255.824
Mercado Interfinanceiro	578.306.695	343.763	819.262	121.782.816	77.082	217.726
Outras (2)	-	-	(599)	763.958	7.910	38.098
Compromissos de Venda	768.433.056	(1.354.759)	(1.604.171)	185.996.284	(512.044)	(563.787)
Opções de Compra Moeda Estrangeira	254.945	(3.103)	(1.472)	7.615.856	(124.442)	(101.034)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	263.995	(1.528)	(2.842)	12.160.912	(276.500)	(169.431)
Opções de Compra Outras	174.153.628	(562.827)	(440.731)	31.679.919	(21.381)	(66.002)
Mercado Interfinanceiro	174.166.802	(562.827)	(440.959)	29.609.298	(10.574)	(13.195)
Outras (2)	(13.174)	-	228	2.070.621	(10.807)	(52.807)
Opções de Venda Outras	593.760.488	(787.301)	(1.159.126)	134.539.597	(89.721)	(227.320)

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

Mercado						
Interfinanceiro	593.760.488	(787.301)	(1.159.038)	133.703.672	(77.794)	(179.841)
Outras (2)	-	-	(88)	835.925	(11.927)	(47.479)
Contratos de Futuros	433.873.181	-	-	289.508.200	-	-
Posição Comprada	72.912.029	-	-	86.203.734	-	-
Cupom Cambial (DDI)	7.394.951	-	-	20.590.068	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	55.430.519	-	-	32.690.685	-	-
Moeda Estrangeira	9.978.419	-	-	32.456.813	-	-
Índice (3)	-	-	-	466.168	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	108.140	-	-	-	-	-
Posição Vendida	360.961.152	-	-	203.304.466	-	-
Cupom Cambial (DDI)	146.032.485	-	-	146.948.795	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	196.170.106	-	-	54.160.203	-	-
Moeda Estrangeira	17.305.604	-	-	1.992.574	-	-
Índice (3)	290.254	-	-	202.894	-	-
<i>Treasury Bonds/Notes</i>	1.162.703	-	-	-	-	-
Contratos a Termo e Outros	99.514.898	(900.818)	(471.805)	90.910.841	1.911.891	423.730
Compromissos de Compra	50.216.459	(269.708)	50.412	38.666.269	(3.565.412)	671.835
Moedas	50.215.376	(269.708)	50.407	38.095.625	(3.569.571)	618.980
Outros	1.083	-	5	570.644	4.159	52.855
Compromissos de Venda	49.298.439	(631.110)	(522.217)	52.244.572	5.477.303	(248.105)
Moedas	49.294.662	(631.085)	(522.305)	51.958.529	5.470.937	(252.160)
Outros	3.777	(25)	88	286.043	6.366	4.055

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US *Treasury*, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Banco				
	Valor Referencial				
	31/12/2019		31/12/2018		
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total
Swap	29.306.171	62.470.174	176.403.221	268.179.566	130.803.058
Opções	23.842.904	154.902	1.422.693.230	1.446.691.036	330.078.421
Contratos de Futuros	776.079	-	431.788.320	432.564.399	288.958.465
Contratos a Termo e Outros	47.199.548	45.924.004	7.536.243	100.659.795	90.906.932

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	31/12/2019		31/12/2018		
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total
Swap	66.976.262	38.784.704	176.403.223	282.164.189	177.288.868
Opções	17.041.979	154.909	1.429.326.073	1.446.522.961	335.073.080
Contratos de Futuros	1.430.469	-	432.442.711	433.873.181	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	47.199.547	44.779.107	7.536.244	99.514.898	90.910.841

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	Banco 31/12/2018
Swap	58.187.307	96.585.511	113.406.748	268.179.566	130.803.058
Opções	681.033.182	649.417.382	116.240.472	1.446.691.036	330.078.421
Contratos de Futuros	140.882.436	179.106.635	112.575.328	432.564.399	288.958.465
Contratos a Termo e Outros	41.028.133	31.345.862	27.140.903	99.514.898	90.906.932

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Swap	58.298.876	106.268.113	117.597.200	282.164.189	177.288.868
Opções	681.033.182	646.187.139	119.302.640	1.446.522.961	335.073.080
Contratos de Futuros	140.882.437	179.337.860	113.652.884	433.873.181	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	41.028.133	31.345.862	27.140.903	99.514.898	90.910.841

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Banco Valor Referencial 31/12/2019			Banco 31/12/2018
	Bolsas ⁽¹⁾	Balcão ⁽²⁾	Total	Total
Swap	150.179.790	117.999.776	268.179.566	130.803.058
Opções	1.423.949.052	22.741.984	1.446.691.036	330.078.421
Contratos de Futuros	433.873.181	-	433.873.181	288.958.465
Contratos a Termo e Outros	2.519.944	96.994.954	99.514.898	90.906.932

	Consolidado Valor Referencial 31/12/2019			Consolidado 31/12/2018
	Bolsas ⁽¹⁾	Balcão ⁽²⁾	Total	Total
Swap	150.179.790	131.984.399	282.164.189	177.288.868
Opções	1.423.788.846	22.734.114	1.446.522.960	335.073.080
Contratos de Futuros	433.873.181	-	433.873.181	289.508.200
Contratos a Termo e Outros	2.519.944	96.994.954	99.514.898	90.910.841

(1) Inclui valores negociados na B3.

(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

VI) Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e *total return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Nominal Risco Retido -	Valor Nominal Risco Transferido -	Valor Nominal Risco Retido -	Valor Nominal Risco Transferido -
	Swap de Taxa de Retorno Total	Swap de Crédito	Swap de Taxa de Retorno Total	Swap de Crédito
Swap de Créditos	2.435.880	-	1.959.128	416.541
Total	2.435.880	-	1.959.128	416.541

O valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) é de R\$602.

O efeito no PLE do risco recebido foi de R\$5.257 (31/12/2018 – R\$84.487). Em 2019, o Banco Central emitiu a Circular nº 3.904 que alterou os procedimentos para o cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos que impactam capital.

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	31/12/2019	
	Acima de 12 Meses	Total
Potencial Máximo de Pagamentos Futuros - Bruto		
Por Instrumento		
CDS	2.435.880	2.435.880
Total	2.435.880	2.435.880
Por Classificação de Risco		
Abaixo do Grau de Investimento	2.435.880	2.435.880
Total	2.435.880	2.435.880
Por Entidade de Referência		
Governo Brasileiro	2.435.880	2.435.880
Total	2.435.880	2.435.880

VII) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

VII.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

- Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito originados em Dólar à taxa fixa na Santander EFC, cujas operações são registradas em Euro. Como forma de gerenciar este descasamento, o Banco designa *swap* de Moeda Estrangeira Euro Flutuante versus Dólar Fixos como instrumento de proteção dos créditos correspondente.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *hedge accounting*.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge Accounting*.
- A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge Accounting*.

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Banco 31/12/2019		Objetos de Hedge
	Valor	Valor	Valor	Valor do	Ajuste a Valor	Valor do
	Contábil – Curva	Contábil – Mercado	Contábil – ponta passiva	Ativo	de Mercado	Ativo
Contratos de Swap	1.420.344	1.447.179	2.867.523	1.735.340	601.119	2.336.460
Hedge de Operações de Crédito	876.548	895.584	1.772.132	1.194.479	60.414	1.254.893
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	543.796	551.594	1.095.391	540.862	540.705	1.081.567
Contratos de Futuro	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Banco 31/12/2018		Objetos de Hedge
	Valor	Ajuste a Valor	Valor	Valor do	Ajuste a Valor	Valor do
	Contábil – ponta passiva	de Mercado	Contábil – ponta passiva	Ativo	de Mercado	Ativo
Contratos de Swap	3.249.741	3.098.299	3.207.129	1.828.876	87.285	1.916.161
Hedge de Operações de Crédito	1.118.210	905.541	2.023.750	686.410	57.175	743.585
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.131.532	2.192.759	1.183.379	1.142.466	30.110	1.172.576
Contratos de Futuro	789.631	-	41.286.091	44.130.671	(205.941)	43.924.730
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	789.631	-	41.286.091	44.130.671	(205.941)	43.924.730

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Consolidado 31/12/2019		Objetos de Hedge
	Valor	Ajuste a Valor	Valor	Valor do	Ajuste a Valor	Valor do
	Contábil – ponta passiva	de Mercado	Contábil – ponta passiva	Ativo	de Mercado	Ativo
Contratos de Swap	3.249.741	3.098.299	6.348.041	2.605.830	602.633	3.208.463
Hedge de Operações de Crédito	1.118.210	905.541	2.023.750	1.964.670	56.887	2.021.557
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.131.532	2.192.759	4.324.291	641.160	545.747	1.186.907
Contratos de Futuro	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	789.631	-	789.631	45.427.125	3.000.490	48.427.614

Estratégias	Instrumentos de Hedge			Consolidado 31/12/2018		Objetos de Hedge
	Valor	Ajuste a Valor	Valor	Valor do	Ajuste a Valor	Valor do
	Contábil – ponta passiva	de Mercado	Contábil – ponta passiva	Ativo	de Mercado	Ativo
Contratos de Swap	3.908.082	140.447	4.048.529	3.921.249	65.014	3.986.263
Hedge de Operações de Crédito	1.152.249	115.180	1.267.429	1.166.387	50.668	1.217.055
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.755.833	25.267	2.781.100	2.754.862	14.346	2.769.208
Contratos de Futuro	41.286.091	-	41.286.091	44.130.671	(205.941)	43.924.730
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	41.286.091	-	41.286.091	44.130.671	(205.941)	43.924.730

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

(*) O Banco possui estratégias de hedge de risco de mercado, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do ajuste diário calculado, registrado em conta de compensação.

VII.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata swaps ativos indexados a Dólar fixos e passivos em moeda estrangeira e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira negociados com terceiros por meio das agências offshore e títulos da dívida externa brasileira mantidos até o vencimento.
- Contrata futuros de Dólar ou Futuros de DDI + DI (Futuro de Dólar Sintético) e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa, tendo como item objeto a carteira de crédito do Banco em Dólares e Notas Promissórias na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.
- O Banco possui risco de taxa de juros pós-fixada decorrente da carteira de letras financeiras do tesouro classificadas como disponíveis para venda, que apresentam fluxos de caixa esperados sujeitos às variações do Selic ao longo de sua duração. Para gerenciar estas oscilações, o Banco contrata futuros de DI e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de *Hedge* de Fluxo de Caixa.
- O Banco RCI Brasil S.A. possui operações de hedge cujo objeto são captações com operações de letras financeiras (LF), letras de câmbio (LC) e Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) indexados a CDI e utiliza *swaps* de taxa de juros para tornar as captações pré-fixadas e ter previsibilidade sobre os fluxos de caixa futuros.

Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 2019, não foram registrados resultado referente a parcela inefetiva, em 31 de dezembro de 2018, foram registrados no resultado uma despesa no valor de R\$1.415.

Banco 31/12/2019				
Estratégias	Valor Contábil – ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Instrumentos de Hedge	Objetos de Hedge
			Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de Swap	1.245.735	235.576	1.481.312	889.117
Hedge de Operações de Crédito	138.099	25.467	163.567	687.239
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.107.636	210.109	1.317.745	201.878
Contratos de Futuro	54.460.972	-	54.460.972	7.726.566
Hedge de Operações de Crédito (1)	50.975.253	-	50.975.253	4.506.878
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.485.719	-	3.485.719	3.219.688

Banco 31/12/2018				
Estratégias	Valor Contábil – ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Instrumentos de Hedge	Objetos de Hedge
			Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de Swap	1.225.045	(91.981)	1.133.065	1.436.356
Hedge de Operações de Crédito	30.324	955	31.279	211.599
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.194.721	(92.936)	1.101.786	1.224.757
Contratos de Futuro	44.541.939	-	4.941.939	17.224.115
Hedge de Operações de Crédito (1)	44.000.952	-	4.400.952	16.910.915
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	540.987	-	540.987	313.200



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

Estratégias	Consolidado 31/12/2019			
	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge
	Valor Contábil – ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de Swap	6.327.615	5.163.218	11.483.844	6.123.421
Hedge de Operações de Crédito	435.872	3.494	432.378	977.621
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.107.636	210.109	1.317.745	201.878
Hedge de Captações	4.784.106	4.949.615	9.733.721	4.943.922
Contratos de Futuro	54.460.972	-	54.460.972	7.726.566
Hedge de Operações de Crédito (1)	50.975.253	-	50.975.253	4.506.878
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.485.719	-	3.485.719	3.219.688

Estratégias	Consolidado 31/12/2018			
	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge
	Valor Contábil – ponta passiva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor do Ativo
Contratos de Swap	7.496.337	85.440	7.581.777	8.159.832
Hedge de Operações de Crédito	1.032.283	68.730	1.101.012	1.198.921
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	1.194.721	(92.936)	1.101.786	1.224.757
Hedge de Captações	5.269.333	109.646	5.378.979	5.736.154
Contratos de Futuro	44.541.939	-	44.541.939	17.224.115
Hedge de Operações de Crédito (1)	44.000.952	-	44.000.952	16.910.915
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	540.987	-	540.987	313.200

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do *notional*, registrado em conta de compensação.

(1) Valor atualizado dos instrumentos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$8.425.386 (31/12/2018 – R\$16.738.641).

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$11.063 (31/12/2018 - R\$19.523) e está contabilizado no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, dos quais R\$6.327 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.342.992	6.974.085	5.950.561	7.552.926
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.086.556	3.392.893	1.086.556	3.392.886
Notas do Tesouro Nacional - NTN	660.918	682.240	841.790	873.134
Total	7.090.465	11.049.218	7.878.907	11.818.946

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e banking.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2019.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(21.481)	(269.501)	(539.003)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.940)	(8.513)	(17.025)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.612)	(370)	(739)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(7.349)	(7.472)	(14.943)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.132)	(53.297)	(106.594)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(6.527)	(13.446)	(26.892)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.815)	(45.365)	(90.731)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(3)	(67)	(133)
Total (1)		(46.859)	(398.031)	(796.060)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(54.618)	(661.037)	(1.336.823)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(40.342)	(515.761)	(869.231)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(64.833)	(379.989)	(752.393)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(16.153)	(243.212)	(444.905)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(14.199)	(180.248)	(327.219)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(3.732)	(67.655)	(120.776)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(793)	(19.830)	(39.659)
Total (1)		(194.670)	(2.067.732)	(3.891.006)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito	211.251.830	184.740.287	280.899.334	244.954.684
Empréstimos e Títulos Descontados	116.282.045	98.499.318	130.994.834	111.862.168
Financiamentos	42.287.183	37.823.329	97.221.898	84.652.084
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	12.940.784	11.875.591	12.940.784	11.875.591
Financiamentos Imobiliários	39.741.818	36.542.049	39.741.818	36.542.049
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	-	-	22.792
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	2.800.998	2.573.079
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9) (1)	6.054.424	6.125.308	6.054.424	6.125.308
Outros Créditos (2)	58.912.075	48.120.998	62.281.242	51.696.570
Total	276.218.329	238.986.593	352.035.998	305.349.641

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$2.986.361 (31/12/2018 - R\$808.224) e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco F, sendo deste montante R\$746.106 com entidades do Grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas cessões de créditos integralmente provisionadas sem coobrigação, no valor de R\$6.470.500 no Banco e no Consolidado relativas a operações de créditos em prejuízo, sendo deste montante R\$3.193.521 com entidades do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente à carteira de crédito cedida com coobrigação, passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA). Em 2019, as operações cedidas do Banco PSA foram liquidadas (31/12/2018 - R\$62.649).

Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de Funded Participation (Export) no montante de R\$201.706 com vencimento original em abril de 2019. Em 2018, a cessão de crédito foi liquidada antecipadamente.

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente das operações cedidas é de R\$75.833 (31/12/2018- R\$110.501).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2019	Banco 31/12/2018	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Vencidas	7.684.024	7.851.837	8.585.560	9.513.579
A Vencer:				
Até 3 Meses	76.147.368	74.904.261	87.843.597	85.909.980
De 3 a 12 Meses	69.667.171	55.405.909	90.380.199	75.610.894
Acima de 12 Meses	122.719.766	100.824.586	165.226.642	134.315.188
Total	276.218.329	238.986.593	352.035.998	305.349.641

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	31/12/2019	Banco 31/12/2018	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	3.304.310	3.089.417
Arrendamentos a Receber	-	-	2.088.756	1.975.231
Valores Residuais a Realizar (1)	-	-	1.215.554	1.114.186
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	-	(2.075.579)	(1.955.086)
Valores Residuais a Balancear	-	-	(1.215.554)	(1.114.186)
Imobilizado de Arrendamento	57.610	58.307	6.698.199	6.536.478
Depreciações Acumuladas	(57.610)	(58.307)	(3.321.530)	(3.365.576)
Superveniências de Depreciações	21.762	22.059	1.272.932	1.240.627
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	194.676	190.790
Credores por Antecipação de Valor Residual	(21.762)	(22.059)	(2.058.502)	(2.051.422)
Outros Valores e Bens	-	-	2.046	2.037
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	-	-	2.800.998	2.573.079

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) no Consolidado é de R\$503.312 (31/12/2018- R\$516.338).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2019	Banco 31/12/2018	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Vencidas	-	-	6.815	9.371
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	1.301.755	1.336.888
De 1 a 5 Anos	-	-	1.990.964	1.740.022
Acima de 5 Anos	-	-	4.776	3.136
Total	-	-	3.304.310	3.089.417

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	31/12/2019	Banco 31/12/2018	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Vencidas	-	-	8.128	8.912
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	-	1.216.238	1.239.421
De 1 a 5 Anos	-	-	1.572.978	1.323.324
Acima de 5 Anos	-	-	3.654	1.422
Total	-	-	2.800.998	2.573.079

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Setor Privado	275.100.365	238.402.463	350.916.654	304.765.355
Indústria	53.728.646	50.869.652	54.671.234	52.541.944
Comércio	33.864.887	29.132.915	39.183.683	33.979.959
Instituições Financeiras	1.983.283	1.578.981	1.991.233	1.585.364
Serviços e Outros (1)	41.607.698	33.881.582	44.886.880	37.053.132
Pessoas Físicas	140.385.488	119.869.007	206.623.415	176.520.693
Cartão de Crédito	34.914.437	30.892.254	34.914.437	30.892.254
Crédito Imobiliário	37.218.524	32.438.358	37.218.524	32.438.358
Crédito Consignado	27.941.932	20.976.692	42.446.859	33.782.238
Financiamento e Leasing de Veículos	2.379.093	2.213.470	51.774.184	43.528.359
Outros (2)	37.931.503	33.348.233	40.269.411	35.879.484
Agricultura	3.530.363	3.070.326	3.560.209	3.084.263
Setor Público	1.117.964	584.130	1.119.344	584.286
Governo Estadual (3)	441.599	560.482	441.599	560.482
Governo Municipal	676.365	23.648	677.745	23.804
Total	276.218.329	238.986.593	352.035.998	305.349.641

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

(3) Inclui, principalmente, operações de capital de giro.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

							Banco 31/12/2019
		Carteira de Créditos					Provisão
Nível de	% Provisão Mínima Requerida	Curso	Curso				
Risco		Normal	Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	121.753.569	-	121.753.569	-	-	-
A	0,5%	77.795.391	-	77.795.391	388.977	-	388.977
B	1%	23.816.916	2.120.722	25.937.638	259.376	17	259.393
C	3%	19.823.183	1.966.467	21.789.651	653.690	1.665	655.355
D	10%	7.926.118	2.088.778	10.014.896	1.001.490	1.547.683	2.549.173
E	30%	2.266.765	2.323.208	4.589.973	1.376.992	659.874	2.036.866
F	50%	1.769.671	1.475.413	3.245.084	1.622.542	447.224	2.069.766
G	70%	1.450.313	1.225.377	2.675.689	1.872.983	418.317	2.291.300
H	100%	2.734.332	5.676.805	8.411.137	8.411.137	-	8.411.137
Total		259.336.258	16.876.770	276.213.028	15.587.187	3.074.780	18.661.967

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

							Banco
							31/12/2018
							Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Curso Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	97.577.221	-	97.577.221	-	-	-
A	0,5%	70.680.546	-	70.680.546	353.403	263.816	617.219
B	1%	17.262.081	3.256.203	20.518.284	205.183	355.940	561.123
C	3%	19.236.302	2.331.011	21.567.313	647.019	1.051.658	1.698.677
D	10%	8.418.782	2.552.645	10.971.427	1.097.143	-	1.097.143
E	30%	2.368.666	1.656.361	4.025.027	1.207.508	-	1.207.508
F	50%	1.567.663	1.388.291	2.955.954	1.477.977	-	1.477.977
G	70%	598.233	1.160.961	1.759.194	1.231.436	-	1.231.436
H	100%	3.126.714	5.716.357	8.843.071	8.843.071	-	8.843.071
Total		220.836.208	18.061.829	238.898.037	15.062.740	1.671.414	16.734.154

							Consolidado
							31/12/2019
							Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Curso Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	141.210.954	(23.199)	141.187.755	-	-	-
A	0,5%	120.434.015	-	120.434.015	602.170	20.772	622.942
B	1%	29.095.941	3.746.497	32.842.438	328.424	18	328.442
C	3%	21.140.394	3.371.115	24.511.508	735.345	1.664	737.009
D	10%	8.368.581	2.820.515	11.189.096	1.118.910	1.547.683	2.666.593
E	30%	2.332.530	2.835.000	5.167.530	1.550.259	659.875	2.210.134
F	50%	1.859.486	1.812.213	3.671.699	1.835.850	447.224	2.283.073
G	70%	1.482.247	1.458.609	2.940.856	2.058.599	418.318	2.476.917
H	100%	2.943.753	7.139.229	10.082.982	10.082.982	-	10.082.982
Total		328.867.901	23.159.979	352.027.880	18.312.539	3.095.554	21.408.092

							Consolidado
							31/12/2018
							Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Curso Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	-	115.358.812	-	115.358.812	-	-	-
A	0,5%	107.768.431	-	107.768.431	538.842	281.900	820.742
B	1%	21.289.830	4.838.249	26.128.079	261.281	355.940	617.221
C	3%	20.577.623	3.667.376	24.244.999	727.350	1.051.658	1.779.008
D	10%	8.823.284	3.164.178	11.987.462	1.198.746	-	1.198.746
E	30%	2.435.111	2.010.053	4.445.164	1.333.549	-	1.333.549
F	50%	1.718.727	1.671.879	3.390.606	1.695.303	-	1.695.303
G	70%	611.648	1.360.348	1.971.996	1.380.397	-	1.380.397
H	100%	3.232.551	6.731.606	9.964.157	9.964.157	-	9.964.157
Total		281.816.017	23.443.689	305.259.706	17.099.625	1.689.498	18.789.123

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$5.301 (31/12/2018- R\$88.556) no Banco e R\$8.118 (31/12/2018- R\$89.935) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.VI.a).

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco	Consolidado
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	16.734.154	17.461.974
Constituições Líquidas das Reversões	13.431.661	12.684.362
Baixas	(11.503.848)	(11.357.213)
Saldo Final	18.661.967	18.789.123
Créditos Recuperados (1)	2.612.708	2.207.915

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$345.631 (2018 - R\$65.394) no Banco e R\$156.818 (2018 - R\$85.903) no Consolidado.

g) Créditos Renegociados

	Banco	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Renegociados	13.752.395	15.021.047
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.525.483)	(8.065.913)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	54,7%	53,7%

h) Concentração de Crédito

	31/12/2019	Consolidado
		31/12/2018
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)		
	Risco	Risco
	%	%
Maior Devedor	4.207.082	3.679.300
10 Maiores	30.837.795	26.626.231
20 Maiores	48.360.114	42.775.942
50 Maiores	78.111.867	69.956.141
100 Maiores	102.168.739	92.337.154

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	72.686.870	67.730.808
Câmbio Comprado a Liquidar	51.666.587	39.564.763
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(153.239)	(109.179)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	97.756	101.894
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	207.139	85.102
Total	124.505.113	107.373.388
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	74.013.458	72.067.100
Obrigações por Compra de Câmbio	50.036.741	34.403.569
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.054.424)	(6.125.308)
Outros	107	102
Total	117.995.882	100.345.463
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	845.095	1.580.005
Créditos de Exportação Confirmados	2.512.489	194.823

10. Negociação e Intermediação de Valores

	31/12/2019	Banco 31/12/2018	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	992.552	562.324	2.804.768	569.457
Caixas de Registro e Liquidação	457	-	712	107
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	16.650	179.853	334.757	455.041
Bolsas - Depósitos em Garantia	486.995	110.830	486.995	110.830
Outros (1)	829.212	775.356	847.286	775.356
Total	2.325.866	1.628.363	4.474.518	1.910.791
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.056.647	714.564	2.897.003	721.169
Credores - Conta Liquidações Pendentes	4.392	105.839	253.128	485.082
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	492.209	359.622
Caixas de Registro e Liquidação	282	-	61.191	140.052
Comissões e Corretagens a Pagar	1.966	1.370	3.712	2.638
Outros	116	11.725	118	11.734
Total	1.063.403	833.498	3.707.361	1.720.297

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2018	Constituição ⁽⁴⁾	Realização	Banco Saldo em 31/12/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.717.258	6.876.316	(4.545.917)	14.047.657
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.359.671	676.774	(533.181)	1.503.264
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.191.066	1.156.308	(806.344)	1.541.030
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.867.983	1.220.696	(838.738)	2.249.941
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	2.459.145	5.312.850	(5.679.730)	2.092.265
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	383.413	-	(306.437)	76.976
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.109.912	897.934	(125.034)	1.882.812
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	410.087	625.899	(599.051)	436.935
Outras Provisões Temporárias (3)	3.053.032	886.759	(58.500)	3.881.291
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	23.551.567	17.653.536	(13.492.932)	27.712.171
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	478.528	-	(478.528)	-
Contribuição Social - MP 2.158/2001	417.464	-	(55.224)	362.240
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	24.447.559	17.653.536	(14.026.684)	28.074.411

	Saldo em 31/12/2018	Constituição ⁽⁴⁾	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.146.128	7.910.559	(5.095.068)	15.961.619
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.470.536	768.800	(621.521)	1.617.815
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.994.094	1.211.710	(838.451)	2.367.353
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.994.195	1.261.142	(866.867)	2.388.470
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	2.461.985	5.313.556	(5.680.071)	2.095.470
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	427.108	33.306	(306.437)	153.977
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.119.330	906.778	(129.047)	1.897.061
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	452.046	694.941	(650.168)	496.819
Outras Provisões Temporárias (3)	3.252.443	1.020.948	(118.182)	4.155.209
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	26.317.865	19.121.740	(14.305.812)	31.133.793
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	928.752	64.409	(584.823)	408.338
Contribuição Social - MP 2.158/2001	417.463	-	(55.223)	362.240
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	27.664.080	19.186.149	(14.945.858)	31.904.371

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

(4) Inclui os efeitos da alteração da alíquota da CSLL para bancos de qualquer espécie, conforme emenda Constitucional nº103/19 (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$209.771 (31/12/2018 – R\$259.824) no Banco e R\$209.771 (31/12/2018 – R\$318.155) no Consolidado, com expectativa de realização acima de 10 anos.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

						Banco 31/12/2019
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	PIS/Cofins	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Total Registrados
2020	4.691.806	3.725.820	70.785	-	362.240	8.850.651
2021	4.394.088	3.530.527	70.785	-	-	7.995.400
2022	4.007.794	3.221.483	70.785	-	-	7.300.062
2023	415.095	340.722	-	-	-	755.817
2024	1.112.402	841.147	-	-	-	1.953.549
2025 a 2027	364.820	291.856	-	-	-	656.676
2028 a 2029	300.621	261.635	-	-	-	562.256
Total	15.286.626	12.213.190	212.355	-	362.240	28.074.411

						Consolidado 31/12/2019
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	PIS/Cofins	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	Total Registrados
2020	5.297.736	4.088.386	73.265	93.937	362.240	9.915.564
2021	4.882.050	3.828.122	73.266	64.369	-	8.847.807
2022	4.475.897	3.507.283	73.266	24.185	-	8.080.631
2023	478.451	377.325	-	23.194	-	878.970
2024	1.610.347	1.083.103	-	39.116	-	2.732.566
2025 a 2027	368.737	293.284	-	163.172	-	825.193
2028 a 2029	320.087	303.188	-	365	-	623.640
Total	17.433.305	13.480.691	219.797	408.338	362.240	31.904.371

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$25.724.592 (31/12/2018 - R\$22.054.923) no Banco e R\$29.133.062, (31/12/2018 - R\$24.785.205) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos – Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	28.854.952	25.811.419	28.973.079	25.955.382
Direitos Creditórios (1)	28.984.542	21.190.997	31.820.361	24.622.605
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.644.233	5.035.103	7.445.344	6.834.114
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.022.832	2.038.755	2.208.429	2.155.863
Outros - Cíveis	1.057.348	1.154.478	1.319.644	1.361.530
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 22.i) (2)	103.272	525.155	103.272	605.638
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.238.982	2.897.838	3.320.147	3.864.816
Pagamentos a Ressarcir	196.039	168.933	225.380	191.469
Adiantamentos Salariais/Outros	100.128	79.297	325.185	141.553
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	283.046	223.302	346.422	273.281
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	653.347	472.642	713.936	472.642
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	44.457	32.532	18.842	18.796
Outros	1.284.510	986.999	3.015.028	1.832.437
Total	71.467.688	60.617.450	79.835.069	68.330.126

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, composta por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(2) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Agência de Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman(3)		Agência de Luxemburgo(3)		Santander Brasil EFC (3)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	124.944.302	92.861.348	19.955.679	11.193.937	3.850.302	3.588.365
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	124.944.302	92.861.348	19.955.392	11.193.591	3.850.302	3.588.365
Disponibilidades	3.205.293	4.810.743	162.231	27.433	319.152	172.752
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	34.116.739	18.932.358	1.941.192	2.507.169	2.582.385	1.731.210
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	63.736.330	47.969.178	1.002.697	543.737	16.799	62.226
Operações de Crédito (1)	16.466.558	13.620.719	16.570.321	8.053.459	590.941	1.559.244
Carteira de Câmbio	4.145.245	5.449.633	167.985	27.384	-	-
Outros	3.274.137	2.078.717	110.966	34.409	341.025	62.933
Ativo Permanente	-	-	287	346	-	-
Passivo	124.944.302	92.861.348	19.955.679	11.193.937	3.850.302	3.588.365
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	70.332.537	47.276.437	15.429.041	7.184.013	303.219	43.037
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	10.798.572	6.778.080	2.469.606	525.047	29.766	29.165
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.999.864	4.451.782	6.235.813	-	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	10.175.961	9.782.372	-	-	-	-
Obrigações por Empréstimos (2)	24.297.747	16.095.088	6.318.373	6.581.247	-	-
Carteira de Câmbio	4.120.196	5.397.345	168.134	27.542	-	-
Outros	5.940.197	4.771.770	237.115	50.177	273.453	13.872
Resultados de Exercícios Futuros	119	136	12.331	-	29	14.375
Patrimônio Líquido	54.611.646	45.584.775	4.514.307	4.009.924	3.547.054	3.530.953
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado do Período	2.606.115	2.417.025	338.068	133.150	(10.868)	96.308

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) A moeda funcional é o Real (Nota 3.b).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

14. Participações em Coligadas e Controladas

a) Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas, Participação Direta e Indireta

		31/12/2019			
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		Participação Direta	Participação Consolidado
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Investimentos	Atividade				
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio) (1)	Consórcio	238.886	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (2)	Banco	3.589	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) (3) (27)	Financeira	2.877	-	100,00%	100,00%
Santander CCVM (4)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras Atividades	7.184	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A. (5)	Instituição de Pagamento	69.565	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (6)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (Atual Serviços de Recuperação de Créditos) (7) (17)	Recuperação de Créditos Inadimplidos	1.179.334	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A. (8)	Holding	354.645	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Tecnologia S.A.	Tecnologia	45.371	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A. (9)	Outras Atividades	7.417	-	94,60%	94,60%
BEN Benefícios e Serviços S.A. (BEN Benefícios) (10)	Outras Atividades	90.000	-	100,00%	100,00%
Esfera Fidelidade S.A. (11)	Outras Atividades	10.001	-	100,00%	100,00%
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos) (27)	Instituição de Pagamento	90.724	-	100,00%	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Banco Olé Consignado) (12) (27)	Banco	261.359	-	60,00%	60,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco PSA Finance Brasil	Banco	105	-	-	50,00%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (13)	Banco	150.000	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (PI DTVM) (14)	Distribuidora	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A. (15)	Previdência	42.819.564	-	-	100,00%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

					31/12/2019
		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado
Investimentos					
Controlada da Atual Serviços de Recuperação de Créditos					
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Return Capital) (16) (17)	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	-	100,00%
Controlada da Return Capital					
Return Gestão de Recursos S.A. (Return Gestão de Recursos) (16)	Gestora de Recursos	11	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) (18)	Securitização	-	-	0,00%	0,00%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP) (19)	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito) (20)	Birô de Crédito	3.560	3.560	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos Ltda. (21)	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A. (22)	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	68.771	-	18,98%
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) (23)	Corretora de Seguros	450	-	-	50,00%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	-	50,00%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A. (24)	Outras Atividades	14.400	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda. (SMPS Brasil - atual denominação social da Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda). (26)	Outras Atividades	-	-	-	0,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop) (25)	Outras Atividades	23.243	-	-	51,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	510.301	-	-	18,98%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras Atividades	517.505	-	-	18,98%
Controladas do Olé Consignado					
Crediperto Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	-	60,00%
Olé Tecnologia Ltda.	Outras Atividades	450	-	-	60,00%
Coligada do Banco Santander					
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	29,00%	29,00%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

b) Valor dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
					01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.762.769	46.996	4.528.041	4.520.381	36.928	255.505
Banco Bandepe S.A.	5.277.643	242.125	5.277.643	4.193.144	242.125	198.597
Santander Brasil EFC	3.547.055	(10.868)	3.547.055	3.530.953	(10.868)	96.308
Santander Corretora de Seguros	3.002.236	446.908	3.002.236	2.556.667	446.908	362.292
Getnet S.A.	2.611.765	585.384	2.611.765	1.916.271	581.422	427.245
Ágio na Aquisição de Participação Residual da Getnet S.A. (5)	-	-	1.080.439	-	-	-
Banco RCI Brasil S.A.	1.314.842	258.022	524.503	474.285	102.927	88.010
Atual Serviços de Recuperação de Créditos	1.340.589	25.641	1.322.052	269.655	25.660	20.984
Sancap	1.040.469	271.976	1.040.469	435.968	271.895	48.750
Banco Olé Consignado (27)	1.543.796	510.276	926.278	-	31.859	-
Aymoré CFI	937.539	608.780	937.539	2.191.024	608.780	906.976
Santander CCVM	646.400	98.300	646.400	595.575	98.299	68.198
Santander Brasil Consórcio	424.956	202.853	424.956	318.115	202.853	143.799
Outros (28)	1.181.014	49.185	941.417	468.739	85.627	(6.104)
Total			26.810.793	21.470.777	2.724.415	2.610.560
Consolidado						
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
					01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
TecBan	496.077	65.847	94.155	81.658	12.498	(6.928)
Gestora de Crédito	238.719	(56.769)	47.744	59.099	(11.354)	(6.466)
Webmotors S.A.	180.629	61.212	126.440	103.945	42.847	30.625
Norchem Holdings	97.711	2.650	21.252	20.933	576	585
Cibrasec	-	767	-	7.298	202	194
Norchem Participações	42.160	1.949	21.080	26.105	975	1.120
EBP	35.007	1.790	3.889	3.690	199	(1.017)
Santander Auto	24.748	(4.339)	12.374	7.556	(2.169)	55
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	1.868	(132)	934	-	(66)	-
PSA Corretora	1.081	1.313	540	1.206	656	464
Outras (28)	-	-	5.266	5.262	-	280
Total			333.674	316.752	44.364	18.912

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- (1) Em AGE realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$79.537 passando de R\$95.349 para R\$174.886 dividido em 174.885.602 quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. Em AGE realizada em 15 de agosto de 2019, foi aprovado um aumento do capital social, com base em reservas estatutárias, no valor de R\$64.000 passando de R\$174.886 para R\$238.886 dividido em 238.885.602 quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.
- (2) Em AGE realizada em 7 de dezembro de 2018, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$2.000.000, passando de R\$2.787.689 para R\$4.787.689, mediante a emissão de 1.405.667 (um milhão, quatrocentas e cinco mil, seiscentas e sessenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O acionista Banco Santander subscreveu a totalidade das novas ações emitidas e integralizou as ações correspondentes a 50% do aumento do capital social. Em 16 de setembro de 2019, foi efetuada a integralização dos 50% remanescentes.
- (3) Em AGE realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$137.880 passando de R\$726.561 para R\$864.441 sem a emissão de novas ações.
- (4) Em AGE realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$1.689 passando de R\$296.000 para R\$297.689 sem a emissão de novas ações. Em AGE realizada em 15 de agosto de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$60.000 passando de R\$297.689 para R\$357.689 sem a emissão de novas ações.
- (5) Em 25 de fevereiro de 2019, o Banco Santander adquiriu a totalidade das ações dos Minoritários da Getnet S.A., correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., conforme “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A.”, com aprovação pelo Bacen em 18 de fevereiro de 2019 (Nota 37.f).
- (6) Em AGE realizada em 02 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$200.000 passando de R\$347.135 para R\$547.135 representado por 17.114.176.389 (dezessete bilhões, cento e quatorze milhões, cento e setenta e seis mil e trezentas e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em AGE realizada em 11 de novembro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$300.000 passando de R\$547.135 para R\$847.135 representado por 23.538.159.258 (vinte e três bilhões, quinhentas e trinta e oito milhões, cento e cinquenta e nove mil e duzentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
- (7) Na AGE realizada em 31 de janeiro de 2019, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$100.000, mediante a emissão de 92.174.394 (noventa e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentas e noventa e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$270.000 para R\$370.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander. Em AGE realizada em 25 de junho de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$375.000 passando de R\$370.000 para R\$745.000 mediante a emissão de 335.240.479 (trezentas e trinta e cinco milhões, duzentas e quarenta mil, quatrocentas e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 25 de julho de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$100.000 passando de R\$745.000 para R\$845.000 mediante a emissão de 89.007.566 (oitenta e nove milhões, sete mil, quinhentas e sessenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 25 de setembro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$195.000 passando de R\$845.000 para R\$1.040.000 mediante a emissão de 171.775.899 (cento e setenta e um milhões, setecentas e setenta e cinco mil, oitocentas e noventa e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 23 de outubro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$257.000 passando de R\$1.040.000 para R\$1.297.000 mediante a emissão de 225.715.791 (duzentas e vinte e cinco milhões, setecentas e quinze mil e setecentas e noventa e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (8) Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos. A conclusão da operação está sujeita à implementação de condições precedentes usuais a esse tipo de transação, inclusive a prévia autorização pelo Bacen (Nota 37.e). Em AGE realizada em 18 de abril de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$86.000 passando de R\$24.500 para R\$110.500 mediante a emissão de 108.271.434 (cento e oito milhões, duzentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 30 de maio de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$119.162 passando de R\$110.500 para R\$229.662 mediante a emissão de 151.009.682 (cento e cinquenta e um milhões, nove mil, seiscentas e oitenta e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,7891 por ação. Em AGE realizada em 20 de setembro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$45.250 passando de R\$229.662 para R\$274.642 mediante a emissão de 57.894.063 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e sessenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 06 de novembro de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$10.000 passando de R\$274.642 para R\$284.642 mediante a emissão de 12.970.169 (doze milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e sessenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (9) Investimento transferido da rubrica ativos não-correntes mantidos para venda em junho de 2018.
- (10) Sociedade constituída em 11 de junho de 2018 (Nota 37.i). Em AGE realizada em 27 de março de 2019, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$49.999, passando de R\$45.001 para R\$90.000, mediante a emissão de 44.999.000 (quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil) novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O acionista Banco Santander subscreveu a totalidade das novas ações emitidas e integralizou as ações correspondentes a 100% do aumento do capital social.
- (11) Sociedade constituída em 14 de agosto de 2018 com início de suas atividades em novembro de 2018 (Nota 37.g).
- (12) Em AGE de 9 de fevereiro de 2018, os acionistas do Banco Olé Consignado, aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$120.000, passando de R\$400.000 para R\$520.000, mediante a emissão de 57.089.392 (cinquenta e sete milhões, oitenta e nove mil e trezentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas na data da AGE, na proporção de suas respectivas participações no capital social. O aumento do capital social foi aprovado pelo Bacen em 15 de março de 2018.
- (13) A Sociedade pré-operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., foi constituída em 11 de abril de 2018 e transformada no Banco Hyundai Capital Brasil S.A. em 13 de dezembro de 2018. A Aymoré CFI, subsidiária integral do Banco Santander, detém o controle operacional efetivo da sociedade (Nota 37.l.i). Na AGE realizada em 19 de fevereiro de 2019, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$200.000, mediante a emissão de 200.000.000 (duzentos milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$100.000 para R\$300.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelos acionistas Aymoré Financiamentos CFI no montante de R\$100.000 e Hyundai Capital Services Inc. no montante de R\$100.000.
- (14) Em AGE realizada em 3 de maio de 2018, os acionistas da Sociedade aprovaram sua transformação para uma companhia distribuidora de títulos e valores mobiliários, e a alteração de sua denominação social para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de transformação foi aprovado pelo Bacen em 21 de novembro de 2018. Em AGE realizada em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aprovou a alteração de sua denominação social para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 22 de janeiro de 2019 (Nota 37.m).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

Notas Explicativas

- (15) Em AGE realizada em 02 de abril de 2019, foi aprovado aumento do capital social no valor de R\$200.000 passando de R\$250.000 para R\$450.000 mediante a emissão de 12.987.012.987 (doze bilhões, novecentas e oitenta e sete milhões, doze mil e novecentas e oitenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em AGE realizada em 11 de novembro de 2019, foi aprovado aumento do capital social no valor de R\$300.000 passando de R\$450.000 para R\$750.000 mediante a emissão de 17.241.379.310 (dezesete bilhões, duzentas e quarenta e um milhões, trezentas e setenta e nove mil e trezentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (16) Em AGE realizada em 12 de julho de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da Ipanema Empreendimentos e Participações S.A. para Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. Em AGE realizada em 12 de julho de 2018, foi aprovada a alteração da denominação social da Gestora de Investimentos Ipanema S.A. para Return Gestão de Recursos S.A. Em AGE realizada em 11 de novembro de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$300.000 mediante a emissão de 17.241.379.310 (dezesete bilhões, duzentas e quarenta e um milhões, trezentas e setenta e nove mil e trezentas e dez) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (17) Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos concluiu a aquisição das ações de emissão da Return Capital Serviços e Recuperação de Créditos S.A. pelo valor de R\$17.000, anteriormente detidas pelos acionistas minoritários, equivalentes a 30% do capital social da companhia (Nota 37.b).
- (18) Até 23 de julho de 2019, o Banco possuía participação inferior a 20%, não havendo bloco de controle na Cibrasec, sendo as decisões tomadas em conjunto pelos acionistas. Em 24 de julho de 2019, foram vendidas a totalidade de ações da Cibrasec.
- (19) Conforme previsto no seu Estatuto Social, a EBP foi constituída com a missão de realizar projetos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico e social brasileiro pelo período de 10 anos. A EBP deixou de exercer suas atividades em 2018. A dissolução de pleno direito e a liquidação da EBP foram deliberadas na AGE realizada no dia 29 de janeiro de 2018. A Sociedade está em processo de liquidação.
- (20) Sociedade constituída em 14 de abril de 2017 que se encontra em fase pré-operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre a totalidade de seus acionistas que detém 20% do seu capital social cada (Nota 37.k).
- (21) Participação oriunda de recuperação de crédito do Banco Comercial e de Investimentos Sudameris S.A., incorporado em 2009 pelo Banco ABN AMRO Real S.A., que no mesmo ano foi incorporado pelo Banco Santander (Brasil) S.A., atualmente sócia da Campo Grande Empreendimentos Ltda. Os sócios estão conduzindo os procedimentos para extinção da Sociedade, que depende da venda de um imóvel. Uma vez vendido, os sócios procederão a liquidação da Sociedade com a devida apuração de haveres.
- (22) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre Santander Corretora de Seguros e Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (23) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.
- (24) Sociedade seguradora constituída em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Sancap e a HDI Seguros S.A. (Nota 37.j). Em 31 de julho de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de Capital da Santander Auto S.A. no montante de R\$14.000 sendo R\$7.000 da controladora Sancap Investimentos e Participações S.A e R\$7.000 da HDI Seguros S.A, passando seu capital de R\$15.000 para R\$29.000 mediante a emissão de 13.801.262 (treze milhões, oitocentas e uma mil e duzentas e sessenta e duas) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (25) Investimento adquirido em 25 de setembro de 2018 (Nota 37.h).
- (26) Em AGE realizada em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a cisão parcial da Integrity Tecnologia e Serviços AHU Ltda., com versão da parcela cindida de seu patrimônio para a Getnet (Nota 37.c). Na AGE de 16 de dezembro de 2019, foi aprovada a alteração da denominação social da companhia para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda. ("SMPS Brasil"). Em 20 de dezembro de 2019, foi celebrado contrato de compra e venda da totalidade das ações da companhia pelo valor de R\$3 milhões pela Santander Merchant Platform Solutions (Espanha).
- (27) Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander. Em 20 de dezembro de 2020, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão, a ser pago na data de fechamento da Operação. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições suspensivas usuais nesse tipo de transação. Em 23 de outubro de 2019, a Aymoré CFI teve seu capital social reduzido, sem o cancelamento de ações, mediante a transferência das ações ordinárias representativas de sua participação societária detida no Banco Olé Consignado e na Super Pagamentos para o Banco Santander. Em 23 de dezembro de 2019, foram cumpridas as condições necessárias para conclusão da operação de forma que Olé Consignado e Super Pagamentos passaram a ser diretamente controladas pelo Banco Santander (Nota 37.a & Nota 37.d).
- (28) No Banco, é composto pelos investimentos detidos nas empresas citadas anteriormente. No Consolidado, é composto, principalmente, pela parcela de ágio alocada na Webmotors.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

15. Imobilizado de Uso

	31/12/2019			Banco 31/12/2018
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.467.216	(793.946)	1.673.270	1.737.134
Terrenos	651.442	-	651.442	653.135
Edificações	1.815.774	(793.946)	1.021.828	1.083.999
Outras Imobilizações de Uso	13.818.040	(9.277.142)	4.540.898	4.088.273
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.398.243	(2.414.576)	1.983.667	1.571.414
Sistemas de Processamento de Dados	3.913.398	(3.268.508)	644.890	445.450
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.211.320	(2.738.651)	1.472.669	1.498.849
Sistemas de Segurança e Comunicações	836.263	(613.265)	222.998	252.152
Outras	458.816	(242.142)	216.674	320.408
Total	16.285.256	(10.071.088)	6.214.168	5.825.407

	31/12/2019			Consolidado 31/12/2018
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imóveis de Uso	2.753.149	(828.692)	1.924.457	1.909.959
Terrenos	718.846	-	718.846	686.520
Edificações	2.034.303	(828.692)	1.205.611	1.223.439
Outras Imobilizações de Uso	15.483.559	(10.226.928)	5.256.631	4.588.533
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.504.586	(2.447.164)	2.057.422	1.669.541
Sistemas de Processamento de Dados	4.157.481	(3.391.161)	766.320	582.191
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.285.429	(2.793.292)	1.492.137	1.516.040
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.045.028	(1.350.619)	694.409	496.475
Outras	491.035	(244.692)	246.343	324.286
Total	18.236.708	(11.055.620)	7.181.088	6.498.492

16. Intangível

	31/12/2019			Banco 31/12/2018
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.496.592	(26.221.847)	274.745	283.474
Outros Ativos Intangíveis	8.485.328	(4.707.817)	3.777.511	3.296.078
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	4.932.976	(3.081.900)	1.851.076	1.314.786
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.346.025	(1.419.683)	1.926.342	1.933.538
Outros	206.327	(206.234)	93	47.754
Total	34.981.920	(30.929.664)	4.052.256	3.579.552

	31/12/2019			Consolidado 31/12/2018
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas (1)	29.050.911	(27.439.099)	1.611.812	661.634
Outros Ativos Intangíveis	9.196.813	(5.095.827)	4.100.986	3.525.818
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	5.556.110	(3.437.312)	2.118.798	1.517.731
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.346.025	(1.419.683)	1.926.342	1.933.538
Outros	294.678	(238.832)	55.846	74.549
Total	38.247.724	(32.534.926)	5.712.798	4.187.452

(1) Inclui, em 2019, a aquisição da parcela minoritária da Getnet, no montante de R\$1.178.661.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

	31/12/2019				Banco	
					31/12/2019	31/12/2018
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	29.392.188	-	-	-	29.392.188	20.531.035
Depósitos de Poupança	49.039.857	-	-	-	49.039.857	46.068.346
Depósitos Interfinanceiros	-	2.368.718	2.204.368	100.686	4.673.772	6.579.524
Depósitos a Prazo (1)	80.064	57.045.516	74.852.831	59.127.938	191.106.349	185.907.537
Total	78.512.109	59.414.234	77.057.199	59.228.624	274.212.166	259.086.442

	31/12/2019				Consolidado	
					31/12/2019	31/12/2018
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	29.107.534	-	-	-	29.107.534	18.831.579
Depósitos de Poupança	49.039.857	-	-	-	49.039.857	46.068.346
Depósitos Interfinanceiros	305.107	1.630.419	1.522.470	841.294	4.299.290	3.065.406
Depósitos a Prazo (1)	86.696	57.076.635	73.932.863	59.248.276	190.344.470	184.098.307
Outros Depósitos	-	-	136.840	-	136.840	8.606
Total	78.539.194	58.707.054	75.592.173	60.089.570	272.927.991	252.072.244

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

b) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2019				Banco	
					31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Carteira Própria	95.012.791	2.215.147	159.745	97.387.683	89.308.822	
Títulos Públicos	85.534.703	2.186.979	159.745	87.881.427	82.331.057	
Títulos de Emissão Própria	68.454	18.141	-	86.595	216.684	
Outros	9.409.634	10.027	-	9.419.661	6.761.081	
Carteira de Terceiros	8.743.348	-	-	8.743.348	15.200.913	
Carteira de Livre Movimentação	4.453.655	1.514.928	17.532.833	23.501.416	32.440.445	
Total	108.209.794	3.730.075	17.692.578	129.632.447	136.950.180	

	31/12/2019				Consolidado	
					31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Carteira Própria	89.321.333	2.215.147	159.745	91.696.225	85.178.225	
Títulos Públicos	79.843.245	2.186.979	159.745	82.189.969	78.200.460	
Títulos de Emissão Própria	68.454	18.141	-	86.595	216.684	
Outros	9.409.634	10.027	-	9.419.661	6.761.081	
Carteira de Terceiros	8.743.348	-	-	8.743.348	14.200.914	
Carteira de Livre Movimentação	4.453.656	1.514.928	17.532.833	23.501.417	32.440.445	
Total	102.518.337	3.730.075	17.692.578	123.940.990	131.819.584	

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				31/12/2019	Banco 31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	12.178.063	30.267.166	26.271.049	68.716.278	70.109.242
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	2.879.935	7.487.554	14.627.776	24.995.265	27.159.984
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.865.422	9.735.339	2.176.116	14.776.877	11.925.018
Letras Financeiras - LF (2)	6.432.706	13.044.273	8.110.361	27.587.340	30.720.861
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (3)	-	-	1.356.796	1.356.796	303.379
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	3.299.520	12.996.402	3.123.591	19.419.513	4.516.647
Eurobonds	3.299.520	12.996.402	3.123.591	19.419.513	4.516.647
Certificados de Operações Estruturadas	829.709	946.366	1.667.502	3.443.577	2.646.215
Total	16.307.292	44.209.934	31.062.142	91.579.368	77.272.104

				31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais	-	34.240	1.557.513	1.591.753	1.318.895
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	12.178.063	31.389.054	28.644.786	72.211.903	73.631.474
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (1)	2.879.936	7.487.554	14.627.775	24.995.265	27.159.982
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.865.422	9.735.339	2.176.116	14.776.877	11.925.018
Letras Financeiras - LF (2)	6.432.705	14.166.161	10.484.099	31.082.965	34.243.095
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (3)	-	-	1.356.796	1.356.796	303.379
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	2.640.060	3.247.602	2.827.720	8.715.382	4.516.647
Eurobonds	2.640.060	3.247.602	2.827.720	8.715.382	4.516.647
Certificados de Operações Estruturadas	829.709	946.366	1.667.502	3.443.577	2.646.215
Total	15.647.832	35.617.262	34.697.521	85.962.615	82.113.231

- (1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2020 e 2026.
- (2) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2020 e 2025 (31/12/2018 - com prazo de vencimento entre 2019 e 2025).
- (3) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2022.

					Banco		Consolidado	
Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Eurobonds	2017	2019	USD	LIBOR 3M + 1.00%	-	194.243	-	194.243
Eurobonds	2017	2020	BRL	4,4%	929.042	639.275	929.042	639.275
Eurobonds	2017	2021	BRL	4,4%	63.181	855.035	63.181	855.035
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4% a 10,0%	664.996	19.386	664.996	19.386
Eurobonds	2018	2019	USD	Zero Coupon a 9%	-	197.055	-	197.055
Eurobonds	2018	2019	USD	LIBOR 3M + 0,95	-	34.776	-	34.776
Eurobonds	2018	2019	USD	LIBOR 1M + 1,5%	-	1.287.821	-	1.287.821
Eurobonds	2018	2020	USD	Até 3,5%	37.476	1.211.361	37.476	1.211.361
Eurobonds	2018	2020	USD	Acima de 3,5%	35.438	-	35.438	-
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	1.260.099	-	1.260.099	-
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%	1.427.601	-	1.427.601	-
Eurobonds	2019	2020	USD	0% a 4,4%	7.563.963	-	3.556.724	-
Eurobonds	2019	2027	USD	CDI + 6,4%	7.424.010	-	727.118	-
Outros					13.707	77.695	13.707	77.695
Total					19.419.513	4.516.647	8.715.382	4.516.647

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Depósitos a Prazo (1) (2)	10.367.577	11.684.986	9.346.184	11.687.184
Depósitos de Poupança	2.041.669	2.004.846	2.041.669	2.004.846
Depósitos Interfinanceiros	399.870	693.396	192.911	223.331
Captação no Mercado Aberto	9.458.914	8.957.850	9.301.152	7.980.271
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	109.282	112.006
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	7.318.896	7.739.981	7.635.685	8.046.128
Outras (3)	585.304	609.354	587.670	589.048
Total	30.172.230	31.690.413	29.214.553	30.642.814

- (1) Em 31 de dezembro de 2019, inclui o registro de juros no valor de R\$503.540 no Banco e no Consolidado (2018 - R\$778.404), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 20).
- (2) Em 31 de dezembro de 2019, inclui receita de variação cambial no valor de R\$1.207.360 no Banco e no Consolidado (2018 – despesa de variação cambial no valor de R\$2.514.803).
- (3) Em 31 de dezembro de 2019, inclui despesa de variação cambial no valor de R\$254.437 no Banco e no Consolidado (2018 – despesa de variação cambial no valor de R\$33.221).

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Banco			
	31/12/2019			31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Obrigações por Empréstimos no Exterior	18.345.872	25.524.786	1.788.469	45.659.127
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	11.634.406	19.818.154	341.549	31.794.109
Outras Linhas de Crédito	6.711.466	5.706.632	1.446.920	13.865.018
Obrigações por Repasses do País	1.074.939	2.622.699	8.056.939	11.754.577
Total	19.420.811	28.147.485	9.845.408	57.413.704

	Consolidado			
	31/12/2019			31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Obrigações por Empréstimos no País	9.697	23.888	13.803	47.388
Obrigações por Empréstimos no Exterior	15.764.342	25.524.785	1.788.469	43.077.596
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	11.634.406	19.818.154	341.549	31.794.109
Outras Linhas de Crédito	4.129.936	5.706.631	1.446.920	11.283.487
Obrigações por Repasses do País	1.074.939	2.622.699	8.056.939	11.754.577
Total	16.848.978	28.171.373	9.859.212	54.879.563

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2023 (31/12/2018 - até o ano de 2023) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,28% a.a. a 3,8% a.a. (31/12/2018 - de 0,5% a.a. a 9,5% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.**18. Fiscais e Previdenciárias**

	31/12/2019	Banco 31/12/2018	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Passivos Tributários Diferidos	5.444.706	2.963.046	6.013.811	3.477.059
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	-	460.654	320.595
Impostos e Contribuições a Pagar	1.069.765	1.199.448	1.817.392	1.846.776
Total	6.514.471	4.162.494	8.291.857	5.644.430

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2018	Constituição ⁽⁴⁾	Realização	Banco Saldo em 31/12/2019
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	898.976	775.180	(100.160)	1.573.996
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	1.968.659	1.988.010	(219.340)	3.737.329
Superveniência de Arrendamento Mercantil	5.515	-	(74)	5.441
Outros	89.896	49.248	(11.204)	127.940
Total	2.963.046	2.812.438	(330.778)	5.444.706

	Saldo em 31/12/2018	Constituição ⁽⁴⁾	Realização	Consolidado Saldo em 31/12/2019
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	963.016	823.566	(100.161)	1.686.421
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	2.034.554	2.014.899	(241.804)	3.807.649
Superveniência de Arrendamento Mercantil	310.163	25.657	(17.580)	318.240
Outros	169.326	59.345	(27.170)	201.501
Total	3.477.059	2.923.467	(386.715)	6.013.811

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

				Banco 31/12/2019
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2020	896.339	715.602	173.107	1.785.048
2021	896.339	715.602	173.107	1.785.048
2022	896.339	715.602	173.108	1.785.049
2023	7.118	5.675	-	12.793
2024	7.118	5.675	-	12.793
2025 a 2027	21.354	17.027	-	38.381
2028 a 2029	14.239	11.355	-	25.594
Total	2.738.846	2.186.538	519.322	5.444.706

				Consolidado 31/12/2019
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2020	1.019.386	744.199	175.967	1.939.552
2021	1.016.593	743.194	175.670	1.935.457
2022	976.634	742.419	175.671	1.894.724
2023	44.092	6.493	-	50.585
2024	44.092	6.493	-	50.585
2025 a 2027	93.987	19.076	-	113.063
2028 a 2029	17.258	12.587	-	29.845
Total	3.212.042	2.274.461	527.308	6.013.811

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definida nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

					Banco/Consolidado	
					31/12/2019	31/12/2018
CDB Subordinado	Emissão	Vencimento (1)	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
Notes (2)	janeiro/14	Sem Prazo (Perpétuo)	R\$3.000	7,375%	-	4.906.880
Notes (2)	janeiro/14	janeiro/24	R\$3.000	6,000%	-	4.978.727
Total					-	9.885.607

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação a recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 20).

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate dos Notes que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US\$2,5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacen em 18 de dezembro de 2018. (Nota 25.e).

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor de US\$2,5 bilhões, para integralização no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para *non-US Persons*, com base no *Regulation S* no âmbito do *Securities Act*, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 19).

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado	
					31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ⁽¹⁾	Total	Total
Nível I ⁽²⁾	novembro/18	Sem Prazo (Perpétuo)	US\$1.250	7,250%	5.092.153	4.895.197
Nível II ⁽²⁾	novembro/18	novembro/28	US\$1.250	6,125%	5.083.808	4.887.175
Total					10.175.961	9.782.372

(1) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacen emitiu aprovação para que as Notes compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data, assim como a recompra dos Notes emitidas em 29 de janeiro de 2014, esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dívidas Subordinadas (Nota 19).

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

21. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	2.402.614	1.874.147
Provisão Técnica para Operações de Previdência	-	-	1.901.721	1.797.008
Obrigações com Cartões de Crédito	27.526.591	24.618.008	36.188.873	37.420.024
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 22.b) (2)	4.346.769	4.079.141	6.630.722	6.294.007
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b) (2)	6.179.885	6.688.400	6.739.988	7.231.458
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21.a)	166.105	201.411	166.105	201.411
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	4.821.269	3.328.319	4.874.050	3.357.653
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	23.034	21.409	23.034	21.409
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i) (2)	102.481	518.061	102.481	598.544
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i) (2)	791	7.094	791	7.094
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.697.771	1.833.323	1.960.884	2.017.845
Despesas Administrativas	388.954	338.599	593.593	499.948
Outros Pagamentos	40.179	51.307	135.235	132.988
Credores por Recursos a Liberar	1.188.637	986.678	1.188.637	986.678
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	580.988	548.134	580.988	548.134
Fornecedores	437.208	546.702	1.242.839	1.427.014
Outras (1)(3)	6.168.423	4.661.095	9.654.283	6.690.094
Total	53.669.085	48.427.681	74.386.838	71.105.456

(1) Em 31 de dezembro de 2019, inclui impactos da variação cambial referentes a Notes e em 31 de dezembro de 2018, inclui os efeitos descritos na nota 34.a, relativos à redução de valor presente das obrigações atuariais.

(2) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco (Notas 22.b e 22.i).

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de *default*, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019		31/12/2018	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	439.507	3.017	1.200.293	4.376
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	5.243.996	4.426	4.651.584	13.822
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.488.371	2.602	1.385.573	2.519
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	340.000	-	129.000	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	12.934.282	107.231	14.083.538	121.620
Outros Avais	276.506	1.334	48.359	928
Outras Fianças Bancárias	13.944.007	37.585	14.182.366	58.146
Outras Garantias Financeiras Prestadas	3.600.051	9.910	2.818.561	-
Total	38.266.720	166.105	38.499.274	201.411

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	201.411	312.373
Constituição (Nota 30)	13.380	20.406
Reversão (1) (Nota 30)	(48.686)	(131.368)
Saldo Final	166.105	201.411

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de *rating* ou provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

22. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21)	4.346.769	4.079.141	6.630.722	6.294.007
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)	6.179.885	6.688.401	6.739.988	7.231.458
Ações Trabalhistas	3.216.008	3.543.801	3.517.431	3.829.975
Ações Cíveis	2.963.877	3.144.600	3.222.557	3.401.483
Total	10.526.654	10.767.542	13.370.710	13.525.465

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2019			Banco 01/01 a 31/12/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (3)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.079.141	3.543.801	3.144.600	4.279.109	3.240.115	2.241.047
Constituição Líquida de Reversão (1) (4)	190.028	1.082.166	312.423	30.345	497.297	1.211.499
Atualização Monetária	139.412	80.637	261.528	148.976	626.736	249.611
Baixas por Pagamento	(61.812)	(1.490.596)	(754.674)	(3.432)	(820.347)	(557.557)
Outros (3)	-	-	-	(375.857)	-	-
Saldo Final	4.346.769	3.216.008	2.963.877	4.079.141	3.543.801	3.144.600
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.580.209	1.074.497	621.366	1.355.802	1.133.506	613.221
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	10.630	17.913	24.441	22.459	19.315	29.003
Total dos Depósitos em Garantia (2)	1.590.839	1.092.410	645.807	1.378.261	1.152.821	642.224

	01/01 a 31/12/2019			Consolidado 01/01 a 31/12/2018		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (3)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.294.008	3.829.975	3.401.483	6.999.881	3.457.092	2.537.127
Constituição Líquida de Reversão (1)(4)	197.158	1.137.392	491.755	28.011	503.565	1.278.557
Atualização Monetária	217.949	102.247	266.496	247.013	665.310	284.162
Baixas por Pagamento	(78.393)	(1.552.183)	(937.177)	(65.505)	(888.472)	(698.363)
Mudança no Escopo de Consolidação/ Aquisição/ Incorporação e Reclassificações de Participações Societárias (Nota 14)	-	-	-	17.858	92.480	-
Outros	-	-	-	(933.250)	-	-
Saldo Final	6.630.722	3.517.431	3.222.557	6.294.008	3.829.975	3.401.483
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.552.068	1.161.209	629.088	2.238.235	1.195.934	621.369
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	11.488	17.913	24.441	23.492	19.315	29.003
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.563.556	1.179.122	653.529	2.261.727	1.215.249	650.372

- (1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.
- (2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.
- (3) Em 2018, inclui os efeitos da adesão aos Programas de Pagamento Incentivados e Parcelamentos dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro e processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005.
- (4) No primeiro semestre de 2019, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco (Notas 21 e 22.i).
- (5) Em razão do cenário desfavorável à tese em que se questiona a Majoração de Alíquota da CSLL, e, consequentemente, alteração da classificação de êxito dos respectivos processos, o Banco optou pelo pagamento dos valores discutidos.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

PIS e Cofins - R\$1.903.369 no Banco e R\$3.769.611 no Consolidado (31/12/2018 - R\$1.841.342 no Banco e R\$3.646.102 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$112.548 no Consolidado (31/12/2018 - R\$108.489 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. Em 2018, ante a classificação de êxito e o cenário desfavorável nos Tribunais, optamos pelo pagamento dos valores discutidos, exceto para a empresa Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil (RCI), que permanece aguardando julgamento.

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$906.355 (31/12/2018 - R\$729.919) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente e, atualmente, aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF 3). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$282.046 no Banco e R\$282.053 no Consolidado (31/12/2018 - R\$273.225 no Banco e R\$273.233 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$208.561 no Banco e R\$224.631 no Consolidado (31/12/2018 - R\$212.535 no Banco e R\$228.403 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 22.h.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa. Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa, segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração ou, alternativamente, PLR, aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 porque o banco não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. A ação foi julgada procedente pelo Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que, por decisão monocrática, indeferiu o apelo. Uma ação rescisória foi proposta para desconstituir a decisão da ação principal e suspender a execução. Há uma decisão liminar vigente que autoriza a realização de atos executórios necessários para dar prosseguimento à execução até a penhora, ficando, no entanto, vedados quaisquer atos de apreensão de bens ou bloqueio de numerário até o julgamento da ação rescisória. Em 31 de dezembro de 2019, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$25.568 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2019, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$5.052 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2019, os valores com risco de perda possível relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.139 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R\$4.835 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R\$1.419 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era a essa discussão é de aproximadamente R\$607 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL – Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de R\$1.055 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R\$635 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2019, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$400 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$133 milhões no Consolidado, excluindo os processos abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPD - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPD para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.058 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$102.481, R\$213 e R\$578 (31/12/2018 - R\$518.061, R\$327 e R\$6.767 no Banco e R\$598.544, R\$327 e R\$6.767 no Consolidado) no Banco e no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

			31/12/2019			Em Milhares de Ações
						31/12/2018
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	90.069	115.785	205.854	82.043	107.699	189.742
De Domiciliados no Exterior	3.728.626	3.564.051	7.292.677	3.736.652	3.572.137	7.308.789
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(16.702)	(16.702)	(33.404)	(13.317)	(13.317)	(26.634)
Total em Circulação	3.801.993	3.663.134	7.465.127	3.805.378	3.666.519	7.471.897

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório. O montante de R\$7.800.000 de dividendos e JCP que serão pagos em fevereiro de 2020, estão registrados na rubrica de outras obrigações – sociais e estatutárias (R\$4.800.000 em 2018);

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

	31/12/2019			
	Em Milhares de Reais	Ordinárias	Reais por Milhares de Ações/Units Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (6)	1.000.000	127,5853	140,3438	267,9291
Juros sobre o Capital Próprio (2) (6)	1.000.000	127,6399	140,4039	268,0438
Juros sobre o Capital Próprio (3) (6)	1.000.000	127,6610	140,4271	268,0881
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	1.010.000	128,9673	141,8641	270,8314
Dividendos Intercalares (5) (6)	6.790.000	867,0180	953,7197	1.820,7377
Total	10.800.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, ordinárias - R\$108,4475, preferenciais - R\$119,2922 e Units - R\$227,7397 líquidos de impostos e foram pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, ordinárias - R\$108,4939, preferenciais - R\$119,3433 e Units - R\$227,8373 líquidos de impostos e foram pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, ordinárias - R\$108,5119, preferenciais - R\$119,3631 e Units - R\$227,8749 líquidos de impostos e foram pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, ordinárias - R\$109,6222, preferenciais - R\$120,5844 e Units - R\$230,2067 líquido de impostos que serão pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, que serão pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (6) O valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

	31/12/2018			
	Em Milhares de Reais	Ordinárias	Reais por Milhares de Ações/Units Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio (1) (6)	600.000	76,3304	83,9634	160,2938
Dividendos Intercalares (2) (6)	600.000	76,4956	84,1451	160,6407
Juros sobre o Capital Próprio (3) (6)	600.000	76,4985	84,1484	160,6469
Juros sobre o Capital Próprio (4) (6)	2.880.000	367,4149	404,1564	771,5713
Dividendos Intercalares (5) (6)	1.920.000	244,9433	269,4376	514,3808
Total	6.600.000			

- (1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 março de 2018, ordinárias - R\$64,8808, preferenciais - R\$71,3689 e Units - R\$136,2497 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de abril de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de junho de 2018 e pagos a partir do dia 27 de julho de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de setembro de 2018, ordinárias - R\$65,0237, preferenciais - R\$71,5261 e Units - R\$136,5498 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de outubro de 2018, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018, ordinárias - R\$312,3027, preferenciais - R\$343,5329 e Units - R\$655,8356 líquidos de impostos e pagos no dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2018 e pagos a partir do dia 26 de fevereiro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
- (6) O valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio foi imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2018.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50%

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 01 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 05 de novembro de 2019, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 37.256.072 Units, representativas de 37.256.072 ações ordinárias e 37.256.072 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2019, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2019, o Banco Santander possuía 15.843.587 ações ordinárias e 15.843.587 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 12 meses contados a partir de 5 de novembro de 2019, encerrando-se em 04 de novembro de 2020.

	Banco/Consolidado	
	Em Milhares de Ações	
	31/12/2019	31/12/2018
	Quantidade	Quantidade
	Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Exercício	13.317	1.773
Aquisições de Ações	6.465	15.816
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(3.080)	(4.272)
Ações em Tesouraria no Final do Exercício	16.702	13.317
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$679.364	R\$460.550
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$1.771	R\$882
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$681.135	R\$461.432
Custo/Cotação da Ação	Units	Units
Custo Mínimo(*)	R\$7,55	R\$7,55
Custo Médio Ponderado(*)	R\$32,10	R\$28,59
Custo Máximo(*)	R\$49,55	R\$43,84
Cotação da Ação	R\$42,60	R\$42,70

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados no valor de R\$77.044 (31/12/2018 - R\$2.788) e incentivos de longo prazo no valor de R\$3.254 (31/12/2018 - R\$1.707). Em 31 de dezembro de 2019, foi registrado no resultado o montante de R\$92.497 (2018 - R\$249) referente ao lucro não realizado.

f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 14)	790.340	714.671	(155.095)	(132.617)
Olé Consignado (Nota 14)	617.518	463.407	(204.111)	(138.527)
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos (2)	-	301.707	(8.376)	(22.521)
Getnet S.A. (Nota 14)	-	249.007	(3.961)	(55.518)
Banco PSA (Nota 14)	131.222	155.399	(16.446)	(17.914)
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I (1)	-	63.454	(4.117)	(11.150)
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	148.589	51.072	2.494	(1.083)
Rojo Entretenimento S.A.	7.245	7.015	(230)	(166)
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	-	1.155	(2.584)	(1.150)
Santander Leasing (Nota 14)	447	447	(3)	(25)
Total	1.695.361	2.007.334	(392.429)	(380.671)

(1) Fundo de investimentos encerrado no primeiro semestre de 2019.

(2) Fundo de investimentos encerrado em dezembro de 2019.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

24. Limites Operacionais

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.193/2013, a exigência para o PR em 2018 foi de 11,0%, composto de 8,625% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,875% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 8,375% e o Capital Principal Mínimo para 6,875%.

Para o ano base 2019, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 8,5% e o Capital Principal Mínimo 7,0%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013. O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência Nível I	66.481.661	61.476.715
Capital Principal	61.389.509	56.581.518
Capital Complementar (Nota 20)	5.092.153	4.895.197
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 20)	5.083.808	4.887.175
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	71.565.469	66.363.890
Risco de Crédito (1)	407.786.238	358.955.592
Risco de Mercado (2)	20.235.208	39.231.773
Risco Operacional	47.965.481	42.375.554
Total de RWA (3)	475.986.927	440.562.919
Índice de Basileia Nível I	13,97	13,95
Índice de Basileia Capital Principal	12,90	12,84
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,04	15,06

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias *commodities* (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

(3) *Risk Weighted Assets* ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

25. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 27 de março de 2019 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício (competência) de 2019, no montante de até R\$400.000 (quatrocentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2019.

a.1) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração Fixa	91.009	92.193
Remuneração variável - Em espécie	71.126	48.775
Remuneração variável - Em ações	80.832	34.155
Outras	47.926	55.484
Total Benefícios de Curto Prazo	290.893	230.607
Remuneração variável - Em espécie	92.704	31.797
Remuneração variável - Em ações	102.046	30.060
Total Benefícios de Longo Prazo	194.750	61.857
Total (*)	485.643	292.464

(*) A tabela inclui saldo de remuneração variável diferida de exercícios anteriores, devidamente contabilizados nos respectivos anos de competência.

Adicionalmente, no exercício de 2019, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$35.128 (2018 - R\$37.545).

a.2) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente à outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 34.f).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Em Milhares de Ações 31/12/2019						
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.526	0,1%	2.533	0,1%	5.059	0,1%
Administradores (*)	4.525	0,1%	4.525	0,1%	9.050	0,1%
Outros	355.722	9,3%	383.519	10,4%	739.241	9,9%
Total em Circulação	3.801.993	99,6%	3.663.134	99,6%	7.465.127	99,6%
Ações em Tesouraria	16.702	0,4%	16.702	0,4%	33.404	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	358.248	9,4%	386.053	10,5%	744.301	9,9%

Em Milhares de Ações 31/12/2018						
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
GES (1)	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. (1)	521.964	13,7%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	2.986	0,1%	2.987	0,1%	5.973	0,1%
Administradores (*)	3.930	0,1%	3.930	0,1%	7.860	0,1%
Outros	359.242	9,4%	387.045	10,5%	746.287	9,9%
Total em Circulação	3.805.378	99,7%	3.666.519	99,6%	7.471.897	99,6%
Ações em Tesouraria	13.317	0,3%	13.317	0,4%	26.634	0,4%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" (2)	362.228	9,5%	390.032	10,6%	752.260	10,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco			
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2018
Disponibilidades	840.686	-	1.402.413	-
Banco Santander Espanha (2)	770.425	-	1.342.685	-
Diversos	70.261	-	59.728	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	76.904.602	5.384.867	64.268.736	4.815.257
Aymoré CFI (3) (14)	42.683.530	3.736.896	39.943.867	3.354.580
Banco Santander Espanha (1) (2)	4.111.489	91.907	6.583.716	136.021
Banco RCI Brasil S.A. (3)	4.314.399	218.661	2.880.143	136.666
Banco Bandepe(3)	10.051.166	176.234	1.984.778	67.961
Olé Consignado (3)	12.412.492	1.032.821	11.156.948	1.020.643

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

Diversos	3.331.526	128.348	1.719.284	99.386
Títulos e Valores Mobiliários	375.377	21.140	354.237	856.776
Santander Leasing (3)	375.377	21.140	354.237	856.776
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(1.004.057)	(1.508.913)	(196.540)	(347.686)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) (4)	(113.931)	(598)	266.027	(210.324)
Banco Santander Espanha (2)	(1.026.552)	(350.789)	(520.953)	(280.873)
Santander FI Hedge Strategies (3) (Nota 2)	255.838	882.378	558.195	806.192
Santander FI Diamantina (3)	(201.763)	(2.222.486)	(494.189)	(638.237)
Pessoal Chave da Administração	-	78	-	142
Diversos	82.351	182.504	(5.620)	(24.586)
Relações Interfinanceiras	9.206.678	5.270	10.131.786	8.458
Getnet S.A. (Nota 12) (3) (7)	9.198.824	2.107	10.118.599	4.268
Santander Leasing (3)	7.854	3.163	13.187	4.190
Operações de Crédito	616.157	534	3.216	1.242
Getnet S.A.	605.157	-	-	-
Cibrasec(5)	-	-	-	923
Pessoal Chave da Administração (12)	11.000	534	3.216	319
Dividendos e Bonificações a Receber	280.500	-	251.091	652.482
Aymoré CFI(3)	37.949	-	161.419	100.664
Santander CCVM(3)	-	-	-	293.383
Banco RCI Brasil S.A.(3)	25.091	-	24.842	29.226
Banco Bandepe(3)	-	-	-	192.613
Getnet S.A.(3)	67.518	-	52.948	-
Sancap Investimentos e Participações S.A. (3)	64.594	-	11.578	-
Olé Consignado	75.000	-	-	-
Diversos	10.347	-	304	36.596
Negociação e Intermediação de Valores	504.782	17.463	191.740	347
Abbey National Treasury(4)	-	-	87.260	157
Banco Santander Espanha(2)	504.782	17.463	104.480	190
Carteira de Câmbio - Líquida	294.581	(282.055)	376.468	(186.846)
Banco Santander Espanha(2)	294.581	(282.247)	376.045	(187.508)
Banco Santander México (4)	-	-	423	423
Pessoal Chave da Administração	-	192	-	239
Rendas a Receber	884.878	2.222.220	926.771	2.007.727
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.(8)	826.100	1.990.539	880.920	1.782.762
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.(8)	58.778	231.681	45.851	224.965
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	19.396	683.765	9.689	706.460
Santander Capitalização S.A. (3)	-	-	-	9.387
Esfera Fidelidade S.A.	10.064	6.409	-	-
Banco Santander Espanha (2)	4.516	-	-	-
Santander FI Hedge Strategies(3) (Nota 2)	2.883	9.624	-	-
Aymoré CFI (3)	-	475.790	-	483.950
Santander CCVM (3)	-	59.221	-	60.851
Santander Brasil Consórcio (3)	-	19.771	225	14.297
Santander Corretora de Seguros(3)	-	32.615	-	33.762
Getnet S.A. (3) (7)	316	35.115	6.111	66.249
Diversos	1.617	45.220	3.353	37.964
Outros Créditos - Diversos	307.201	379.433	47.756	354.087
Banco Santander Espanha (2)	273.232	6.448	7.159	6.972
Santander Capitalização S.A. (3)	29.749	333.964	30.332	305.321
Banco Santander International (4)	-	35.294	-	30.789
Pessoal Chave da Administração	-	202	3.118	212
Diversos	4.220	3.525	7.147	10.793
Depósitos	(12.220.825)	(1.379.602)	(9.888.643)	(718.119)
Santander Leasing (3)	(64.547)	(8.495)	(185.539)	(118.625)
Banco Santander Espanha (2)	(12.294)	-	(77.919)	(7.051)
Aymoré CFI (3)	(672.355)	(178.815)	(3.504.136)	(366.988)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (8)	(199.934)	-	(234.249)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.(4)	(332.916)	(16.387)	(190.674)	(8.329)
Fundo de Investimento Santillana(4)	(20.571)	(67.821)	(1.151.399)	(102.349)

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.(4)	(404.427)	(27.595)	(427.209)	(26.378)
Santander FI Hedge Strategies(3) (Nota 2)	(745.350)	-	(1.789.627)	(58.185)
Getnet S.A.(3)	(196.757)	-	(1.720.075)	-
Santander FI Diamantina(3)	(8.920.327)	(1.039.080)	-	-
Pessoal Chave da Administração	(36.068)	(2.028)	(37.873)	(2.142)
Diversos	(615.279)	(39.381)	(569.943)	(28.072)
Operações Compromissadas	(5.691.457)	(158.890)	(5.131.434)	(980.911)
Santander FI Amazonas(3)	(131.317)	(15.580)	(204.422)	(12.612)
Santander Leasing(3)	(1.253.584)	(80.176)	(1.300.319)	(437.987)
Santander CCVM(3)	(97.488)	(5.001)	(41.740)	(1.546)
Santander FI SBAC(3)	(2.713.050)	(1.498)	(2.131.912)	(91.193)
Santander FI Guarujá(3)	(372.545)	(19.549)	(249.538)	(12.113)
Santander FI Diamantina(3)	(255.043)	(3.322)	(4.600)	(2.565)
PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (3)	-	-	(301.559)	(20.875)
Santander FI Unix(3)	(366.357)	(20.014)	(324.715)	(19.645)
Diversos	(502.073)	(13.731)	(571.791)	(382.247)
Pessoal Chave da Administração	-	(19)	(838)	(128)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(89.074)	(5.701)	(96.133)	(6.437)
Pessoal Chave da Administração	(89.074)	(5.701)	(96.133)	(6.437)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.581.530)	-	(1.989.845)	-
Banco Santander Río S.A. (4)	-	-	(259.220)	-
Santander Brasil EFC (3)	(2.581.530)	-	(1.730.625)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(6.886.828)	-	(3.928.017)	-
Banco Santander Espanha (2)	(1.067.623)	-	(609.159)	-
Sterrebeeck B.V. (2)	(3.629.772)	-	(2.071.055)	-
GES (2) (4)	(2.177.207)	-	(1.242.259)	-
Banco Madesant(4)	(1.948)	-	(1.112)	-
Pessoal Chave da Administração (11)	(10.278)	-	(4.432)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(127.148)	(945.626)	(33.180)	(829.591)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) (3) (9)	(46)	(198.113)	(5.032)	(340.912)
Santander Corretora de Seguros (3)	(12.127)	(139.816)	(6.057)	(76.838)
Banco Santander Espanha (2)	-	(154.112)	(7.806)	(115.055)
Getnet S.A. (3)	(12.886)	(29.360)	(2.660)	(27.701)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(8.240)	(335.609)	(7.116)	(173.334)
Santander Leasing	(79.387)	-	-	-
Diversos	(14.462)	(88.616)	(4.509)	(95.751)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(10.175.961)	(1.394.973)	(9.782.372)	-
Banco Santander Espanha (2) (6)	(10.175.961)	(1.394.973)	(9.782.372)	-
Dívida Subordinada	-	-	(9.885.607)	(427.470)
Banco Santander Espanha(2)	-	-	(9.885.607)	(427.470)
Despesas com Doações	-	(16.100)	-	(15.935)
Fundação Sudameris	-	(16.100)	-	(15.935)
Outras Obrigações - Diversas	(3.926.496)	(1.793.932)	(408.100)	(1.244.366)
TecBan (13)	-	(345.610)	-	(313.433)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) (3) (9)	-	(251.625)	-	(298.494)
Getnet S.A. (3)	(3.573.943)	(721.143)	(33.321)	(332.945)
Pessoal Chave da Administração	(352.553)	(430.058)	(374.637)	(263.076)
Diversos	-	(45.496)	(142)	(36.418)
Garantias e Limites (13)	5.010	24	36	-
Pessoal Chave da Administração (12)	5.010	24	36	-

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Consolidado			
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2018
Disponibilidades	1.106.373	-	1.575.165	-
Banco Santander Espanha (2)	1.089.578	-	1.515.437	-
Diversos	16.795	-	59.728	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.111.489	92.067	6.583.716	136.060
Banco Santander Espanha(1)(2)	4.111.489	92.067	6.583.716	136.060
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(1.172.059)	(415.105)	(182.833)	(561.571)
Santander FI Santillana Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior	(113.931)	(598)	266.027	(210.324)
Abbey National Treasury(4)	-	-	-	(17.726)
Banco Santander Espanha(2)	(1.058.128)	(414.585)	(448.860)	(333.663)
Pessoal Chave da Administração	-	78	-	142
Operações de Crédito	11.284	552	3.216	1.242
Cibrasec(5)	-	-	-	923
Pessoal Chave da Administração (12)	11.284	552	3.216	319
Negociação e Intermediação de Valores	504.782	30.819	191.740	20.313
Banco Santander Espanha(2)	504.782	30.819	104.480	20.156
Abbey National Treasury(4)	-	-	87.260	157
Carteira de Câmbio - Líquida	294.581	(282.055)	376.468	(186.846)
Banco Santander Espanha(2)	294.581	(282.247)	376.045	(187.508)
Banco Santander México (4)	-	-	423	423
Pessoal Chave da Administração	-	192	-	239
Dividendos e Bonificações a Receber	20.367	-	14.548	-
Webmotors S.A.(10)	20.367	-	14.548	-
Rendas a Receber	901.574	2.656.637	959.726	2.767.672
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (8)	842.796	2.424.476	913.875	2.463.559
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (8)	58.778	232.161	45.851	304.113
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	5.022	6.948	1.432	3.854
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (4)	169	4.021	-	-
Banco Santander Espanha (2)	4.516	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.(4)	-	812	927	2.558
Diversos	337	2.115	505	1.296
Outros Créditos - Diversos	347.335	54.033	41.837	57.640
Banco Santander Espanha(2)	347.335	6.311	38.719	6.950
Banco Santander International(4)	-	35.294	-	30.789
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.(4)	-	8.509	-	9.445
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	-	1.972	-	514
Pessoal Chave da Administração	-	343	3.118	355
Diversos	-	1.604	-	9.587
Depósitos	(1.073.134)	(118.316)	(2.394.667)	(158.040)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (8)	(199.934)	-	(234.249)	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.) (3) (9)	-	-	-	(215)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (4)	(332.916)	(16.387)	(190.674)	(8.329)
Santander FI Santillana Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior	(20.571)	(67.821)	(1.151.399)	(102.349)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (4)	(404.427)	(27.595)	(427.209)	(26.378)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (4)	-	-	(58.968)	(4.442)
Pessoal Chave da Administração	(36.104)	(2.028)	(37.889)	(2.142)
Diversos	(79.182)	(4.485)	(294.279)	(14.185)
Operações Compromissadas	-	(19)	(838)	(707)
Santander FI Santillana Multimercado Credito Privado Investimento no Exterior	-	-	-	(579)
Pessoal Chave da Administração	-	(19)	(838)	(128)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(89.074)	(5.701)	(96.133)	(6.437)
Pessoal Chave da Administração	(89.074)	(5.701)	(96.133)	(6.437)



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(259.220)	-
Banco Santander Río S.A. (4)	-	-	(259.220)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(6.886.828)	-	(3.928.017)	-
Sterrebeeck B.V.(2)	(3.629.772)	-	(2.071.055)	-
GES(2)(4)	(2.177.207)	-	(1.242.259)	-
Banco Santander Espanha(2)	(1.067.623)	-	(609.159)	-
Banco Madesant(4)	(1.948)	-	(1.112)	-
Pessoal Chave da Administração (11)	(10.278)	-	(4.432)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(28.349)	(580.717)	(34.385)	(439.565)
Banco Santander Espanha(2)	(21)	(154.110)	(7.990)	(114.892)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)(3)(9)	-	-	-	(31.051)
Santander Brasil Asset(4)	(14.406)	(967)	(14.476)	(16.350)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.(4)	(5.066)	(49.241)	(4.291)	(45.831)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(8.240)	(336.303)	(7.116)	(175.466)
Diversos	(616)	(40.096)	(512)	(55.975)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(10.175.961)	(1.394.973)	(9.782.372)	-
Banco Santander Espanha(2)(6)	(10.175.961)	(1.394.973)	(9.782.372)	-
Dívidas Subordinadas	-	-	(9.885.607)	(427.470)
Banco Santander Espanha (2) (6)	-	-	(9.885.607)	(427.470)
Despesas com Doações	-	(19.915)	-	(21.125)
Instituto Escola Brasil	-	(900)	-	(1.112)
Santander Cultural	-	(1.300)	-	(2.748)
Fundação Sudameris	-	(16.100)	-	(15.935)
Fundação Santander	-	(1.615)	-	(1.330)
Outras Obrigações - Diversas	(379.980)	(891.298)	(403.287)	(691.028)
Banco Santander Espanha(2)	(1.277)	(4.001)	(1.639)	(595)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A.)(3)(9)	-	-	-	(5.435)
Aquanima Brasil Ltda.(4)	-	(28.382)	-	(26.924)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.(8)	(21.219)	(23.303)	(16.924)	(19.593)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.(4)	-	(3.109)	-	(2.298)
TecBan(10)	-	(345.610)	-	(313.433)
Pessoal Chave da Administração	(357.249)	(485.674)	(384.724)	(292.464)
Diversos	(235)	(1.219)	-	(30.286)
Garantias e Limites (13)	5.010	24	36	-
Pessoal Chave da Administração (12)	5.010	24	36	-

- (1) Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de janeiro de 2020 e juros de até 1,53% a.a. (31/12/2018 - com vencimento em 2 de janeiro de 2019 e juros de até 2,38% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.
- (2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha, através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
- (3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.
- (4) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.
- (5) Controlada em Conjunto - Banco Santander.
- (6) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.
- (7) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.
- (8) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.
- (9) Sociedade adquirida em 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma data a Produban Serviços de Informática S.A. teve sua denominação social alterada para Santander Brasil Tecnologia S.A. (Nota 36.f).
- (10) Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros
- (11) Do total de dividendos deliberados em 2019, R\$13.553 destinam-se ao Pessoal Chave da Administração, restando pagar o montante provisionado.
- (12) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos. A partir de 2019, essa política foi alterada, ampliando a possibilidade de contratação de operações, antes vedadas.
- (13) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.
- (14) Inclui R\$800 milhões decorrentes de liquidação antecipada de captações para rebalanceamento de ativos e passivos.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

26. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Administração de Recursos	728.534	755.148	1.085.948	1.003.341
Serviços de Conta Corrente	3.797.412	3.348.557	3.857.051	3.360.170
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	985.138	1.062.770	1.379.261	1.407.860
Operações de Crédito	440.422	458.316	834.545	803.406
Rendas de Garantias Prestadas	544.716	604.454	544.716	604.454
Comissões de Seguros	2.447.766	2.312.679	3.118.280	2.797.517
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	4.172.242	3.706.869	6.118.419	5.771.517
Cobrança e Arrecadações	1.510.489	1.514.786	1.514.625	1.518.991
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	780.019	550.007	982.099	725.273
Outras	247.397	271.194	628.769	700.587
Total	14.668.997	13.522.010	18.684.452	17.285.256

27. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração	3.978.454	4.034.284	4.438.158	4.502.333
Encargos	1.386.695	1.553.653	1.635.991	1.739.668
Benefícios	1.351.522	1.304.875	1.537.821	1.436.272
Treinamento	61.194	59.194	68.134	65.968
Outras	8.631	8.983	81.195	9.112
Total	6.786.496	6.960.989	7.761.299	7.753.353

28. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Depreciações e Amortizações	2.217.366	2.008.195	2.778.756	2.540.211
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.951.254	1.863.132	2.483.282	2.307.222
Comunicações	378.143	397.973	403.595	422.544
Processamento de Dados	2.392.249	2.257.980	2.404.599	2.286.887
Propaganda, Promoções e Publicidade	545.028	503.047	745.242	608.657
Aluguéis	777.648	709.224	801.130	730.324
Transportes e Viagens	147.679	136.928	190.886	170.484
Serviços do Sistema Financeiro	273.115	278.852	340.067	350.671
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	597.058	593.232	601.402	596.104
Manutenção e Conservação de Bens	247.935	233.651	264.100	238.974
Água, Energia e Gás	209.818	186.954	215.832	192.257
Material	46.143	63.976	53.828	67.058
Outras	534.573	394.730	860.011	634.000
Total	10.318.009	9.627.874	12.142.730	11.145.393

29. Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesa com Cofins (1)	2.137.264	1.691.686	2.823.612	2.292.279
Despesa com ISS (3)	530.378	634.839	972.042	843.862
Despesa com PIS (1)	343.250	245.665	476.113	370.906
Outras (2)	218.051	206.412	299.161	293.538
Total	3.228.943	2.778.602	4.570.928	3.800.585

- (1) Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.
- (2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.
- (3) Inclui em 2019, pagamento de ISS efetuado pela Santander Leasing para o Município de São Paulo, referente a operações de arrendamento mercantil do período de janeiro de 2014 a dezembro de 2017, no valor total de R\$275.569.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

30. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	506.529	416.072
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21)	35.306	110.962	35.306	110.962
Atualização de Depósitos Judiciais	501.067	554.851	582.282	674.458
Atualização de Impostos a Compensar	148.173	164.515	185.403	225.023
Recuperação de Encargos e Despesas	773.851	1.023.309	541.729	771.141
Variação Monetária Ativa	46.830	46.163	47.931	47.379
Outras (1)	2.782.862	1.583.230	3.294.784	1.934.055
Total	4.288.089	3.483.030	5.193.964	4.179.090

(1) Em 2018, inclui, principalmente, o efeito do aumento de contribuição de custeio estabelecida para fins de plano de benefícios pós emprego no montante de R\$816.157 (nota 21 e 34).

31. Outras Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 22.c)	190.028	22.733	197.158	13.542
Trabalhistas (Nota 22.c)	1.082.166	497.297	1.137.392	503.565
Cíveis (Nota 22.c)	312.423	1.211.499	491.755	1.278.557
Despesas com Cartão de Crédito (3)	4.231.965	2.374.887	3.364.387	2.441.074
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 34.a)	305.355	242.140	306.391	241.333
Despesas Judiciais e Custas	151.770	200.935	156.192	230.265
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	74.307	78.445	76.293	80.044
Corretagens e Emolumentos	82.645	71.513	83.095	65.328
Comissões	705.484	426.760	2.072.498	1.550.670
Avaliação do Valor Recuperável (2)	110.466	341.006	110.466	341.006
Outras (1) (4)	4.204.075	3.083.478	5.670.986	4.276.507
Total	11.450.684	8.550.693	13.666.613	11.021.891

(1) Em 2019 e 2018, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

(2) Em 2019, inclui o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis no valor de R\$106.092 (2018 - R\$305.864), registrada em função da realização de análises técnicas, as quais demonstraram uma perspectiva de redução significativa nos benefícios econômicos futuros esperados sobre estes ativos (Nota 16).

(3) Representado, principalmente, por transações com cartão de crédito e programas de fidelidade.

(4) Em 2019, inclui o valor de R\$700.000, referente a constituição do Fundo de Eficiência e Produtividade.

32. Resultado não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado na alienação de Investimentos	-	(45)	6.257	13.256
Resultado na Alienação de Valores e Bens	60.002	87.408	69.058	57.618
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	46.292	114.680	(36.852)	114.834
Despesas com Bens não de Uso	(55.755)	(39.334)	(56.775)	(40.046)
Ganhos (Perdas) de Capital	(7.555)	(2.008)	(7.956)	(2.411)
Outras Receitas (Despesas)	59.604	44.394	34.747	49.808
Total	102.588	205.095	8.479	193.059

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	14.624.792	12.650.666	16.770.359	14.893.994
Participações no Lucro (1)	(1.557.012)	(1.480.848)	(1.734.870)	(1.612.027)
Juros sobre o Capital Próprio (2)	-	(4.080.000)	-	(4.080.000)
Resultado não Realizado	-	-	(62.160)	(913)
Resultado antes dos Impostos	13.067.780	7.089.818	14.973.329	9.201.054
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% (25% e 20%), Respectivamente (4)	(5.227.112)	(3.190.418)	(5.989.332)	(4.140.474)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (3)	1.089.766	881.009	17.746	8.510
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	222.881	374.960	243.909	387.657
Juros sobre o Capital Próprio	1.474.192		1.601.009	
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	715.837	2.792.995	715.424	2.792.995
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	11.739	145.646	70.223	136.353
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (4)	-	-	127.058	101.719
Demais Ajustes CSLL 5% (5)	2.646.305	(169.742)	2.700.000	(189.188)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	87.102	162.126	51.890	167.277
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.020.710	996.576	(462.073)	(735.151)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) A partir de janeiro 2019, nos termos da resolução CMN 4.706, os valores relativos à remuneração do capital declarados devem ser reconhecidos em contrapartida à conta adequada de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

(3) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(4) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

(5) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de março de 2020, por tempo indeterminado (Nota 3.s).

Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além de uma subsidiária chamada Santander Brasil EFC, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 13).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Em R\$	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado da Intermediação Financeira		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	1.512.322	6.673.535
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(2.776.601)	(12.540.855)
Despesas Tributárias		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS	(106.497)	255.481
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS	1.370.776	5.611.839

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

34. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

III) Bandeprev - Bandeprev Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandeprev S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade,

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o exercício de 2019 foram de R\$101.241 (2018 - R\$81.396) no Banco e R\$110.325 (2018 - R\$89.959) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGDL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGDL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2019 foram de R\$7.361 (2018 - R\$1.431) no Banco e R\$8.917 (2018 - R\$1.597) no Consolidado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banesprev	SantanderPrevi	Banco 31/12/2019 Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(25.851.814)	(4.890)	(1.665.018)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22.704.358	4.214	2.335.470
	(3.147.456)	(676)	670.452
Sendo:			
Superávit	732.637	-	670.453
Déficit	(3.880.092)	(676)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	452.234	-	667.810
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	280.403	-	2.643
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(3.880.092)	(676)	-
Contribuições Efetuadas	40.558	-	125
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(250.710)	(14)	(357)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.874.112)	(159)	2.040
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4.310.736	284	535.865

	Banesprev	SantanderPrevi	Banco 31/12/2018 Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.132.844)	(4.248)	(1.433.319)
Valor Justo dos Ativos do Plano	20.147.508	4.455	1.927.672
	(1.985.336)	207	494.353
Sendo:			
Superávit	642.636	207	494.353
Déficit	(2.627.972)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	421.575	207	492.112
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	221.061	-	2.241
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(2.627.972)	-	-
Contribuições Efetuadas	485.091	-	197
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(245.609)	(15)	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.914.503)	504	1.406
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.961.579	463	246.451

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Banesprev	SantanderPrevi	Consolidado 31/12/2019 Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(26.387.574)	(4.890)	(1.665.018)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.483.206	4.214	2.335.470
	(2.904.368)	(676)	670.452
Sendo:			
Superávit	1.022.516	-	670.453
Déficit	(3.926.884)	(676)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	678.737	-	667.810
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	343.779	-	2.643
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(3.926.884)	(676)	-
Contribuições Efetuadas	41.212	-	125
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(250.880)	(14)	(357)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(4.897.130)	(159)	2.040
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4.467.344	284	535.865

	Banesprev	SantanderPrevi	Consolidado 31/12/2018 Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(22.575.641)	(4.248)	(1.433.319)
Valor Justo dos Ativos do Plano	20.776.863	4.455	1.927.672
	(1.798.778)	207	494.353
Sendo:			
Superávit	858.528	207	494.353
Déficit	(2.657.306)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	587.488	207	492.112
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	271.040	-	2.241
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(2.657.306)	-	-
Contribuições Efetuadas	485.921	-	197
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(243.948)	(15)	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.886.966)	504	1.406
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.998.607	463	246.451

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev	Santander- Previ	Banco 31/12/2019 Bandeprev
Experiência do Plano	(424.903)	(482)	(17.686)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(2.320.215)	(308)	(216.294)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	1.074	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.744.044)	(790)	(233.980)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.140.858	(99)	365.480
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	2.140.858	(99)	365.480
Mudança no Superávit Irrecuperável	7.745	226	(130.866)

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

	Banco 31/12/2018		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(768.039)	(107)	(34.121)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(802.060)	(117)	(51.369)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.570.099)	(224)	(85.490)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.282.101	59	79.462
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.282.101	59	79.462
Mudança no Superávit Irrecuperável	74.727	180	6.312

	Consolidado 31/12/2019		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(428.276)	(482)	(17.686)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(2.398.517)	(308)	(216.294)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	1.228	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.825.565)	(790)	(233.980)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.259.580	(99)	365.480
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	2.259.580	(99)	365.480
Mudança no Superávit Irrecuperável	(33.788)	226	(130.866)

	Consolidado 31/12/2018		
	Banesprev	Santander- Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(769.489)	(107)	(34.121)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(819.689)	(117)	(51.369)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.589.178)	(224)	(85.490)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.264.568	59	79.462
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.264.568	59	79.462
Mudança no Superávit Irrecuperável	110.828	180	6.312

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2019:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2019	31/12/2018
Banesprev		
Plano I	12,31	11,35
Plano II	12,83	11,73
Plano III	10,52	9,39
Plano IV	15,47	14,00
Plano V	9,53	8,87
Pré-75	10,38	9,62
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,67/6,03/7,33	6,37/5,79/6,79
Sanprev		
Plano I	6,81	6,47
Plano II	11,7	10,83
Plano III	10,59	9,66
Bandeprev		
Plano Básico	10,48	9,57
Plano Especial I	7,04	6,70
Plano Especial II	6,77	6,52
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	7,78	7,30

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Lei 9.656 (Diretores): Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco 31/12/2019		Consolidado 31/12/2019	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.222.673)	(815.929)	(5.435.878)	(815.929)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.017.679	-	5.222.516	-
	(204.994)	(815.929)	(213.362)	(815.929)
Sendo:				
Superávit	-	-	-	-
Déficit	(204.994)	(815.929)	(213.362)	(815.929)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(204.994)	(815.929)	(213.362)	(815.929)
Contribuições Efetuadas	104.684	39.381	106.972	39.381
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(8.699)	(86.262)	(9.523)	(86.262)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.150.027)	(250.693)	(1.128.152)	(250.694)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.257.639	-	1.297.618	-

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Banco 31/12/2018		Consolidado 31/12/2018	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.916.073)	(700.347)	(4.088.724)	(700.347)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.981.705	-	4.157.250	-
	65.632	(700.347)	68.526	(700.347)
Sendo:				
Superávit	65.632	-	68.526	-
Déficit	-	(700.347)	-	(700.347)
Valor não Reconhecido como Ativo	(65.632)	-	(68.526)	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	-	(700.347)	-	(700.347)
Contribuições Efetuadas	70.977	35.655	72.548	35.655
Receitas (Despesas) Reconhecidas	767.400	(66.297)	785.085	(66.297)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(827.174)	(181.993)	(839.216)	(181.993)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	558.673	-	577.483	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2019		Banco 31/12/2018	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(271.104)	59.806	(167.812)	91.588
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(990.138)	(128.508)	(304.427)	(59.742)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.261.242)	(68.702)	(472.239)	31.846
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	891.593	-	282.012	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	891.593	-	282.012	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	68.671	-	(50.792)	-

	31/12/2019		Consolidado 31/12/2018	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(268.982)	59.806	(171.398)	91.588
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.029.154)	(128.508)	(317.208)	(59.742)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.298.136)	(68.702)	(488.606)	31.846
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	915.626	-	307.048	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	915.626	-	307.048	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	71.698	-	(52.604)	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2019:

	Duração (em Anos)	
Planos	31/12/2019	31/12/2018
Cabesp	15,45	14,16
Bandepe	16,48	14,73
Clínica Grátis	11,91	11,04
Diretores Vitalícios	9,17	8,63
Diretores Saúde	27,53	-
Circulares (1)	12,15 E 11,93	11,72/10,68
Seguro de Vida	8,39	7,82

(1) A duração 12,15 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2018 – 11,72) e 11,63 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2018 – 10,68).

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	4,8%
Instrumentos de Dívida	92,9%	94,6%
Bens Imóveis	0,3%	0,3%
Outros	6,8%	0,3%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2019:

	Banco/Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	7,1%	7,2%	9,1%	9,3%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	7,1%	7,2%	9,1%	9,3%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,5%	3,5%	4,0%	4,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	4,0%	4,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
(1) Banesprev II, V e Pré 75;				
(2) Cabesp.				

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2019, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(31.672)	(440.072)	(29.066)	(307.980)
(-)0,5%	35.572	494.257	32.403	343.340
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(51.720)	(718.632)	(45.937)	(486.742)
Aplicada (-) 2 anos	56.687	787.636	49.355	522.958
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	38.388	533.380	35.949	380.906
(-)0,5%	(35.060)	(487.146)	(32.100)	(340.122)

f) Remuneração Baseada em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

f.1) Programas de ILP Local e Global

Abaixo estão os programas de remuneração de longo prazo e suas características.

Programa	Plano	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação
Local	Plano de Incentivo a Longo Prazo - Private Ultra High (1)	Dinheiro	Abr/2017 a Dez/19	Em Março/2020 e Março/2021
Global	Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2015 (2) (3)	Ações do Santander Espanha	2015 a 2016	Em Março/2019 e Março/2020
Local	ILP Tecnologia	Ações Banco Santander Brasil	Jul/2019 a Jun/2022	Em Julho/2022
Local	ILP PI Investimentos	Ações Banco Santander Brasil	Jan/2019 a Dez/2021	Em Março/2022 e Março/2023
Local	ILP Ben'	Ações Banco Santander Brasil	Jan/2019 a Dez/2021	Em Março/2022 e Março/2023

(1) Objetiva o crescimento e lucratividade do negócio de Private e o reconhecimento da contribuição do Participante.

(2) Sujeito à consecução do indicador de performance RTA do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais.

(3) Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha. O tipo de liquidação do programa global, outorga /2015 foi alterado em abril de 2019, de ações do grupo Santander Global, para dinheiro.

a) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos Vigentes

i. Private Ultra High

Cada participante tem um valor referência definido em Reais, caso os indicadores sejam atingidos, o percentual de atingimento será aplicado sobre o valor de referência, sendo o pagamento da primeira parcela realizado em março de 2020 e a segunda em março de 2021.

Fase 1 (Valor de Referência)	Fase 2 (Cálculo do Incentivo em Dinheiro)
BAI (Indicador de Lucro antes do Imposto do Segmento <i>Private Ultra High</i>) de 2017	BAI 50% MOL - 25% (Indicador de Margem Ordinária Líquida do Segmento <i>Private Ultra High</i>) AUM - 25% (Indicador <i>Assets Under Management</i> (Ativos sobre Gestão) do Segmento <i>Private Ultra High</i>)

Em dezembro de 2018, ocorreu a reversão da provisão registrada referente ao plano de incentivo a longo prazo local – *Private Ultra High* devido a probabilidade do não cumprimento da condição de aquisição relacionada a meta de desempenho. A Administração acompanhará o parâmetro de performance do plano até dezembro de 2019. O valor da despesa com a provisão referente a este plano registrada em 2017 era de R\$2.935.

ii. Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Fase 1	Fase 2
RTA versus Concorrentes	RTA versus Concorrentes
ROTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco versus Orçamento	ROTE Banco versus Orçamento
	Satisfação dos Funcionários
	Satisfação dos Clientes
	Vinculação de Empresas versus Orçamento

Finalizado o período de aferição dos indicadores em 2018, o atingimento da Fase 1 foi de 91,5% e da Fase 2 foi de 73,09%, resultando no atingimento final do plano de 66,88%.

Cada executivo teve um valor referência definido em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$45,49, que serão entregues em 2019. Devido à ampliação de capital do Grupo (2017) em Julho/2017, a quantidade de ações definida para cada participante foi incrementada em 25.521 ações (aproximadamente 1,5%).

O pagamento correspondente às ações SAN foi realizado em dinheiro em março de 2019 aos participantes do “Grupo Estendido” (sem “*lock-up*” – sem restrição de alienação) e para os participantes do Coletivo Identificado será realizado em março de 2020, após o período de restrição de 1 ano.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Final do Exercício
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Ações entregues - Mar/2019 (sem Lockup) (1)	(138.815)	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Ações canceladas (Outorga 2015)	(580.320)	2016	Executivos	jan/2015	dez/2018
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2019	1.055.914				

(1) O pagamento correspondente às ações resultantes foi realizado em dinheiro.

iii. ILP Tecnologia

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Julho/2019 onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

Cada executivo teve um valor de referência definido em Reais, que foi convertido para ações do Santander Brasil (SANB11) pela cotação de R\$44,66, que serão entregues em julho de 2022, com restrição de 1 ano.

O pagamento está sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Exercício	Data do Final do Exercício
ILP Tecnologia	123.158	2019	Executivos	jul/2019	jun/2022
Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2019	123.158				

Em 2019, não houve ações entregues ou canceladas no plano.

iv. ILP Pi Investimentos

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021.

O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores 2020	Indicadores 2021
Clientes Ativos - clientes com saldo médio mensal	Clientes Ativos - clientes com saldo médio mensal
Carteira (AuM) - volume distribuído inclusive saldo em conta	Carteira (AUM) - volume distribuído inclusive saldo em conta
Receita 2020	Receita 2021
	BAI (Indicador de Lucro antes do Imposto)

v. ILP Ben

Trata-se de um plano de retenção para posições chave lançado em Maio/2019, onde o participante deve permanecer com vínculo empregatício até a data do pagamento.

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: 2020 e 2021.

O pagamento será realizado em ações SANB11, sendo 50% em março de 2022 e 50% em março de 2023, com restrição de 1 ano após cada pagamento e está sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderá reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

Indicadores	
Quantidade de Clientes PJ	Quantidade de Clientes PF
Quantidade de Estabelecimentos Credenciados	Faturamento
BAI	

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

b) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Plano	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2014 e 2015	-	5.624	-	5.726

f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	Banco		Consolidado	
			01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	93.756	49.704	98.441	50.896
Coletivo Não Identificado	Funcionários de nível gerencial e funcionários que são beneficiados pelo Plano de Diferimento	100% em dinheiro indexado a 100% do CDI	99.395	72.601	104.068	74.871

Para o exercício 2019, considerando o papel de liderança e impacto na construção do Banco que queremos ser, a forma de pagamento da remuneração variável do Coletivo Não Identificado e determinados funcionários foi alterada, passando a incluir ações na parcela diferida.

35. Investimentos Temporários

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. O Banco tem a intenção de vender essa participação no curto prazo. Dessa forma, o ativo foi reconhecido ao custo de aquisição, registrado nesta rubrica, no valor de R\$42.245.

36. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, dissemina a Cultura Risk Pro, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.**A. Risco de Crédito**

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas operações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Apetite de Riscos. Estas projeções são base para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.

Outro aspecto relevante é a gestão preventiva do crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.)

B. Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado consiste no desenvolvimento, mensuração e acompanhamento de limites previamente aprovados em comitês internos, pertinentes ao valor em risco das carteiras, as sensibilidades oriundas das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices, preços, câmbio, etc), os "gaps" de liquidez, dentre outros, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. Nosso modelo de governança é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei *SarbanesOxley* - SOX (*Security Exchange Commission*).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Risco de Compliance e de Imagem

O gerenciamento de risco de *compliance* tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, assessoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às normas e regulamentações aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e aculturação relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

G. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RIA (*Risk Identification & Assessment*) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN” em “Governança Corporativa” e “Gerenciamento de Riscos” na página <https://www.ri.santander.com.br/>

37. Reestruturações Societárias

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Opção de venda de participação no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (“Banco Olé”) formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. (“Banco Santander”).

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão (“Operação”), a ser pago na data de fechamento da Operação.

A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições suspensivas usuais nesse tipo de transação.

b) Aquisição de Participação Residual na Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A.

Em 01 de novembro de 2019, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. (“Atual”), subsidiária integral do Banco Santander, e os acionistas minoritários da Return Capital Serviços e Recuperação de Crédito S.A. (“Return Capital”) celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Return Capital, no qual a Atual adquiriu a totalidade das ações dos minoritários, correspondentes a 30% do capital social da Return Capital. A aquisição foi concluída em 01 de novembro de 2019, de modo que a Atual passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Return Capital.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

c) Incorporação de parcela cindida da Integrity Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.

Em 31 de outubro de 2019, foi aprovada a operação de cisão parcial da Integrity Tecnologia e Serviços AHU Ltda. ("Integrity"), subsidiária integral da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A ("Getnet"), com versão da parcela cindida de seu patrimônio, referente a seus ativos e passivos, à Getnet. A incorporação da parcela cindida pela Getnet encontra-se pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Em 20 de dezembro de 2019, a Getnet e a Santander Merchant Platform Solutions, S.L. ("SMPS Global"), sociedade sediada na Espanha e controlada pelo Banco Santander, S.A. (Santander Espanha), celebraram Contrato de Compra e Venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Integrity, de modo que a SMPS Global passou a deter 100% do capital social da Integrity. Em 23 de Dezembro de 2019, a Integrity teve sua denominação social alterada para Santander Merchant Platform Solutions Brasil Ltda.

d) Transferência de controle do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. e da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

Em 23 de outubro de 2019, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. teve seu capital social reduzido, sem o cancelamento de ações, mediante a transferência das ações ordinárias representativas de sua participação societária detida no Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Olé") e na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Super") para o Banco Santander. Em 23 de dezembro de 2019, foram cumpridas as condições necessárias para conclusão da operação, quais sejam: (i) homologação do Banco Central do Brasil; e (ii) término do prazo de oposição de credores, nos termos do art. 174 da Lei nº 6.404/76, de forma que Olé e Super passaram a ser diretamente controladas pelo Banco Santander.

e) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer.

f) Aquisição de Participação Residual na Getnet S.A.

Em 19 de dezembro de 2018, o Banco Santander e os acionistas Minoritários da Getnet S.A. celebraram aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da Getnet S.A., no qual o Banco Santander se comprometeu a adquirir a totalidade das ações dos Minoritários, correspondentes a 11,5% do capital social da Getnet S.A., pelo valor de R\$1.431.000. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 18 de fevereiro de 2019 e concluída em 25 de fevereiro de 2019, de modo que o Banco Santander passou a deter 100% das ações representativas do capital social da Getnet S.A.

g) Constituição da Esfera Fidelidade S.A.

Em 14 de agosto de 2018, foi constituída a Esfera Fidelidade S.A., com participação totalmente detida pelo Banco Santander. A Esfera Fidelidade S.A. atua no desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. A sociedade iniciou suas operações em novembro de 2018.

h) Investimento na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 26 de junho de 2018, a Webmotors S.A., companhia com 70% de participação detida indiretamente pelo Banco Santander, firmou acordo de investimento com a Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. e Celta LA Participações S.A., a fim de adquirir participação societária correspondente a 51% do capital social da Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop"), mediante aumento de capital e emissão de novas ações da Loop a serem totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors S.A.. A Loop atua no segmento de comercialização e leilão físico e virtual de veículos automotores. Em 25 de setembro de 2018, a operação foi concluída com a efetivação do aumento de capital social no valor de R\$23.900 mediante a emissão de ações representativas de 51% de participação societária na Loop, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela Webmotors S.A..

i) Constituição da BEN Benefícios e Serviços S.A.

Em 11 de junho de 2018, foi constituída a BEN Benefícios e Serviços S.A. ("Ben"), com participação totalmente detida pelo Banco Santander para atuar no fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte, vales-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos. A Ben iniciou suas atividades no segundo trimestre de 2019.

j) Constituição da Santander Auto S.A.

Em 20 de dezembro de 2017, Banco Santander e HDI Seguros S.A. ("HDI Seguros"), celebraram acordos para a formação de parceria para a emissão, oferta e comercialização de seguros de automóveis, de forma 100% digital, por meio da criação de nova companhia seguradora - a Santander Auto S.A., detida 50% pela Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Sancap"), sociedade controlada pelo Banco Santander, e 50% pela HDI Seguros. A parceria foi aprovada pelo Conselho

Notas Explicativas milhares de reais, exceto quando indicado.

Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2 de fevereiro de 2018, pelo BACEN em 30 de abril de 2018, e em 15 de maio de 2018, recebeu aprovação prévia da SUSEP. Em 9 de outubro de 2018, mediante transformação do veículo societário L.G.J.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., Sancap e HDI Seguros constituíram a Santander Auto S.A. Em 9 de janeiro de 2019, a SUSEP concedeu para a Santander Auto S.A. a autorização para operar seguros de danos em território nacional. A Santander Auto S.A. iniciou suas atividades em agosto de 2019.

k) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("GIC"), cujo controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada. A GIC atua como banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. A GIC iniciou suas atividades no segundo semestre de 2019.

l) Constituição de Parceria com Hyundai Capital Services, Inc.

Em 28 de abril de 2016, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e Banco Santander celebraram com a Hyundai Capital Services, Inc. ("Hyundai Capital") os documentos necessários para a constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros com o objetivo de oferecer financiamento de automóveis e serviços financeiros e corretagem de seguros para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil.

l.i) Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Em 11 de abril de 2018, as partes constituíram, com participação de 50% da Aymoré e 50% da Hyundai Capital, a sociedade não operacional BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. Em 8 de maio de 2018, a Aymoré e Hyundai Capital deliberaram a transformação da BHJV Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. em sociedade anônima não operacional denominada Banco Hyundai Capital Brasil S.A. ("Banco Hyundai"). Em 13 de dezembro de 2018, foi concluída a constituição do Banco Hyundai.

Em 21 de fevereiro de 2019, a autorização outorgada pelo BACEN para funcionamento do Banco Hyundai foi publicada no Diário Oficial da União. O Banco Hyundai iniciou suas operações em abril de 2019.

l.ii) Hyundai Corretora de Seguros Ltda.

Em 30 de abril de 2019, o BACEN autorizou o Banco Santander a deter participação indireta em sociedade a ser constituída sob a denominação Hyundai Corretora de Seguros Ltda. ("Hyundai Corretora"). A Hyundai Corretora foi constituída em 22 de julho de 2019. Em 10 de setembro de 2019 a Hyundai Corretora obteve o registro da sociedade como corretora de seguros junto à SUSEP. A Hyundai Corretora iniciou suas operações em novembro de 2019.

m) Criação da PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 3 de maio de 2018, a Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., uma subsidiária controlada indiretamente pelo Banco Santander, foi convertida em uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e teve sua denominação social alterada para SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O processo de conversão foi aprovado pelo BACEN em 21 de novembro de 2018. Em 17 de dezembro de 2018, a SI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. teve sua denominação alterada para PI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo o processo de mudança de denominação social aprovado pelo BACEN em 22 de janeiro de 2019. A companhia iniciou suas operações em 14 de março de 2019.

38. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$41.660.754 (31/12/2018 - R\$40.396.524) no Banco e R\$41.660.772 (31/12/2018 - R\$40.761.287) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$2.034.999 (31/12/2018 - R\$1.896.689) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$230.199.261 (31/12/2018 - R\$200.366.262) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019, na modalidade incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.829.578 (31/12/2018 - R\$1.779.131) no Banco e R\$1.821.864 (31/12/2018 - R\$1.786.863) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura de R\$392.189 (31/12/2018 - R\$496.125) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019, existem outras apólices vigentes relacionadas a outros ativos no valor de R\$7.623.279 (2018 - R\$7.615.565).

d) Entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

Notas Explicativas em milhares de reais, exceto quando indicado.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Até 1 Ano	651.207	670.553
Entre 1 a 5 Anos	1.492.289	1.435.970
Mais de 5 Anos	147.125	167.868
Total	2.290.621	2.274.391

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$918 (31/12/2018 - R\$674) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no exercício de 2019, foram no valor de R\$700.958 (2018 - R\$683.011).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Posição acionária dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia, até o nível de Pessoa Física (em unidades)

Banco Santander (Brasil) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

Data base: 31/12/2019

PRINCIPAIS ACIONISTAS	ON	%	PN	%	Total	%
Grupo Empresarial Santander, S.L. ⁽¹⁾ - CNPJ nº 06.164.067/0001-48	1.107.672.851	29,01	1.019.645.325	27,71	2.127.318.176	28,37
Sterrebeeck BV ⁽¹⁾ - CNPJ nº 09.473.556/0001-70	1.809.583.330	47,39	1.733.643.596	47,11	3.543.226.926	47,25
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964.331	13,66	519.268.168	14,12	1.041.232.499	13,89
Administradores	4.524.501	0,11	4.524.498	0,13	9.048.999	0,12
Funcionários	2.526.054	0,07	2.533.268	0,07	5.059.322	0,07
Outros (*)	355.722.177	9,32	383.519.378	10,42	739.241.555	9,85
Total	3.801.993.244	99,56	3.663.134.233	99,56	7.465.127.477	99,55
Ações em Tesouraria	16.701.787	0,44	16.701.787	0,44	33.403.574	0,45
Total	3.818.695.031	100,00	3.679.836.020	100,00	7.498.531.051	100,00
Free Float ⁽²⁾	358.248.231	9,38	386.052.646	10,49	744.300.877	9,93

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros

(*) Inclui membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva que individualmente não detêm 1% ou mais de qualquer classe de ação.

b) Posição dos Controladores, Administradores e ações em circulação (em unidades)

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/12/2019						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Controlador	3.439.220.512	90,06	3.272.557.089	88,93	6.711.777.601	89,50
Administradores	4.524.501	0,11	4.524.498	0,13	9.048.999	0,11
Conselho Fiscal	297.616	0,01	297.616	0,01	595.232	0,01
Ações em Tesouraria	16.701.787	0,44	16.701.787	0,44	33.403.574	0,45
Outros Acionistas	358.248.231	9,38	386.052.646	10,49	744.300.877	9,93
Total	3.818.992.647	100,00	3.680.133.636	100,00	7.499.126.283	100,00
Ações em Circulação	358.248.231	9,38	386.052.646	10,49	744.300.877	9,93

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Banco Santander (Brasil) S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela exclusão dos PAAs sobre Planos de benefício pós emprego e Reconhecimento e valor recuperável do crédito tributário, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas 3(i) e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN no 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, bem como, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos

relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos, também, testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos contingentes (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas e cíveis que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas a contingências trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros e derivativos com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(f), 3(g), 3(h) e 6)

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo mantém-se como área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que esses instrumentos dependem de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos com base em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo são substancialmente compostos por contratos de derivativos e aplicações em determinados títulos públicos e privados. Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos.

Com o auxílio dos nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, atualizamos nosso entendimento quanto as metodologias de cálculo para precificação, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas no mercado.

Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são razoáveis, tendo em vista as práticas utilizadas no mercado e as práticas contábeis vigentes.

Ambiente de tecnologia da informação (Nota 36(d))

O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria. Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando

aplicável.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de janeiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A., referentes ao segundo semestre e exercício social de 2019, e concluíram, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o parecer sem ressalva da PwC Auditores Independentes, que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 28 de janeiro de 2020.

CONSELHO FISCAL

João Guilherme de Andrade So Consiglio – Presidente
Antônio Melchiades Baldisera
Louise Barsi

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições que compõem o Conglomerado, incluindo as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 03 de maio de 2019. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores internos e independentes e especialistas, conduzindo análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela Administração para atendimento de tais apontamentos, mantendo ainda reuniões regulares com representantes do Banco Central do Brasil e, com outros reguladores, em bases regulares.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a Coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2019.

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BRGAAP e Conglomerado Prudencial - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado do segundo semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 da Companhia e do Conglomerado Prudencial, de acordo com o BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das Reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, Vice-Presidência Executiva de Meios, Tecnologia e Operações, Diretoria de Compliance e principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções CMN nos. 2.554/1998 e 4.557/2017, Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e a Circular SUSEP 249/04.

III - Auditoria Interna

Reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros profissionais da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o segundo semestre de 2019, além de verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas onde os controles foram considerados como "A melhorar". Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no segundo semestre de 2019. Nessas reuniões tiveram destaque: as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do segundo semestre de 2019 e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA's) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, em atendimento à Resolução CMN 2.682/99. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê de Auditoria também tomou conhecimento dos novos relatórios do auditor independente com foco na diferenciação dos temas CAMs (Critical Audit Matters) e KAMs (Key Audit Matters) e, ainda, se reuniu com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a Resolução CMN 4.433/15 e Resolução CNSP 279/13, foram executados trabalhos específicos no segundo semestre de 2019, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria que os discutiu e avaliou.

VI – Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento à demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento de temas relacionados a conduta e atendimento de clientes, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; e (vi) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VII – Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Conglomerado Prudencial para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do segundo semestre de 2019, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 28 de janeiro de 2020.

Comitê de Auditoria

Deborah Stern Vieitas – Coordenador
Luiz Carlos Nannini – Especialista Financeiro
Maria Elena Cardoso Figueira
Julio Sergio de Souza Cardozo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia e parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2019:

Diretor Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mário Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos
José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Franco Luigi Fasoli
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia e parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 31 de dezembro de 2019:

Diretor Presidente
Sérgio Agapito Lires Rial

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores
Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos
Alberto Monteiro de Queiroz Netto
Alessandro Tomao
Antonio Pardo de Santayana Montes
Carlos Rey de Vicente
Ede Ilson Viani
Jean Pierre Dupui
Juan Sebastian Moreno Blanco
Mário Roberto Opice Leão
Patrícia Souto Audi
Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos
José Roberto Machado Filho

Diretores sem Designação Específica
Amancio Acúrcio Gouveia
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
André de Carvalho Novaes
Carlos Aguiar Neto
Cassio Schmitt
Claudenice Lopes Duarte
Daniel Fantoni Assa
Elita Vechin Pastorelo Ariaz
Franco Luigi Fasoli
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Gustavo Alejo Viviani
Igor Mario Puga
Jean Paulo Kambourakis
José Teixeira de Vasconcelos Neto
Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt
Luiz Masagão Ribeiro Filho
Marino Alexandre Calheiros Aguiar
Rafael Bello Noya
Ramón Sanchez Díez
Ramon Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Robson de Souza Rezende
Thomas Gregor Ilg
Ulisses Gomes Guimarães